

A CIDADE DA PARTICIPAÇÃO

PROJECTO DE ARQUITECTURA
BÁSICA PARTICIPADA
NA ILHA DA BELA VISTA

[COORD.]

FERNANDO MATOS RODRIGUES

ANTÓNIO J. CEREJEIRA FONTES

MANUEL CARLOS SILVA

ANDRÉ CEREJEIRA FONTES

A CIDADE DA PARTICIPAÇÃO

PROJECTO DE ARQUITECTURA

BÁSICA PARTICIPADA

NA ILHA DA BELA VISTA

 Edições
Afrontamento



ÍNDICE

	NOTA DE ABERTURA
7	Fernando Matos Rodrigues/António J. Cerejeira Fontes/Manuel Carlos Silva
	CELEBRAR A HABITAÇÃO NA PALAVRA DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA BELA VISTA
9	Mário Pinto/António Fontelas Lopes/Ana Ribeiro
	PREFÁCIO
11	Manuel Correia Fernandes
13	Manuel Pizarro
15	Cláudia Santos Costa
	CIDADE, HABITAÇÃO E PARTICIPAÇÃO
17	Álvaro Siza Vieira
21	Isabel Raposo
25	Manuel Carlos Silva
29	Fernando Matos Rodrigues
35	Elena Tarsi
39	David Viana/Isabel Cristina Carvalho
	AS ILHAS DO PORTO
43	Fernando Matos Rodrigues/António J. Cerejeira Fontes
	PROJECTO DE ARQUITECTURA BÁSICA. CONCEITO, METODOLOGIA E PRÁTICA
55	Fernando Matos Rodrigues/ António J. Cerejeira Fontes/André Cerejeira Fontes
	CATÁLOGO
62	Parte Um: Projecto de Arquitectura de Habitação Básica. Ilha da Bela Vista (2016) António J. Cerejeira Fontes (IMAGO/LAHB)
80	Parte Dois: <i>Layout</i> Fotográfico sobre a Renovação da Ilha da Bela Vista Susana Varela

NOTA DE ABERTURA

FERNANDO MATOS RODRIGUES
ANTÓNIO J. CEREJEIRA FONTES
MANUEL CARLOS SILVA

(Direcção do Lahb)

O Catálogo do Projecto de Habitação Básica na Ilha da Bela Vista aparece integrado num contexto específico, relacionado com o fim das obras da 1.^a fase de renovação da ilha e com a organização de uma Exposição na Sala de Exposições da Ordem dos Arquitectos Secção Regional do Norte. Assim, a Direcção do Lahb, numa parceria com a Associação de Moradores da Ilha da Bela Vista, com a Imago, com a Ordem dos Arquitectos SRN e a Câmara Municipal do Porto – Pelouro de Habitação promoveram um conjunto de eventos sobre a problemática da Habitação Básica Participada em torno do projecto da ilha da Bela Vista.

Desde cedo que as Edições Afrontamento mostrou interesse em editar mais este trabalho sobre a Ilha da Bela Vista. Assim, reunidas as condições materiais e humanas, demos início à sua produção. Reunindo material gráfico do projecto com o empenho e colaboração da Imago – Gabinete de Arquitectura Cerejeira Fontes, com o trabalho de registo fotográfico levado a cabo pela fotógrafa Susana Varela. Queremos agradecer aos autores dos textos que acompanham este catálogo: Manuel Correia Fernandes, Manuel Pizarro, Cláudia da Costa Santos, Álvaro Siza Vieira, Isabel Raposo e Elena Tarsi. Um obrigado muito especial aos moradores que, em nome da Associação de Moradores da Ilha da Bela Vista, quiseram participar com um depoimento sobre este processo de renovação e reabilitação: António Fontelas Lopes, Mário Pinto e Ana Ribeiro.

A intervenção de reabilitação/renovação da Ilha da Bela Vista parte de uma nova visão de cidade, de habitação básica participada, a partir da qual é possível qualificar a habitação sem os constrangimentos da deslocação e conseqüente perda de direito à cidade. As associações de moradores, envolvendo os moradores, posicionaram-se na defesa e na promoção do direito à habitação e à cidade.

CELEBRAR A HABITAÇÃO NA PALAVRA DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA BELA VISTA

ANTÓNIO FONTELAS LOPES

MÁRIO PINTO

ANA RIBEIRO

(Associação de Moradores da Ilha da Bela Vista)

Era algo que todo o povo aqui, esperava há décadas e décadas. Desde o fracasso da Operação SAAL Bela Vista, que já ninguém acreditava que fosse possível fazer obras na ilha. O SAAL para nós foi muito importante, a população envolveu-se, fizemos a associação e mobilizamos as forças necessárias. Mas aquilo deu para o torto.

Na rua fomos ridicularizados porque fomos demasiado crentes, dizem uns. Quando o Professor Fernando veio visitar a ilha com os alunos e começou a trabalhar cá, muitos dos moradores não acreditavam. Uma das moradoras até disse: «Ó Fontelas, andas aí com o Professor, isso é tudo mentira!». Isto aconteceu no ano de 2007. Depois começaram a vir os alunos de arquitectura com o Prof. Fernando, fazer desenhos da ilha, falar com os moradores e começou a renascer alguma esperança.

Deste trabalho organizou-se uma exposição num dos bares da cidade, penso que foi no Labirinto Bar. Com conferências sobre a ilha e a sua reabilitação. Foi muito giro voltar a acreditar na possibilidade de reabilitar a nossa ilha. Fomos quase todos, mesmo já com a idade avançada e a doença à perna lá fomos mais uma vez.

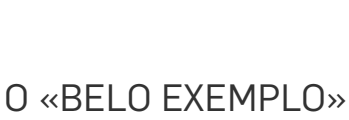
Depois, com o Carlos Rico Grande Reporter da SIC e com o Fernando faz-se a Grande Reportagem «Da Minha Ilha Não Se Vê O Mar». A ilha aparece na televisão e com ela questiona-se novamente o estado de ruína e de abandono a que a Câmara do Porto a tinha condenado. Estávamos aqui esquecidos, abandonados! Cada um por si. Cada um lá foi fazendo as obras que queria e como podia. Tudo à nossa custa! A Associação também dava uma ajuda nas infra-estruturas, como foi o saneamento e a luz na viela e nas ruas interiores da ilha. Todo feito por nós!



A partir dos trabalhos dos alunos e das exposições no Palácio da Bolsa, com as notícias nos jornais e nas televisões fomos acreditando que era possível.

Mas o momento mais decisivo foi quando o Fernando levou o Rui Moreira à ilha em plena campanha eleitoral. E assumiram o compromisso de fazer obras na ilha caso fosse eleito presidente. E assim foi.

As casas são pequenas, mas são bonitas. Estão bem-feitas. As obras na ilha foi uma vitória para a Associação de Moradores que desde cedo apoiou este novo programa nas pessoas do Prof. Fernando e do Arquitecto Fontes. Desde o início que demos todo o apoio, inclusive o Laboratório de Habitação Básica foi para o espaço da Associação de Moradores na Ilha da Bela Vista.



O «BELO EXEMPLO»

DA ILHA DA «BELA VISTA»

MANUEL CORREIA FERNANDES

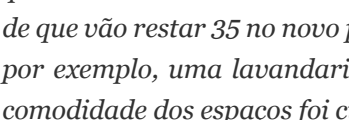
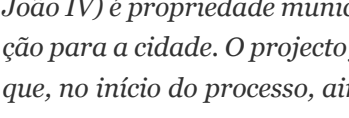
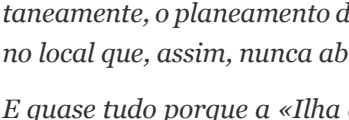
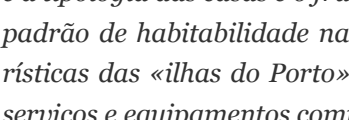
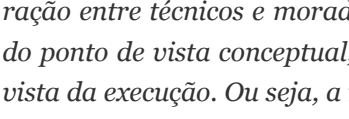
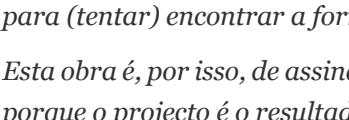
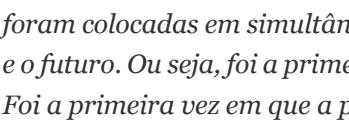
(Vereador de Urbanismo da Câmara Municipal do Porto)



PREFÁCIO

MANUEL CORREIA FERNANDES

(Vereador de Urbanismo da Câmara Municipal do Porto)



A «Ilha da Bela Vista» é, talvez, a primeira recuperação integral de uma «ilha» na cidade do Porto. Antes, muitas tentativas para concretizar este velho desejo, ou não saíram do campo das intenções ou não chegaram à fase de concretização em obra. Não foi, no entanto, a primeira nem a única vez que o problema das ilhas foi abordado, tratado e perspectivado como modo e modelo de habitat a desenvolver. O programa SAAL foi, seguramente, o momento em que todas as tentativas foram mais longe porque foi o momento em que, pela primeira vez, todas questões foram colocadas em simultâneo: o programa, o projecto, a obra, o regime de propriedade, o uso e o futuro. Ou seja, foi a primeira vez em que os direitos e os deveres foram colocados lado a lado. Foi a primeira vez em que a participação de todos – moradores, técnicos e políticos – concorreu para (tentar) encontrar a forma de respeitar e preservar uma boa parte da alma da cidade.

Esta obra é, por isso, de assinalável importância. Desde logo, porque o projecto já é obra. Depois, porque o projecto é o resultado da sempre desejada e poucas vezes cumprida vontade de colaboração entre técnicos e moradores. E, finalmente, porque representa um passo em frente, tanto do ponto de vista conceptual, como do ponto de vista programático, como, ainda, do ponto de vista da execução. Ou seja, a morfologia da «ilha» conserva os valores essenciais da vizinhança e a tipologia das casas é o fruto de um excelente e conseguido exercício de introduzir um elevado padrão de habitabilidade nas casas, conservando as disponibilidades espaciais mais características das «ilhas do Porto». Há espaço privado, há espaço colectivo, há espaço público e há serviços e equipamentos comuns. Há privacidade e há comunidade. Há, por isso, cidade. Simultaneamente, o planeamento da obra consagrou a permanência dos moradores em casas volantes no local que, assim, nunca abandonam o lugar que é seu para regressar à casa que é sua.

E quase tudo porque a «Ilha da Bela Vista» que está situada no centro da cidade (na Rua de D. João IV) é propriedade municipal e porque «a questão das ilhas» faz parte da política de habitação para a cidade. O projecto foi produzido no local e com a estreita participação dos moradores que, no início do processo, ainda restavam na antiga ilha. Era um conjunto de 43 casas mas de que só cerca de 50% estavam ocupadas. Dispõem-se em quatro fileiras de dois pisos cada uma e de que vão restar 35 no novo projecto que contempla serviços e espaços comuns tais como, como, por exemplo, uma lavandaria colectiva. O rácio de áreas foi melhorado, a habitabilidade e a comodidade dos espaços foi cuidado e o conforto foi regra na execução do projecto.



Como já foi acentuado, a metodologia de trabalho adoptou o diálogo como forma de relacionamento dos moradores com os técnicos e o projecto e a realização das obras não afecta as relações de vizinhança nem o contexto urbano em que a «ilha» se insere. A experimentação de novas formas de rentabilizar as relações sociais traduzindo em espaço e construção os valores mais caros à comunidade é o princípio da intervenção. Neste sentido, o processo de produção do projecto e obra revelou-se como uma boa prática e o processo reocupação e reuso merece ser acompanhado para que seja possível dele retirar ilações válidas. É que muitas «ilhas», muitos «bairros», muitos «pátios» e muitos «núcleos de génese rural» que fazem a alma das nossas cidades e da nossa em particular, esperam por mais este exercício para poderem ir além dele, transformando-o, então, em política, ou seja, em modo de fazer sistemático.

De resto, a «ilha da Bela Vista» tem, realmente, uma bela vista! Situa-se no ponto mais alto da cidade que, dali, se vê toda sem praticamente ser vista porque ocupa o cimo duma «muralha». Mas não é isso que a separa da cidade à qual quer continuar a pertencer. Nem todas as ilhas do Porto dispõem desta mais valia paisagística e ambiental mas todas dispõem de valores que as consagram como espaços privilegiados de vizinhança e comunidade. E se estes são os valores essenciais da cidade... é com eles que se faz cidade. Como aqui está a ser feita.



UMA IMENSA ESPERA...

MANUEL PIZARRO
(Vereador do Pelouro da Habitação e Coesão Social da Câmara Municipal do Porto)



Agora, que a regeneração urbana da Ilha da Bela Vista se apresenta diante dos nossos olhos como um facto incontornável, parece-me imperioso refletir sobre as imensas dificuldades que tolhem o direito de tantas e tantas famílias portuenses a uma habitação digna.

A questão não é nova. Já nos finais do século XIX era abordada por publicistas, médicos e políticos que se indignavam com a situação miserável em que sobreviviam muitos operários e as suas famílias. O foco de atenção estava então, e continuaria a estar quase até ao tempo presente, nas Ilhas e na situação de insuportável insalubridade em que se vivia nesses quintais urbanos transformados em espaços habitacionais precários e sobrepovoados.

As Ilhas do Porto e a sua erradicação, transformaram-se, assim, no leitmotiv das múltiplas iniciativas em torno da problemática da habitação que foram sendo lançadas ao longo de todo o século XX. Por trás delas esteve, numa primeira fase, a sociedade civil portuense que, neste domínio, não foi capaz de evidenciar capacidade de resposta que correspondesse às necessidades. Mais tarde, a iniciativa coube à Câmara Municipal do Porto, com sucesso variável e maior ou menor apoio do Estado. Foi preciso esperar pelo início da segunda metade do século para que um empreendimento de vulto tivesse lugar, com o desenvolvimento da primeira fase do Plano de Melhoramentos que permitiu concretizar, numa década – entre 1956 e 1966 – a construção de mais de seis mil fogos de habitação social.

Seguiu-se uma segunda fase do Plano e, já depois do 25 de Abril, a construção de novos empreendimentos, promovida pelo Município, pelo Estado, pelas Associações de Moradores (no contexto do SAAL e depois dele) e pelas Cooperativas. O Porto tornou-se, assim, a cidade portuguesa com maior proporção de habitação pública: cerca de 15% dos fogos pertencem à Câmara Municipal ou, mais residualmente, ao Estado central.

No decurso deste processo alguns problemas foram ultrapassados. A inaceitável e promíscua sobreocupação das casas do centro histórico – as chamadas ‘colmeias’ – deu lugar a um processo de acentuada desertificação, que antecedeu, em muito, o recente fenómeno da massificação do turismo. E, na última década do século, a implementação do PER (Programa Especial de Realojamento) fez desaparecer as aglomerações de barracas.



Apesar desta evolução, as Ilhas continuaram, lembrança acusatória de um Porto que se quer progressivo e cosmopolita, mas que não foi ainda capaz de resolver sérios problemas de desigualdade e exclusão. Ficaram, porventura, ainda mais escondidas e, frequentemente, foram esquecidas no discurso político e nas prioridades de intervenção.

Desta forma, ficou claro para todos que a situação das Ilhas está longe de estar resolvida, registando-se que uma parte significativa das casas e dos conjuntos habitacionais têm problemas graves de degradação e de carência de infraestruturas, impróprias dos nossos dias.

Ao mesmo tempo, gerou-se um novo e mais aprofundado debate. Será mesmo adequado erradicar as Ilhas? Não será possível, a partir delas, lançar um programa de regeneração urbana que envolva moradores e proprietários e que permita retomar, com novos patamares de conforto, o seu uso tradicional como fonte de habitação popular e, ao mesmo tempo, perspectivar outras utilizações, como por exemplo alojamento para estudantes, turismo ou outras actividades económicas?

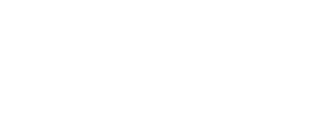
Esta é a fase em que estamos. A de construir um programa que crie condições para a requalificação de muitas das Ilhas, marca indelével da identidade portuense.

Trata-se de um esforço imenso, mas indeclinável. Em nome dos muitos que ainda habitam as Ilhas e em nome das muitas famílias portuenses que necessitam de uma habitação digna e que, não tendo recursos para alugar casa no mercado de arrendamento, não encontram resposta junto do Município.

A Bela Vista, uma das poucas Ilhas que persistem na posse da Câmara Municipal do Porto constitui, neste contexto, um exemplo especialmente relevante. Depois de ter sido deixada para trás ao longo de décadas e de ter visto gorada a requalificação no contexto do programa SAAL, a Ilha está finalmente a ser intervencionada, com envolvimento activo dos moradores e de uma generosa equipa técnica, cujo trabalho fica exposto neste livro.

Este trabalho, e o que nele todos aprendemos, pode agora ser usado como fonte de conhecimento para ser aplicado noutros projectos e, desejavelmente, numa muito maior escala de intervenção.

Para a Bela Vista e para os que nela resistiram está, agora, a acabar a «imensa espera». Com esta inspiração, esperamos ser capazes de acelerar o processo de mudança de que a Cidade tanto necessita.



PORTO: A «ILHA» DA BELA VISTA

CLÁUDIA DA COSTA SANTOS

(Presidente da Ordem dos Arquitectos Secção Regional Norte)



O projecto de revitalização da «ilha» da Bela Vista na cidade do Porto é um projecto com evidente expressão social e construída. Com pessoas que a habitaram, habitam e habitarão. Assim resumo a transfiguração (transfiguração porque se trata de uma mudança de aparência, de forma, mas nunca da sua essência, da sua função, do seu sentido de existência, da sua identidade individual e colectiva) desta zona urbana, espaço comunitário com identidade e memória, integrada na cidade do Porto.

No seu conteúdo, a tónica são as pessoas, com reflexo na consagração da habitação como direito humano básico de justiça social.

Na sua forma, as construções físicas são o suporte da qualidade de vida das suas populações e o conjunto constitui uma marca territorial integrada e participante da vida da cidade.

Esta área urbana, que antes figurava como uma situação extrema de deterioração construtiva e consequente falta de condições de habitabilidade, com moradores de escassos recursos económicos, marcados pela exclusão e segregação social e territorial, vem agora, com a actual intervenção, impulsionar convicções contra as desigualdades e abuso dos mais indefesos em matéria de Habitação, fazendo frente à pressão do mercado imobiliário e da especulação de solo como fonte de riqueza (que tanto se faz sentir actualmente na cidade do Porto).

O facto de este exemplo ser uma intervenção social, focada na habitação, não surpreende aqueles que se lembram do processo do SAAL (Serviço de Apoio Ambulatório Local), a ideia de uma arquitectura participativa concebida em colaboração com os cidadãos, onde o «lugar» anda de mãos dadas com a comunidade, cujas raízes vão até 1974.

Uma das características mais notáveis deste projecto, para além da (re)novação do conceito do SAAL, adequado à actual estrutura social, é a sua sensibilidade aos valores e necessidades dos habitantes e sua abertura à cidade. Esta zona urbana, apesar de assumir um valor e características próprias, não constitui uma unidade segregada do conjunto de cidade.

O que nos leva a reflectir sobre a cidade e os seus múltiplos paradigmas, espaço para se viver, feita por e de homens e interclassicista, como suporte às suas actividades, aos usos e às suas relações.

Talvez, o momento em que vivemos, nos permita avançar na revitalização não só das dimensões físicas da cidade, mas também das políticas, no aprofundamento da consciência colectiva a partir do exercício de novos vínculos centrados no ser humano, na determinação de gestos culturais práticos, que apurem processos quotidianos autónomos individuais e colectivos. A conciliação da visão das políticas dos decisores com as visões dos cidadãos, na busca de consenso. Planear para as pessoas, com as pessoas.

Uma nota final de homenagem ao trabalho desenvolvido com todas as forças vivas da «ilha» da Bela Vista. À equipa, e todas as entidades envolvidas, os meus parabéns pela contribuição que, com este projecto, deram, sem dúvida, ao engrandecimento da função nobre que é a Arquitectura como arte social – pensada para servir as pessoas.

O 25 DE ABRIL E A TRANSFORMAÇÃO DA CIDADE¹

ÁLVARO SIZA VIEIRA²

CIDADE, HABITAÇÃO E PARTICIPAÇÃO

Conservar a cidade – inverter a cidade. Cidade projectada – cidade espontânea. Tradição – inovação. Desejo – qualidade. Responsabilidade do projectista e cidade como construção colectiva. Processos de participação: renascimento ou fragmentação.

Falo na condição de arquitecto, e da condição de arquitecto; falo da transformação da cidade, lugar por excelência da arquitectura – face a uma súbita mudança.

1. O 25 de Abril tornou possível a intervenção de movimentos populares de luta pela casa e pelo direito à cidade, movimentos durante muitos anos controlados: reprimidos.

Para os arquitectos, abriu um campo vasto e urgente de projecto, fundamentado na participação directa e diversificada das populações.

Poucos responderam a essa chamada, pela precariedade das condições de trabalho, comprovada até à exclusão e inquérito, de resultados desconhecidos.

Para os que aceitaram a encomenda – profissionais, estudantes e estagiários – a adaptação às novas condições criadas foi difícil e também inesquecivelmente estimulante.

Deste período de trabalho, em clima de entusiasmo, conflito, solidariedade e ambiguidade, conheço alguma coisa do que se passou na cidade do Porto.

Podemos dizer que existiam e existem ainda duas cidades: a aparente e representativa e a cidade escondida dos interiores de quarteirão, dos pátios e das ilhas. Esta é a cidade marginalizada, tolerada porque indispensável ao seu desenvolvimento, a cidade que o regime não conseguira dispersar, pelos escassos meios à disposição e pelo objectivo dos programas. Construção de pequenas unidades de habitação periférica, de regulamento e controle fascistas.

1. A publicação deste texto foi, gentilmente cedido pelo Arquitecto Alvaro Siza Vieira que foi publicado pela primeira vez na *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 18/19/20, de Fevereiro de 1986, páginas 37-40. A publicação deste texto relaciona-se com a importância do problema da habitação na actualidade nacional e internacional. Quando todos já pensavam que o tema do direito à habitação estava ultrapassado ei-lo de novo nos debates políticos, sociais e académicos.

2. Arquitecto, participou nas Brigadas do SAAL (Serviço Ambulatório de Apoio Local), autor dos projectos SAAL de S. Victor e Bouça (cidade do Porto, 1975-76).

Nestas unidades, e pela dura experiência de nelas viver, despertou o movimento reivindicativo pelo direito à habitação e à cidade. Esse movimento ganhou dimensão e influência, ao comunicar-se às populações das áreas degradadas do centro histórico e do anel envolvente; e para isso contribuíram laços de antiga vizinhança, reforçados quando pontualmente cortados.

2. A crise latente da Arquitectura e da Cidade contemporâneas, que o desenvolvimento europeu dos anos 50-60, e com ele o mito da invenção e o optimismo pouco convencido, não conseguiram ocultar, face a pequenas mas prestigiadas reacções, encontrou em Portugal, depois do 25 de Abril, o clima de sobressalto, análise, abertura e proposta que até aí faltara. Em larga escala e também em curto instante.

Diferentes reacções, de difícil ajustamento, nasceram do encontro com a arquitectura popular – não a tradicional, anónima e sabiamente adaptada a um meio geográfico e social de lenta transformação, mas a resultante da violenta ruptura do pós-guerra, entre nós tardia, mas igualmente intensa, das carências, da revolta e do desejo antiquíssimo de beleza e de conforto.

A súbita revelação de fragmentos dolorosamente belos ou desajeitadamente copiados, em contraste com a cinzenta e distante prática profissional, explicam em Portugal o repentino alinhamento com as tendências europeias, desencadeadas por mais lentas e experimentadas vias, e que se traduzem:

- a) Numa crítica ao uso do património disciplinar, considerado purista e elitista na sua prática «moderna», e na apressada procura de uma espontaneidade perdida, em termos reais rara ou inexistente. Esta tendência proclama-se dos valores lúdicos da Arquitectura, também da História, quase sempre encarada como neutro depósito de formas.
- b) Numa descida às raízes do Movimento Moderno, naturalmente interminável, e por isso mesmo limitada a algumas referências de menor risco.

Nos dois casos, uma incapacidade (que coincide com um convite generalizado, quando não imposição) em mergulhar no interior dos movimentos e da transformação da cidade, exteriores a níveis de decisão onde a participação directa raramente acontece, ou só tarde, ou com deficiente informação; e que por isso a eles se sobrepõem, sendo determinantes em Portugal, como é visível.

Incapacidade talvez inevitável.

Um processo de participação move-se entre conflitos, tensões, choques, entrega, saltos, paragens; compreende erros e também a sua crítica; acumula experiência; tende à globalidade.

Pouco tem a ver com a apaziguadora noite de burocracia em que se vem transformando, um pouco por toda a parte onde ainda ou já existe, ou com o processo de fragmentação da cidade em bolsas de preservação, de participação, de qualidade, de permissividade.

Pouco tem a ver com tendências de Arquitectura em circuito interno, e com as suas diferentes combinações e doses.

Momentos de um progresso criativo de participação aconteceram em Portugal, depois do 25 de Abril. E por isso se verificou o único instante de interesse internacional significativo pela Arquitectura Portuguesa, pelo menos do meu conhecimento, e em contemporaneidade.

Não creio distorcer a realidade, ao afirmar que esse período criativo participado, de exteriorização da cidade escondida, num percurso da casa pobre ao Plano, quase não tem seguimento; e que se volta a privilegiar a dócil e atrasada importação de modelos, incluindo os mascarados de irreverência.

3. Esta é a condição em que actua o arquitecto, responsável de 3% do que constrói em Portugal, de aproximadamente 10% na cidade do Porto.

Nesta condição, o arquitecto não pode actuar (participar) imitando a espontaneidade que não tem; nem fechando-se numa produção supostamente erudita, quando a transformação da Arquitectura e da Cidade sempre assentou no cruzamento, mestiçagem, inovação e continuidade, procura de resposta aos problemas do quotidiano e ânsia de aventura.

Da atenção e da intuição retira a Arquitectura legitimidade, como disciplina e como linguagem.

De momento, a arquitectura dos 3% não pode ser senão radical, não pode parecer senão distanciada.

Do rigor do arquitecto só pode resultar demarcação da caótica e também estimulante transformação clandestina.

Nesta transformação se há-de perder ou encontrar, pois rigor compreende a sua observação, indignada e maravilhada, até à permeabilidade espontânea.

Apetece-me terminar parafraseando Vargas Llosa, quando fala de Literatura: a Arquitectura desaparecerá, quando a Humanidade for feliz.

Até lá, a responsabilidade mantém-se.

PELO DIREITO À HABITAÇÃO E À CIDADE: A CONSTRUÇÃO DE REDES ALARGADAS DE DISCUSSÃO

ISABEL RAPOSO³

Como contributo para a debate sobre o papel da participação na qualificação de áreas habitacionais populares lançado no quadro da conclusão da primeira fase da reabilitação da Ilha da Bela Vista, no Porto, começo por recordar que a questão da habitação à escala mundial não se resolveu, antes se agudizou nestes dois séculos de urbanização acelerada. Com a explosão demográfica e humana somos hoje quase oito vezes mais habitantes no planeta do que éramos no dealbar do século XVIII, somos cerca de 50 vezes mais habitantes urbanos e, destes, os que vivem em condições habitacionais precárias ultrapassam um bilião de humanos, o mesmo número que habitava o planeta em 1800.

Nas cidades cada vez mais extensas, concentra-se a riqueza, o progresso tecnológico, a mobilidade de bens, pessoas e informação, a inovação e a criatividade, mas é também nas cidades sobretudo do Sul que figuram as maiores aglomerações de pobreza sem habitação condigna nem infra-estruturas básicas. A situação varia segundo os contextos económicos e políticos e a situação militar, mas a questão da habitação que Engels delineava de forma crítica no final do século XIX (1872) persiste. Vários factores concorrem para esta situação: a distribuição desigual de riqueza e recursos entre regiões, países e no interior de cada país e cidade; a desigualdade social que se tem agudizado entre grupos sociais; a urbanização crescente e a concentração urbana em urbes cada mais extensas, fragmentadas e também elas desiguais, como a sociedade que as produz; a falta de leis e de vontade política para controlar a valorização fundiária e imobiliária que se traduz no grande número de imóveis vazios sobretudo nas áreas centrais, na renovação destas áreas e sua gentrificação, na tendência recente e crescente para a venda ou aluguer a estrangeiros e na periferização dos residentes mais vulneráveis; a falta de interesse ou a incapacidade dos poderes públicos em investirem na melhoria do habitar de um número crescente de cidadãos de poucos recursos, especificamente nas suas infra-estruturas básicas, equipamentos sociais e produtivos; o desinteresse dos privados por este mercado de habitação não lucrativo; a inadequação dos projectos de realojamento massivos geralmente periféricos ensaiados desde a Segunda Guerra Mundial, seguindo referências do paradigma funcionalista; e a falta ou insuficiência de instrumentos para a qualificação da auto ou coprodução do espaço pelos cidadãos.

3. Professora Associada da Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa (FA-UL), coordenadora do Grupo de Estudo Sócio Territorial, Urbano e de Acção Local, do Centro de investigação em Arquitectura, Urbanismo e Design da FAUL.

A inexistência ou inadequação do investimento público na habitação para os habitantes de menores rendimentos contrasta com o grande investimento privado e também público na valorização das áreas urbanas centrais para as classes mais favorecidas. Corrente nos países desenvolvidos no terceiro quartel do século XX, este paradigma tornou-se dominante à escala global, indiferente à crise imobiliária e financeira generalizada. Para Immanuel Wallerstein (2010) estamos perante uma crise estrutural do sistema-mundo capitalista na qual se confrontam duas posições políticas antagónicas: por um lado, uma tendência ao aumento da hierarquia e do autoritarismo, da exploração e da polarização social e por outro o surgimento de múltiplas formas de resistência e luta social por mais democracia e igualdade. Como referi em texto anterior (Raposo 2016), este antagonismo político, com todos os seus cambiantes, espelha-se ao nível territorial e dos paradigmas de intervenção urbana.

Nas últimas décadas, como expressão do capitalismo financeiro dominante, afirma-se um urbanismo de cima para baixo, assente em parcerias publico-privadas e em forte investimento na competitividade urbana. Este paradigma aposta em grandes projectos de renovação das áreas estrategicamente localizada, de criação de novas centralidades, de construção de grandes infra-estruturas urbanas, de grandes e mediáticos equipamentos, ou de luxuosos condomínios residenciais privados, assentando frequentemente, como atrás referi, em processos de gentrificação e periferização da pobreza.

Em reacção à crescente segregação social e espacial que estes projectos têm desencadeado, multiplicam-se as formas de resistência e os movimentos sociais focados em questões territoriais, como as infra-estruturas, o espaço público e a habitação, consagrada esta como um direito fundamental ao nível nacional e internacional. Neste contexto, emerge à escala global um urbanismo alternativo ao sistema dominante, interactivo, colaborativo ou partilhado, que tem como prioridade a coesão social e territorial, a qualificação do território e o reforço das identidades e solidariedades locais. Este paradigma tem-se caracterizado por pequenos projectos de intervenção local que incluem os habitantes como co-autores da transformação do seu lugar e da dignificação do seu habitar, constituindo ensaios de construção do Direito à Cidade no sentido emancipador a que se referia Henri Lefebvre (1968).

Em Portugal, no novo milénio, o investimento público na habitação está ainda marcado por uma visão funcionalista e de cima para baixo (como foi o caso com o Programa Especial de Realojamento, PER) e o investimento privado tem privilegiado cada vez mais as áreas centrais e peri-centrais e os grupos de maiores recursos e recentemente o capital estrangeiro. Todavia, emergem programas públicos mais interactivos, a nível nacional (como o Programa PROQUAL ou a Iniciativa Bairros Críticos) e municipal (como o programa BIP-ZIP lançado pelo município de Lisboa). Embora de investimento reduzido e configurando projectos isolados partem de uma visão de cidade mais igual e democrática, visam a qualificação do lugar e a inclusão dos grupos sociais de menos recursos e agregam os habitantes e outros agentes na discussão sobre o seu território. Para além destes programas públicos, têm emergido em bairros semi-urbanizados, outros pequenos

projectos conduzidos numa abordagem interactiva por associações locais, por equipas académicas e/ou por ateliers privados em estreita interacção com os vários agentes locais, da sociedade civil e do poder local, não isenta de clivagens e conflitos, que visam igualmente a qualificação partilhada do lugar e o empoderamento cidadão.

O resultado final destes pequenos projectos está sempre dependente da relação de forças, que não é estável, entre os vários agentes envolvidos, entre as suas multi-racionalidades, diferentes interesses e capacidades de acção. O alcance do objectivo partilhado de coesão social e urbana requer forte capacidade de negociação dos actores locais, convicção no bem comum, engajamento de equipa técnica com estreita e persistente inserção local e mobilização de aliados.

A intervenção na Ilha da Bela Vista que serviu de mote para esta pequena reflexão, é exemplar destes ensaios de um urbanismo de proximidade, desenhado com e para os moradores, e que cumpriu o direito a uma habitação condigna e o direito ao lugar. Na Ilha da Bela Vista foi relevante o grande empenho e convicção e, também, o voluntariado e voluntarismo de uma equipa de intervenção multidisciplinar, forte na sua competência sócio-antropológica e arquitectónica, com escuta atenta do lugar e dos seus desígnios e continuada ligação à comunidade. Tendo como premissa a valorização da coesão social e da identidade local, o projecto soube associar a incorporação de sinais das práticas de habitar (como o banco corrido fronteiro), com a introdução de soluções inventivas e detalhadas (embora contidas pelo orçamento e parcelamento reduzidos), visando a melhoria da habitabilidade básica e a reinstalação *in situ* dos moradores. Para além do entrosamento no local e do dinamismo da equipa do projecto, outros factores contribuíram para viabilizar a intervenção: a propriedade municipal do solo; a existência de casas vazias permitindo o realojamento provisório *in loco* e a instalação de novos residentes; a pequena escala de intervenção e uma forte interacção com um poder municipal, uma vez mais não isento de divergências, que se abriu a intervenções mais inclusivas.

O limite deste tipo de projectos de intervenção habitacional, para além da complexidade e morosidade dos processos interactivos, é o seu carácter pontual e o seu investimento reduzido, nalguns casos de âmbito sectorial, não incorporando a dimensão socioeconómica que está na base da precariedade do habitar, e assumindo desta forma um efeito apenas paliativo. Mas as virtudes destes processos são múltiplas: as pequenas melhorias no habitar; a renovação da vida urbana; a revitalização e reforço das relações de vizinhança e de solidariedade social; a aprendizagem colectiva; a sensibilização das forças políticas e técnicas para práticas inovadoras e colaborativas de melhoria do habitar e de coesão socio-espacial; e a sua exemplaridade. A questão que se coloca e que o projecto na Ilha da Bela Vista convoca, é como potenciar, reforçar e replicar estas práticas para que constituam acções transformadoras num sentido mais lato.

Considerando, na linha de Lefebvre (1974), que o espaço é produto do social, estas práticas, programas e visões alternativas, interactivas e resistentes que apostam no bem comum e na coesão socioespacial, são marginais ao sistema dominante neoliberal que se foca no valor de troca, na

obtenção de mais-valias e na competitividade urbana. O seu alcance é por isso reduzido. Estamos longe do contexto revolucionário do 25 de Abril que favoreceu a emergência de um novo modo de produção de habitação e cidade, interactivo e inclusivo, à escala nacional. Todavia, desde a década de 1990, com a crescente globalização do capitalismo neoliberal e a complexidade crescente dos fenómenos urbanos, aumenta a interdependência entre actores e instituições. Se no seu campo, o sistema defende as parcerias público-privadas e a participação pública institucional, nas suas margens emergem movimentos sociais urbanos e organizações da sociedade civil, mais ou menos independentes, que têm vindo a ganhar expressão política e apostam no reforço do dialogo entre si, mas também com actores públicos, locais e nacionais, e com organizações internacionais, em encontros nacionais e internacionais.

Neste sentido, as novas tecnologias de informação e comunicação que servem a cidade competitiva e desigual, constituem também ferramentas decisivas para a articulação, divulgação e reforço de lutas pelo direito à habitação e à cidade, para a partilha de informação sobre processos e projectos inclusivos, bem como para o visionamento e co-desenho de uma cidade (e uma sociedade) mais democrata e com maior qualidade de vida para todos. A construção de uma nova ordem mundial com mais justiça espacial e social, dependerá em grande parte da capacidade de conhecer, co-reflectir, interagir, divulgar, mobilizar, confrontar, articular e reforçar, em redes alargadas de discussão, as múltiplas experiências e resistências.

BIBLIOGRAFIA

LEFEBVRE, Henri (1974), *La production de l'espace*, Paris: Éditions Anthropos.

LEFEBVRE, Henri (1968), *Le droit à la Ville*, Paris: Éditions Anthropos.

RAPOSO, Isabel (2016), Marginal urban areas: A new global Phenomenon needs new ways of thinking and intervening. Lisbon Metropolitan Area (Portugal). In Ognen M. (Ed.) *Inclusive/Exclusive cities*. Sinergi Project: Skopje.

WALLERSTEIN, Immanuel (Março 2011), Structural Crisis in the World-System. Where do we go from here? *Monthly review*. Vol 62. issue 10. In: <http://monthlyreview.org/2011/03/01/structural-crisis-in-the-world-system>.

POR UMA HABITAÇÃO BÁSICA PARA TODOS: PARTICIPAÇÃO E PRECONDIÇÕES DE ACÇÃO COLECTIVA

MANUEL CARLOS SILVA⁴

Tomando como ponto de partida que as metodologias participativas são um instrumento nuclear dos processos de transformação e emancipação social e tendo consciência das dificuldades teórico-práticas de envolver os diversos agentes na acção colectiva por condições de habitação básica, considero, na esteira de Bader (1991) e enquanto investigador responsável do projecto de investigação «Modos de vida e formas de habitar: Ilhas Bairros Populares no Porto e em Braga (PTDC/IVC-SOC/4243/2014)», a necessidade de analisar e avaliar os factores que influenciam ou favorecem a emergência e a consolidação das identidades grupais ou colectivas e correspondente acção colectiva, a partir de precondições que se enunciam:

- (i) que haja uma relativa homogeneidade de posições objectivas de vida de determinado grupo/comunidade, enquanto vítimas de processos de exploração e/ou dominação por parte de instituições (supra/inter)estatais e classes/grupos dominantes em contextos específicos;
- (ii) que se verifiquem assimetrias, desequilíbrios e injustiças no acesso e no grau de controlo de recursos e recompensas e que as classes/grupos dominantes e o poder estatal sejam percebidos como «usurpadores» de direitos sociais adquiridos, provoquem descida social e empobrecimento, ameacem direitos básicos de subsistência, pondo em causa a segurança mínima de uma vida decente;
- (iii) que determinadas estruturas sociais em determinadas situações históricas concretas proporcionem o aparecimento e/ou reforço de determinadas classes e/ou categorias sociais, as quais, formando um abrangente actor colectivo, possam gizar estratégias que, ultrapassando diferenças e categorizações internas, consigam convergir em plataformas de acção comum;
- (iv) que a formação de grupos/classes sociais, assente em identidades e interesses específicos (*v.g.*, como operário, como trabalhador qualificado) mas com algumas experiências comuns vividas pelos próprios actores sociais com uma relativa homogeneidade de hábitos (*habitus*)⁵, costumes e estilos de vida, torne possível a emergência e o confronto de classes/grupos

⁴. Sociólogo e investigador integrado do Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.Nova_UMinho).

⁵.

sociais em acção, para o que contribuem discursos políticos e retóricos por parte, quer dos dominantes, quer dos dominados;

- (v) que as classes/grupos sociais em confronto não sejam apenas potenciais entidades em conflito mas reais grupos de conflito, em que determinadas classes/grupos (ou bloco de classes), não obstante as diferenças internas de interesses ou narrativas discursivas, assumem e partilham identidades, culturas e linguagens comuns, enquanto veículos co-estruturantes de identificação e expressões de consciência de classe, seja por parte dos dominantes, seja por parte dos dominados;
- (vi) que a(s) classe(s) social(is), enquanto tal, detenha(m) interesses objectivos (materiais, legais e simbólicos) próprios, percebidos pelos próprios e perceptíveis aos demais através de hábitos e estilos de vida, aspectos culturais, símbolos, rituais e valores;
- (vii) que as respectivas classes/grupos sociais explorados/dominados/oprimidos, no referido processo de formação da sua cultura e identidade, articulem objectivos, estratégias e táticas para a acção, não só libertando-se das normas cognitivas e narrativas ideológicas de naturalização das formas de exploração ou dominação por parte dos grupos dominantes, como concebendo utopias específicas na acepção de Mannheim (1976) no sentido da polarização de conflitos e da luta pela emancipação social;
- (viii) que as classes dominadas consigam alcançar um grau assinalável de organização social e política, o que pressupõe não só a associação de cada uma delas, como a superação de eventuais diferenças internas, concertação entre líderes e organizações, numa linha ampla e com base nos interesses comuns;
- (ix) que nos conflitos, nas negociações e na acção colectiva sejam mobilizados recursos de poder disponíveis, quer internos (cultura, *habitus*, identidade, organização, liderança) quer externos (aliados, instituições e órgãos estatais, princípios jurídicos e políticos);
- (x) que sejam tidas em conta na estratégia as oportunidades de acção externa, de modo a atrair potenciais aliados, neutralizar terceiros indecisos e responder a contramobilizações dos adversários, seja pela negociação e conciliação, seja pela polarização e confronto.

Estes dez pontos constituem um relevante contributo para compreender e explicar a acção colectiva, nomeadamente de classe, a par de outras como as étnicas ou de género. Estas (pre)condições, susceptíveis de permitir compreender e explicar a emergência, a polarização ou a diminuição do conflito social, devem levar em linha de conta o curso do processo e outras consequências intencionais e não intencionais, podendo ser vistas não apenas como efeitos mas também como causas que afectam, alteram ou transformam as estruturas sociais e políticas existentes, nomeadamente estatais.

Nos processos de reivindicação e de luta pelo direito à habitação básica e pelo direito à cidade por parte de moradores de ilhas e bairros populares no Porto (desde projecto SAAL até hoje) (cf. Matos

Rodrigues e Silva 2015), em que, não obstante alguns obstáculos institucionais e interesses imobiliários e grupos instalados indutores de processos de gentrificação nomeadamente ao tempo dos mandatos de Rui Rio, se constata alguns resultados positivos de reabilitação e requalificação de ilhas do Porto, vg. a Bela Vista (em curso) e o Rio Bom (projectado).

A fim de as metodologias participativas darem um contributo e serem bem sucedidas, torna-se necessário ter presente as suas limitações e potencialidades, desde que combinadas e articuladas com as diversas precondições resultantes de diversos níveis de análise: societal ou socio-estrutural, organizacional-política e interactivo.

BIBLIOGRAFIA

Bader, V. (1991), *Collectief Handelen*, Groningen: Wolters-Noordhoff.

Mannheim, Karl [1976(1929)], *Ideologia e Utopia*, Rio de Janeiro: Zahar Editores.

Rodrigues, Fernando Matos e Silva, Manuel Carlos (2015), *Cidade, Habitação e Participação*, Porto: Edições Afrontamento.

CIDADE E PARTICIPAÇÃO⁶

Dois casos paradigmáticos: Bela Vista e Riobom

FERNANDO MATOS RODRIGUES⁷

A operação de renovação / reabilitação da Ilha da Bela Vista e do Bairro do Riobom / Fontainhas na cidade do Porto, insere-se numa filosofia de intervenção participativa por parte do Laboratório de Habitação Básica, envolvendo a comunidade residente no bairro, os titulares dos terrenos, a Câmara Municipal do Porto, na pessoa dos Vereadores do Pelouro do Urbanismo e da Habitação, em benefício do direito à cidade e à habitação.

A equipa do Laboratório associando três gabinetes de arquitectura⁸ numa coordenação transversal e interdisciplinar⁹, construiu um programa a partir dos problemas concretos no bairro, na escarpa e no lugar em função da sua ligação com a cidade consolidada, mas sempre em benefício da promoção do direito à habitação por parte daqueles que ocuparam, reconstruíram e valorizaram o sítio como lugar de habitar.

O Laboratório de Habitação Básica vai proceder à implementação de projectos de comunidade e de antropologia aplicada¹⁰, tendo como base metodologias participativas, de forma a implementar uma reflexão crítica e holística sobre os processos e as formas de compreensão, que nos possibilitem a construção de uma operação de reabilitação do Bairro do Riobom e Escarpa das Fontainhas, a partir da experiência na Ilha da Bela Vista. Uma operação que se pretende desenvolver em processo relacional e interdisciplinar, de forma a envolver os moradores, os proprietários, os pode-

6. Este texto foi publicado no *Mundo Diplomatique*, versão Portuguesa, edição de Setembro de 2016.

7. Antropólogo. Director e Fundador do Laboratório de Habitação Básica. Responsável pela implementação da Operação da Ilha da Bela Vista, num programa de reabilitação de arquitectura básica participada (2013-2016). Investigador no CICS.NOVA – UM. Professor de Antropologia do Espaço no Mestrado Integrado em Arquitectura na ESAP (1991-2015), autor do livro Cidade, Habitação e Participação em co-autoria com Manuel Carlos Silva (CISC.NOVA-UM), publicado nas Edições afrontamento em 2015. Coordenador da Operação do Riobom / Fontainhas, com o Professor / Arquitecto André Cerejeira Fontes / Prof. Sociólogo Manuel Carlos Silva.

8. O programa de reabilitação do bairro do Riobom / Fontainhas tem a colaboração dos gabinetes de arquitectura Imago (António Jorge Cerejeira Fontes, André Cerejeira Fontes, Nuno Cruz), João Carreira e José Gigante.

9. A Operação Riobom / Fontainhas, tem a colaboração do CICS.NOVA, com coordenação do Professor Catedrático da Universidade do Minho Manuel Carlos Silva.

10. Este modelo de intervenção foi implementado e testado na reabilitação da Ilha da Bela Vista entre 2013-2016 (na cidade do Porto), que se encontra em fase de fim de obra. A Operação da Ilha da Bela Vista foi organizada a partir de um programa de arquitectura básica participada com a Associação dos Moradores da Ilha da Bela Vista e posteriormente com o Pelouro de Habitação da Câmara Municipal do Porto, pois trata-se de uma ilha municipal. Coube-me a mim a coordenação e a implementação deste programa, com a coordenação do projecto de arquitectura de António Jorge Cerejeira Fontes e André Cerejeira Fontes (IMAGO/LAHB).

res municipais e a equipa técnica coordenada pelo LAHB. Este processo organiza-se e estrutura-se em função da mediação, da participação e da integração dos moradores do Bairro do Riobom num complexo e exigente processo de participação e de compromisso entre todas as partes. Ao longo destes dois últimos anos, realizaram-se várias reuniões de trabalho (assembleias de moradores, seminários, workshop, visitas de campo, etc.), com os moradores e a equipa do Lahb, só posteriormente foi possível envolver os proprietários do Riobom na definição de uma estratégia e programa comum. Importante referir a participação do Pelouro de Urbanismo e da Habitação da Câmara Municipal do Porto em todo o processo, de forma a patrocinar uma solução que ao mesmo tempo resolva a carência habitacional e também dê resposta à consolidação da cidade qualificada em zonas de abandono ou de ruína pela desterritorialização da indústria na cidade do Porto.

O desenho da Operação para a reabilitação do Bairro do Riobom e Escarpa das Fontainhas, obedece a um plano criativo e flexível, que se vai costurando momento a momento, caso a caso, negociando entre as partes o que for possível negociar, sem pressa, sem racionalismos exacerbados, sem dogmatismos de forma a criar espaço de abertura e de compromisso fundamentais, para a criação e implementação do projecto de reabilitação.

As possibilidades de implementação de uma operação deste tipo, implica um conjunto de condições básicas: primeiro: ter uma comunidade organizada e estruturada; segundo: construir uma relação de confiança entre todas as partes; terceiro: apresentar uma proposta de trabalho com base em metodologias participativas e colaborativas; quarto e último, construir uma estratégia de comum acordo entre moradores, proprietários, poderes municipais e equipa com sustentabilidade social, económica, técnica e científica.

Evidentemente, que as possibilidades de implementação de uma operação deste género, depende e muito da experiência e das capacidades físicas e humanas, técnicas e científicas da equipa coordenadora, da energia mobilizadora dos moradores, da bondade inteligente dos proprietários e do sentido de responsabilidade política dos poderes municipais na defesa e valorização de políticas de habitação de interesse público.

A partir daqui, é necessário uma equipa que se integre no lugar, no ambiente do bairro, que mantenha uma relação de confiança com os moradores, se possível com os proprietários, de forma a propor soluções e alternativas de renovação do sítio. Onde todos, mesmo todos, possam de forma participada e activa ver garantidas as suas expectativas e direitos. E desta forma garantir o Direito à Cidade sem exclusões e gentrificações.

A primeira dificuldade foi integrar todas as partes na discussão e na resolução do problema. Para isso organizaram-se reuniões com os moradores, com os proprietários e com a Câmara Municipal do Porto (Pelouro de Urbanismo / Habitação), seminários, estudos, visitas, promoveram-se notícias e reportagens, da qual destacamos a primeira em 2003, «Da Minha Ilha não se Vê o Mar»¹¹.

^[1] Uma «Grande Reportagem-SIC», do grande repórter Carlos Rico.

O objectivo era trazer todos os interesses e interessados à colação, debatendo ideias e soluções, questionando e identificando problemas e dificuldades, descobrir e valorizar os aspectos positivos e as vantagens do lugar. Mas, tendo a convicção que os moradores são parte integrante da equação e da solução (João Carreira, 2016)¹². Sem eles, não faz sentido, abordar o problema e construir uma solução.

Estamos convictos que os moradores não são o problema, mas uma boa parte da solução desse mesmo problema. E o problema é o abandono da escarpa, a ruína e o empobrecimento humano, social, ambiental e económico em que se encontra uma boa parte da cidade do Porto. É urgente olhar para estas comunidades e reaprender com elas a interagir com a cidade velha, a conhecer dinâmicas e soluções eco sustentáveis próprias da vida básica ou mínima, que foram implementadas e consolidadas ao longo de décadas de ocupação, longe da rigidez burocrática e hiper-racional do plano que em vez de integrar excluiu e segregou os antigos moradores da cidade nos blocos periféricos.

Os moradores sempre nos acolheram com carinho, com elegância, mas com uma desconfiança metódica, típica daqueles que vivem à margem, abandonados pelo estado do Bem-Estar Social. Com o tempo a desconfiança cedeu à confiança e mais tarde veio a esperança. A esperança que lhes possa garantir o direito a viver naquele lugar, naquele bairro e naquela escarpa. Em harmonia com a cidade alta, que vai dos Guindais ao Prado do Repouso, das Fontainhas à Corticeira. Na ilha da Bela Vista a implementação do programa de habitação básica participada, também passou por uma fase de difícil aceitação, onde reinou muitas vezes a desconfiança e valeu o empenho do António Fontelas no apoio e no envolvimento da comunidade.

Estamos a falar de uma comunidade com origens na Ilha da Praia, Cabo Verde, que ocupou o antigo bairro operário de Riobom¹³ (século XIX) bem como os terrenos das escarpas desde 1974/75

^[12] Cf. João Carreira, «A Escarpa verde adiada nas Fontainhas», in Semanário: Vida Económica, de 19 de Março de 2016; bem como a reportagem de Elisabete Soares no dossier Imobiliário: «Reabilitação do Bairro de Riobom reúne consenso de autarquia, proprietários e moradores», Vida Económica, de 19 de Março de 2016, p. VII.

^[13] B.P.M.P, Códice n.º 1.296 – 1867, Mappa Synoptico Estatístico – Histórico dos Mananciaes Publicos desta Cidade do Porto, fol. 50-51; Segundo a informação recolhida neste documento: «Talvez fosse fundada esta Fábrica de Cortumes, para suprir com vantagem Municipal a falta de cortumes até então localizados na rua e largo do Souto, inutilizados para a construção da Nova Praça. Desde a sua construção foi costume andarem arrendados, e por que houve em tempo questão sobre a propriedade d’esses Cortumes ou Pellames, lê-se no Accordão de 7 de Agosto de 1813 exarado no Livro de Vistorias em 1789 a fol. 35, a declaração terminante de serem os ditos Pellames do Senado». No mesmo documento fica-se a saber que «já em 1789 andava esta fabrica municipal arrendada a António Ribeiro da Silva Queirós». Esta fábrica aparece localizada «na parte inferior dos Lavadouros públicos, que ainda há sobranceiros ao Passeio das Fontainhas». Em 1895 José Riobom em Requerimento à Câmara solicita autorização para a construção de um muro de vedação de um terreno que possui desde o caminho marginal até ao Monte do seminário e estrada publica. Em 26 de Setembro de 1916, em Ofício enviado à Câmara Municipal do Porto, declara: «Joaquim Riobom dos Santos proprietário d’uma fabrica de cortumes no Monte do Seminário, freguesia do Bonfim, pretende mandar construir um anexo, destinado a escritório particular e bem assim a ampliação da estufa» (Cf. A.H.M.P., D-CMP/7 [205], fol. 50-54). Aparece na Conservatória do Registo Predial do Porto, com a seguinte descrição: uma fábrica de curtumes, com diversos armazéns, tanques de curtir, casas de habitação, dependências, garagem e 34 casas térreas a que correspondem 42 moradias, em forma de bairro, contíguas à mesma fábrica, árvores de fruto, horta, vinha e mais pertenças.

até a actualidade. A partir daí, organizam o espaço doméstico e o espaço exterior de acordo com as suas necessidades; reconstroem algumas das células habitacionais que estavam degradadas, introduzindo mais-valias, melhorias substanciais no interior da habitação como sanitários, água e luz; organizam os terrenos entre as casas e os socalcos com hortas familiares, com pomares, com laranjais; dividem a escarpa em pequenos lotes onde plantam cebolo, ervilhas, favas e batata-doce; introduzem a cana-de-açúcar, a bananeira, entre outros produtos exóticos. Por exemplo, na ilha da Bela Vista foram os moradores integrados na sua Associação que foram resolvendo as carências na Ilha no que diz respeito ao saneamento, iluminação colectiva, segurança e limpeza nos espaços colectivos. Em torno da Associação de Moradores os residentes na ilha foram reconstruindo as suas estruturas sociais, aprofundando os vínculos de vizinhança, de forma a consolidar as estruturas simbólicas e sociais da comunidade.

Foram, lentamente, construindo uma comunidade de vizinhos, de amigos e de parentes. Os que chegaram primeiro foram reconstruindo as casas, com novas divisões, com novos materiais, com novas aspirações e foram acolhendo parentes e amigos nas suas pequenas casas. Organizaram-se de forma a resolver a ausência de infra-estruturas, como a luz, o saneamento e a água nas suas casas. A solidariedade, a amizade e a organização foram os principais instrumentos desta empreitada, sem esta força anímica e solidária tudo seria, mais difícil afirma Acácio Gonçalves, um dos moradores mais antigos do bairro, natural da Ilha da Praia. A ilha da Bela Vista sendo propriedade da Câmara Municipal do Porto, e os seus moradores pagarem uma renda social à Domus Social, não impediu que se desenvolve-se um processo de reconstrução das casas habitadas, com a introdução de melhorias por parte de quem aí habita, sem o apoio económico e técnico da empresa municipal de habitação. Os moradores de acordo com as suas possibilidades económicas fazem as obras no interior das suas casas, e a Associação de Moradores vai zelando pelos espaços exteriores.

A comunidade de Cabo Verde instalou-se no velho bairro do Riobom, recuperou e reconstruiu as casas, os espaços comuns, organizou a distribuição do espaço das hortas e quintais, deu novas funções às antigas instalações da fábrica de Curtumes, bem como organizou as águas e as fontes das suas minas. A ocupação de um território singular, numa das escarpas do lado sul do rio Douro, com as suas topografias fortes em penedia e abundância de águas, cortada com pesadas infra-estruturas ferroviárias, como sejam as linhas de S. Bento e de Massarelos, com relações complexas entre as cotas altas (Passeio Publico das Fontainhas, Rua Gomes Freire e Largo Padre Baltazar Guedes), e as cotas baixas com a Avenida Gustavo Eiffel. O rio Douro de platina a correr para um horizonte sem fim. E a ponte de D. Maria Pia altaneira e cosmopolita, cravando-lhes no peito uma «*sodade. Sodade dess nha terra*»!

Desde 1999 que acompanhamos esta comunidade, descodificando as especificidades do espaço construído, as variações e as genealogias do espaço-tempo, as relações com as práticas dos habitantes, a sua gramática espacial com as suas propriedades sintáxicas. A relação entre o espaço-nosso e o espaço-deles, as configurações entre um dentro aberto e um fora consentido e partilhado. São sempre momentos de partilha, por entre dois dedos de conversa entre canaviais de cana-de-açúcar

e as hortas. Toda uma paisagem monumental, rasgada sobre o Douro, tendo por fundo a Serra do Pilar. O tempo perdido entre derivas de olhares e descobertas de sentidos que nos levam para as laranjeiras em flor, os perfumes no ar, os muretes que nos servem de banco e de mesa. Aliás, sobre esta forma lenta de namorar entendendo a cidade, a rua e o bairro, a escritora Agustina Bessa-Luís recomenda «É preciso ser ocioso e talvez quase pobre, para conhecer a cidade em que se vive. Percorrê-la a pé, sem entrevista marcada ou hora de ponto...»¹⁴.

É dentro deste contexto, e através da implementação de um programa de arquitectura básica participada, que fomos desenvolvendo, a Operação Riobom / Fontainhas (2014 a 216), de forma a dar resposta às solicitações dos moradores que ocuparam e reconstruíram o Bairro do Riobom e respectiva escarpa de acordo com os instrumentos de planeamento para aquela zona da cidade do Porto. Organizamos o primeiro Seminário de Habitação Básica (International Basic Housing Workshop – Casa do Infante, dias 11 e 12 de Abril de 2014), como forma de primeira abordagem disciplinar ao sítio em questão. Daí, resultaram, um conjunto diversificado de propostas e ideias que contribuíram para o desenho da actual proposta que engloba uma área que se situa entre as pontes de D. Maria Pia e do Infante, confinantes na cota alta ao Passeio das Fontainhas, Rua Gomes Freire e Largo do Seminário e na cota baixa com a Avenida Gustavo Eiffel e marginal do rio Douro. A proposta central focaliza-se na reabilitação do bairro do Riobom com um programa de 52 casas de habitação básica onde se vão posteriormente realojar os actuais moradores. As restantes podem ser integradas no sistema de arrendamento livre ou condicionado. O programa prevê também a reabilitação das hortas e jardins, pomares como uma espécie de jardim aberto à cidade de forma a possibilitar uma apropriação contínua de toda a escarpa desde os guindais até à zona do freixo.

Nas outras ruínas da antiga fábrica de Curtumes do Riobom está programado um hotel de média escala, integrado na paisagem e na escarpa, sem alterar a natureza do lugar e a magia do cenário. Outras ruínas possibilitam a introdução de actividade económica e social diversificada. Propõe-se a reabilitação do antigo bairro do Nicolau para habitação básica a partir de rendas que permitam a inclusão de jovens e de famílias com rendimentos médios baixos. Nas ruínas da antiga fábrica de Louça Carvalhinho a equipa propôs um programa que recupere aquela unidade de forma a criar uma Fábrica das Artes e Ofícios com a instalação de micro empresas em espaços disponibilizados a custos muito básicos, geradoras de actividade criativa e de economia limpa. Uma forma de trazer para esta zona da cidade, a economia e o trabalho que desapareceram com a desindustrialização da cidade, e, a deslocação do porto da Ribeira para Leixões. Um programa que propõe uma nova visão de cidade, de mobilidade e diversidade de estrutura social, bem como a introdução de políticas de habitação. Necessário pensar a cidade baixa e ribeirinha em relação com a cidade alta e geometrizada. Criar novas acessibilidades, quer verticais quer horizontais. As verticais podem ser resolvidas com a introdução de elevadores que estabeleçam com os socalcos uma relação inteligente e mecânica sem agredir a escarpa e a imagem do lugar; as horizontais podem ser pensadas

¹⁴. Cf. Agustina Bessa-Luís, *O Manto*, Porto, Guimarães Editores, 1961, p. 6.

A antiga linha de ferro que ligava Leixões – Campanhã e Campanhã – Massarelos. É dentro desta interacção de espaços, de vivências e de potencialidades que se estrutura o programa de reabilitação do bairro do Riobom e Fontainhas.

e estruturadas a partir da valorização da antiga linha de ferro que ligava Leixões – Campanhã e Campanhã – Massarelos. É dentro desta interacção de espaços, de vivências e de potencialidades que se estrutura o programa de reabilitação do bairro do Riobom e Fontainhas.

A antiga linha de ferro que ligava Leixões – Campanhã e Campanhã – Massarelos. É dentro desta interacção de espaços, de vivências e de potencialidades que se estrutura o programa de reabilitação do bairro do Riobom e Fontainhas.

BIBLIOGRAFIA

Chambers, Robert (2012) «Acción Práctica» in *Antropología y Desarrollo. Discursos, Prácticas y Actores* (Beatriz Pérez Gálan, Ed.), Madrid: Catarata Ediciones, pp. 155-186.

Epstein, T.S. ; Ahmed, A. (1984) «Development anthropology in project implementation» in W. L. Patridge (ed.), *Training manual in Development Anthropology*, American Anthropological Association, Washington, DC, pp. 31-41.

Rodrigues, Fernando Matos; Silva, Manuel Carlos (2015) *Cidade, Habitação e Participação*, Porto: Edições Afrontamento.

Signorelli, Amalia (1999) *Antropología Urbana*, Barcelona: Anthropos Editorial.

Harvey, David (1992) *Urbanismo Y Desigualdad Social*, Madrid: Siglo XXI Editores.

Delgado, Manuel (2007) *Sociedades movedizas. Pasos hacia una antropología de las calles*, Barcelona: Editorial Anagrama.

CONSTRUIR CIDADES INCLUSIVAS: A IMPORTÂNCIA DOS LABORATÓRIOS PERMANENTES

ELENA TARSI¹⁵

A antiga linha de ferro que ligava Leixões – Campanhã e Campanhã – Massarelos. É dentro desta interacção de espaços, de vivências e de potencialidades que se estrutura o programa de reabilitação do bairro do Riobom e Fontainhas.

Os termos *participação* e *democracia* são amplamente aproveitados por diversos sectores sociais a muito tempo. É possível encontrar a utilização destes conceitos nos programas governamentais de praticamente todos os partidos políticos, nem sempre usados com o mesmo significado. O mundo da participação está constantemente em mudança e é caracterizado pela natureza às vezes contraditória. Se por um lado a participação dos cidadãos na política urbana tornou-se uma preocupação generalizada por causa da crise do sistema tradicional de representação política e das mudanças da gramática da vida e do espaço da cidade, reconhecendo a necessidade de uma compreensão mais subtil das necessidades e uma exigência de qualidade da política (Paba, Perrone, 2004), por outro não passou muitas vezes da simples busca do consenso em relação a planos o projectos já definidos. Pois existe uma profunda diferença entre este tipo de participação e os processo que verdadeiramente tentam de abrir espaços de debate e construção da inclusão social nos territórios da exclusão urbana. Por isso o propósito da investigação sobre a participação não é o estabelecimento de técnicas padronizadas ou parâmetros, mas o de criar bases culturais e teóricas que permitam de experimentá-la cada vez de forma diferente e específica. Como contribuição a este processo são a seguir desenvolvidas três reflexões: a primeira refere-se a base imprescindível da participação nas políticas publicas o seja a atitude política, a segunda sublinha o potencial de inclusão social dos processos participativos e a ultima aponta para criação de lugares privilegiado de construção deste desafio, os laboratórios permanentes.

A antiga linha de ferro que ligava Leixões – Campanhã e Campanhã – Massarelos. É dentro desta interacção de espaços, de vivências e de potencialidades que se estrutura o programa de reabilitação do bairro do Riobom e Fontainhas.

ATITUDE POLÍTICA

Como sublinhado por Magnaghi (2005), a atitude política na construção de planos determina o resultado do projecto. A eficácia das políticas de participação consiste (1) primariamente em um planeamento a longo prazo, (2) no investimento de recursos adequados e (3) na aplicação

A antiga linha de ferro que ligava Leixões – Campanhã e Campanhã – Massarelos. É dentro desta interacção de espaços, de vivências e de potencialidades que se estrutura o programa de reabilitação do bairro do Riobom e Fontainhas.

^[1] Arquitecta, doutora em planeamento urbano, investigadora pós-doutoramento no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

efectiva das propostas resultantes dos processos de tomadas das decisões. Em caso contrario os processos participativos acabam por ser desgastes de energias e recursos da sociedade e produzem desconfiança e afastamento entre os cidadãos e as instituições. Nesse sentido a experiência de reabilitação da Ilha da Bela Vista representa um óptimo exemplo: em muito pouco tempo, com recursos humanos, técnicos e económicos adequados o projecto de reabilitação, discutido com a comunidade, tem passado a ser realidade. Isto não teria sido possível sem um claro compromisso da Câmara com o projecto e, ao longo prazo, com uma nova atitude política em relação ao tema da habitação e da cidade.

A PARTICIPAÇÃO COMO PROCESSO DE INCLUSÃO

Um dos objectivos de processos participativos é certamente reforçar o senso cívico e ampliar os direitos da cidadania. Este aspecto adquire um valor fundamental nos contextos caracterizados por uma exclusão histórica, como os das Ilhas. A participação se torna não somente uma exigência de eficácia das políticas de transformação e requalificação urbana, como também a oportunidade de uma distribuição mais equitativa, não só de recursos, mas também dos direitos e do poder político. Obviamente não é possível reverter a direcção do crescimento das cidades sem inverter o sentido das relações sociais. Como aponta Maricato, «a produção e apropriação do espaço urbano não só reflecte as desigualdades e as contradições sociais, mas as reafirma e reproduz» (Arantes, Vainer, Maricato, 2000: 170).

A construção de um novo paradigma urbano é parte da luta por uma nova sociedade e os instrumentos participativos, quando concebidos como verdadeiros instrumentos de *empowerment* (Friedmann, 2004), tornam-se ferramentas fundamentais. O processo de formulação de um projecto o de um plano pode ser mais importante que o plano em si mesmo: pois a redacção técnica ou legislativa, por mais inovadora que seja, não produz a participação política que é conseguida através de um processo participativo.

A tendência por parte das autoridades de pensar nas áreas «marginais» como comunidades estruturadas, é profundamente distorcida e é o resultado de uma visão distante e ingénua da realidade: as Ilhas, os bairros informais e os subúrbios de fato apresentam uma variedade de necessidades, muitas vezes conflituantes. Por outro lado, se considera-se o sentimento de pertença ao lugar um recurso útil para uma transformação positiva da sua própria comunidade, é preciso olhar para uma estratégia de intervenção que vise valorizar a identidade da comunidade e seus valores. Por isso é útil referir-se à todas as experiências concretas de participação na transformação dos territórios da exclusão urbana: os canteiros de autoconstrução, os chamados *mutirões* da experiência brasileira, a criação de pequenas cooperativas de serviços, às associações de moradores e, em geral, todas as formas de investigação-acção. O processo participativo, portanto, não pode limitar-se apenas

ao ato de consultoria em relação às mudanças a serem feitas, mas deve envolver forças e recursos presentes no território para encontrar formas de agregá-lo e torná-lo activo em um caminho de transformação efectivo e compartilhado.

LABORATÓRIOS PERMANENTES

O primeiro passo para conseguir estes objectivos é reconstruir, ou melhor, recuperar uma consciência do valor do espaço urbano o do território. Esta operação complexa e criativa deve ser fruto de um esforço conjunto de todas as partes interessadas e significa atribuir uma nova força simbólica e social ao mesmo (Magnaghi, 2005). Somamos a isso à convicção de que as transformações do território necessitam não apenas de abordagens integradas, mas também construídas em perspectivas de longo prazo. Por isso a necessidade de criar entidades e estruturas que saibam administrar ao longo do tempo as diferentes fases de envolvimento, planeamento e execução de planos que sejam verdadeiros pontos de referência entre a comunidade e a administração local. São alguns exemplos o Grupo Gestor proposto pelo LabHab de São Paulo (LabHab, 2003), e a Agência de Desenvolvimento Local (Barthel, 2007) da experiência italiana ou o Laboratório de Habitação Básica Participada que tem elaborado o projecto aqui apresentado.

Estes sujeitos tornam-se catalisadores das necessidades e potencialidades locais e os instrumentos de coordenação entre os diferentes actores envolvidos na transformação, fundamental para que as políticas não sejam exclusivamente de emergência, contingente e sectoriais. É preciso avançar para a criação de verdadeiros laboratórios permanentes de investigação e planeamento, que envolvam profissionais, investigadores de várias disciplinas, técnicos das autoridades locais e representantes dos moradores. Estes laboratórios podem ser capazes de dar vida a um processo que, em primeiro lugar recupere as peculiaridade do território e, em seguida, desenvolva e implemente pequenas e grandes acções de mudanças físicas, culturais, económicas, educacionais. O planeamento e a gestão urbana, desde o princípio, foram desenhados partindo de um lugar privilegiado e construídos na base do ‘discurso competente’ sobre a cidade, ou seja, na dicotomia entre o conhecimento de especialistas e usuários. A política urbana é considerada assunto de especialistas e as decisões tornam-se de natureza meramente técnica e, por isso, expressas em linguagens incompreensíveis para a maioria da sociedade. Essa atitude obviamente não valoriza as ideias e as propostas ‘menores’ e acaba por não valorizar, por muitas vezes, nem as críticas produzidas no próprio ambiente profissional. O reconhecimento da importância dos pensamentos e ideias dos cidadãos ‘não esperados’, que guardam uma memória dos próprios lugares dispersa e geralmente não formalizada (mas por isso não menos profunda), representa a base da mudança radical que precisamos fazer para passar de uma política vertical e hierárquica para uma que aplica o princípio da democracia no seu sentido mais amplo.



BIBLIOGRAFIA

ARANTES, O., VAINER, C., MARICATO E. (2000), *A cidade do pensamento único*, Petrópolis: Vozes.

BARTHEL, E. (2007), Un piccolo grande progetto per Torino: il piano integrato ‘leggero’ a San Salvario. *Macramé. Torino 2005: appunti di viaggio*. Florença, Firenze University Press.

FRIEDMANN, J. (2004), *Empowerment. Verso il potere di tutti*, Pescara: Edizioni Qualevita.

LabHab (2003), *Metodologia Consolidada para a Elaboração de Planos de Ação Habitacionais e Urbanos*. Disponível em: http://www.fau.usp.br/deprojeto/labhab/biblioteca/produtos/plano_acaohaburb_metodologia.pdf

MAGNAGHI, A. (2005), *La rappresentazione identitaria del territorio*, Firenze: Alínea.

PABA, G., PERRONE, C. (2004), *Cittadinanza attiva*, Firenze: Alínea.

DESENHO E PROJETO: RELAÇÕES DIALÓGICAS NA CONFIGURAÇÃO DE VIVÊNCIAS SÓCIO-ESPACIAIS – O CASO DA ILHA DA BELA VISTA

DAVID LEITE VIANA
ISABEL CRISTINA CARVALHO¹⁶

INTRODUÇÃO

A intervenção em espaços urbanos social e infraestruturalmente fragilizados, mas, mesmo assim, habitados e com dinâmicas de uso e apropriação ainda bem presentes (por vezes, de matriz intrínca-da), implicará uma atenção complementar relativamente ao processo de envolvimento de comunidades locais na discussão e tomada de decisão sobre o modo como decorrerá a transformação física de setores desses espaços (quer recaia a requalificação na alteração de tipologias edificatórias ou no melhoramento de áreas públicas (e / ou semipúblicas), por ex.). Compõem oportunidades cuja resposta urbano-arquitetónica necessita enquadrar, desde os primeiros momentos de abordagem à problemática, a relação espaço / corpo e espaço / interação. Neste sentido, defender-se-á a relevância de se considerar o valor do «*diálogo*» constante entre Desenho e Projeto para uma arquitetura de ação¹⁷, assente em processos colaborativos.

Múltiplas partes da cidade, como a «Ilha» da Bela Vista no Porto, testemunharam (por diversos motivos) o definhamento de qualidades espaciais e vivenciais, não obstante a resiliência daqueles que nelas persistem, mantiveram as suas residências e consolidaram relações de vizinhança, solidariedade e entreaajuda em distintos grupos familiares, operários, etc. A configuração e (auto)organização de muitas destas zonas, com carências de diferente ordem e valor, revelam-se desafiantes no que respeita ao modo como nelas poderão ser encontradas práticas espaciais que importa reinterpretar e integrar no desenho de projeto.

ENTRE «*DESENHO*», DESENHO E DESENHO

Tendo por base a necessidade de «saber ler» as referidas práticas espaciais para, a partir delas, avançar-se no sentido da sua interpretação e verificação quanto ao envolvimento em matrizes de

16. School of Architecture, Design and the Built Environment da Nottingham Trent University / Centro de Investigação em Artes e Comunicação da Universidade do Algarve.
17. Expressão adaptada de Montaner (2014).

intervenção que explorem novas abordagens, processos e formas mais abertas e inclusivas, destaca-se o entrecruzamento entre Desenho e Projeto no diálogo com espaços urbanos de pendor essencialmente «pragmático», não resultantes do *design* urbano. Sobre esta perspetiva, referencia-se Tan (2014:150): «(...) *In explaining marginal spaces, Peter Lang describes urban territories that exist at the border of or in-between established urban spaces as «actual territories» that are in a process of continuous transformation (...)*». A «Ilha» da Bela Vista faz parte dos «entre-espaços» do Porto.

No quadro desta lógica de permanente (re)produção de espaços urbanos, como o da «Ilha» da Bela Vista, visando o constante ajuste quotidiano por parte dos seus habitantes a constrangimentos sentidos, o «*desenho*» de espaços necessários surge do confronto, da negociação, do compromisso, da ação e saber fazer local. Nestas circunstâncias, o desenho *in situ* (exploratório e estruturado), a tradução em diagramas concetuais / descritivos / interpretativos e o registo sistemático de formas de marcar os espaços, de modos de apropriação de diferentes áreas, dos tipos de interação que nelas decorrem, da perceção dos limites físicos e não físicos, visíveis e não visíveis, dos múltiplos (micro)sectores que constituem a matriz morfológica e tipológica de configurações espaciais como a «Ilha» da Bela Vista, contribui para uma aproximação mais sustentada ao Desenho na sua expressão mais abrangente e alargada – enquanto suporte e guia do Projeto. Revelam-se aqui estas três matrizes de desenho: *i)* o «*desenho*» próprio da auto-produção do espaço urbano; *ii)* o desenho enquanto metodologia de recolha *in loco* de dados, análise espacial, interpretação de resultados e produção de informação e matéria do projeto; e, por fim, *iii)* o Desenho, como síntese projetual / representativa e sistema-codificador do conhecimento integrado adquirido e formado sobre realidades urbano-espaciais, como a «Ilha» da Bela Vista.

Constitui um Desenho colaborativo, de contacto, confronto, partilha e compromisso com a população, estruturado na proximidade entre os envolvidos na discussão e transformação espacial. Assim aconteceu na «Ilha» da Bela Vista.

PROJETO: «ARQUITETURA DE AÇÃO» – INTERAÇÃO INDIVÍDUO-ESPAÇO

Considerando o até aqui exposto, entende-se que será no âmbito da relação dialógica entre Desenho e Projeto que se encontrarão os fundamentos para se consolidar no desenho projetual a «(...) *compleja experiencia de la vida, de las actividades humanas, en deconstruir la vieja dicotomía irreconciliable entre objetividad y subjetividad a partir de las aportaciones de la realidad (...)*» (Montaner, 2014:76). Complementarmente, como refere Carvalho (2016:162), no Projeto torna-se determinante a «(...) *transição do conceito de espaço urbano concebido em estrutura de rede para a postulação da noção de espaço urbano resultante de inter-relações assentes em lógicas de «esponja», em que – mais importante do que os pontos da network e dos eixos que os unem (unidimensionalmente) – se equacionará a densidade e porosidade do respetivo contexto mul-*

tidimensional (não totalmente preenchido, com hiatos / cavidades que podem ser colmatadas, outras que podem ser acrescentadas, fazendo aumentar a sua espessura e variar a granulometria) (...)» – como uma «esponja» que aumenta de volume em conformidade com a quantidade de vivências sócio-espaciais em que é embebida (*ibid.*, 2016:162). Ainda segundo a mesma autora (2016:162), «(...) *não interessará apenas o «ir e vir» entre pontos da rede, mas o que se faz entre eles e o que se apreende do seu percurso num processo dialógico entre espaço, indivíduo(s) e dinâmicas que entre eles (espaço e usufruidores) se gerará (...)*». Perspetiva-se o Projeto enquanto processo participativo no qual o Desenho colaborativo é: *i)* ferramenta estruturante da ação projetual; *ii)* instrumento determinante para o sucesso do *community engagement*; *iii)* meio de expressão e comunicação (individual e coletivo) capaz de estabelecer a necessária formalização da referida «*arquitectura de la acción*» (Montaner, 2014).

No projeto de arquitetura básica participada implementado na «Ilha» da Bela Vista reconhece-se o esforço em articular / integrar aquela estrutura espacial na forma urbana envolvente, mas, acima de tudo, em lhe conferir densidade de vivências, apropriações e usos, tensamente escalonados entre espaços públicos, semipúblicos, semiprivados e privados. A tensão mencionada, fruto da exiguidade espacial relativa às solicitações sociais programáticas, foi experimentalmente enquadrada em opções tipo-morfológicas singulares de desenho de projeto.

RELAÇÕES DIALÓGICAS: CONFIGURAÇÃO E VIVÊNCIAS – ESPAÇOS E DINÂMICAS

Em síntese, a importância do desenho (do desenhar) no registo, reconhecimento e entendimento de realidades sócio-espaciais e ferramenta intrínseca ao pensar / projetar urbano-arquitetonicamente vivências e a interação indivíduo-espaço, como referido, coloca a tónica do Projeto na experiência corpórea de espaços e suas matrizes (mesmo que em crise¹⁸), no sentido de, através dela, conseguir-se percecionar (com a maior abrangência possível) a diversidade de apropriações comunitárias (e subjetivas) existentes – e a preconizar em renovadas configurações espaciais.

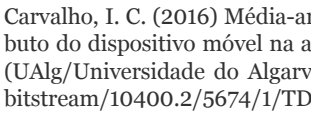
As circunstâncias humanas, em espaços urbanos como o da «Ilha» da Bela Vista, exige um diálogo de reaproximação entre o ocupado / apropriado e o projetado, ganhando corpo o «desenho pragmático» e o «projeto de oportunidade» (Viana, 2014), assente em (micro)múltiplas iniciativas individuais que reconfiguram vivências urbanas, dilatam regras de interação indivíduo-espaço, distendem padrões de ação comunitária e redefinem dinâmicas espaciais (Viana e Carvalho, 2016). A proposta programática e urbano-arquitetónica desenvolvida para a «Ilha» da Bela Vista incorporou estruturas linguísticas partilhadas / comunicantes na formalização de uma sintaxe multiope-rativa que consolida o valor semântico-morfológico das «ilhas» do Porto – enquanto elemento da

¹⁸. Cf. Duarte, F [2002].

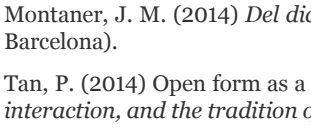


forma urbana a validar, conferir representação sociocultural e adequar as suas tipologias edificatórias a *standards* atuais de qualidade de vida.

A existência de relações dialógicas entre Desenho e Projeto implica a estruturação de uma linguagem dado que, como referido por Duarte (2002:245), «(...) *o processo de conhecimento de qualquer fenómeno / objeto passa por sua organização em linguagem, a partir da qual se desvenda o seu funcionamento, e através da qual o fenómeno é tanto apreendido quanto compreendido.* (...) *A presença de cada objeto e ação em um território adquire significado imediato* (...)». No Projeto de Arquitetura Básica Partilhada da «Ilha» da Bela Vista esteve sempre presente o diálogo / confronto entre Desenho, Projeto e residentes.



BIBLIOGRAFIA



Carvalho, I. C. (2016) Média-arte locativa e mapeamentos dinâmicos na compreensão de fluxos urbanos: o contributo do dispositivo móvel na atividade do caminhar como prática artística. Tese de Doutoramento não publicada (UAlg/Universidade do Algarve, Algarve), consultada em novembro 2016 em: https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/5674/1/TD_IsabelCarvalho.pdf.

Duarte, F. (2002) *Crise das matrizes espaciais: arquitetura, cidades, geopolítica, tecnocultura*. (FAPESP/Editora Perspectiva, São Paulo).

Montaner, J. M. (2014) *Del diagrama a las experiencias, hacia una arquitectura de la acción* (GG/Gustavo Gili, Barcelona).

Tan, P. (2014) Open form as a possibility of radical experience. Wieder, A. & Zeyfang, F. (eds.) *Open form: space, interaction, and the tradition of Oskar Hansen* (Sternberg Press, Berlim), 150-152.

Viana, D. L. & Carvalho, I. C. (2016) O estudo da ‘forma-dinâmica’ urbana através do *mapping* de dinâmicas sociais e da apropriação espacial. Oliveira, V. (ed.) *Revista de morfologia urbana* 4(1) (UP/Universidade do Porto, Porto), 29-42.

Viana, D. L. (2014) Cities’ structural matrix from 1950’s until today: between superlative and palliative. Marcolin, P. & Flores, J. (eds.) *20th Century new towns: archetypes and uncertainties – conference proceedings* (ESAP/Escola Superior Artística do Porto, Porto), consultado em novembro 2016 em: https://pt.scribd.com/doc/242042417/20th-century-new-towns-conference-proceedings-pdf, 426-440.

AS ILHAS DO PORTO

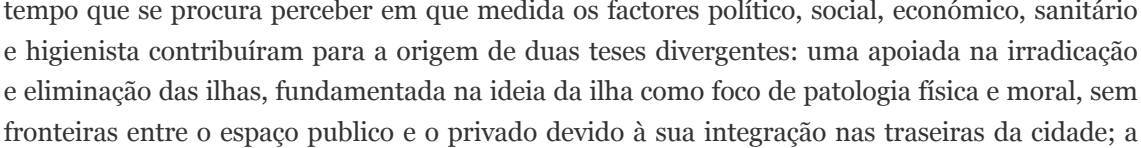
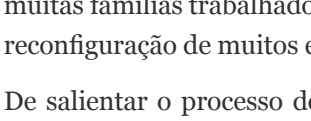
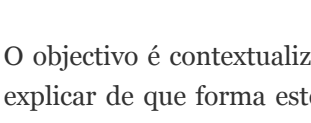
FERNANDO MATOS RODRIGUES

ANTÓNIO J. CEREJEIRA FONTES

(Laboratório de Habitação Básica, CICS.Nova_UMinho / FCT; Imago)



PARA UMA ARQUEOLOGIA DO HABITAR NA CIDADE DO PORTO



O objectivo é contextualizar historicamente a expansão e divulgação das ilhas no século XIX, e explicar de que forma este modelo habitacional marcou o percurso e as trajectórias de vida de muitas famílias trabalhadoras do Porto, num período de intensa industrialização, êxodo rural e de reconfiguração de muitos espaços urbanos.

De salientar o processo de fixação, de distribuição das diversas tipologias nas ilhas, ao mesmo tempo que se procura perceber em que medida os factores político, social, económico, sanitário e higienista contribuíram para a origem de duas teses divergentes: uma apoiada na irradicação e eliminação das ilhas, fundamentada na ideia da ilha como foco de patologia física e moral, sem fronteiras entre o espaço publico e o privado devido à sua integração nas traseiras da cidade; a outra, relativa à sobrevivência destes espaços e sua renovação, contrariando as teses tradicionais de anomia e de desorganização familiar na cidade industrial, mais centrada na valorização das ilhas como lugares de integração positiva na vida da cidade.

Na segunda metade do século XIX, a par do desenvolvimento da industrialização, associando um êxodo rural e a uma expansão urbana considerável, consequentemente com uma maior concentração de trabalhadores à volta das unidades fabris; surge uma nova necessidade: a de oferecer residência a esta nova classe, a classe trabalhadora emergente – o operariado portuense.

Com os surtos migratórios campo-cidade que consequentemente viriam a provocar um aumento da mão-de-obra na indústria portuense, propiciou-se o desenvolvimento de uma «nova» tipologia as «ilhas»; com uma configuração morfológica que seria um modelo de «ilha-corredor», mais ou menos adaptável às condições do terreno, decorrente do aproveitamento intensivo dos lotes urbanos. Contudo, elementos históricos levam a crer que esta tipologia já não seria «nova», sendo um fenómeno bem mais antigo, com a existência de pelo menos dois a três séculos.

As ilhas como habitação aparecem já referenciadas no ano de 1713 no vocabulário Portuguez e Latino como «huma ou muytas casas juntas, que em huma cidade tem ruas ao redor de si por todas as partes; também aquando de uma inquirição ordenada por D. Afonso IV à cidade do Porto se faz referência a conjuntos habitacionais «com apenas uma saída para a rua». No Recenseamento de

O Cercado do Porto, em 1832, com as suas ilhas e o Cercado do Porto, já aparecem aí referenciadas mais de 200 ilhas, com um número aproximado de 8.000 habitantes.

1832 para as casas do Porto, que coincide com o Cercó do Porto, já aparecem aí referenciadas mais de 200 ilhas, com um número aproximado de 8.000 habitantes.

Os principais focos de ilhas na cidade do Porto, localizavam-se já, nas zonas mais típicas da industrialização emergente e directamente relacionadas com a expansão urbana das avenidas novas do século XIX e primeira metade do século XX. Não é por acaso que os principais focos de ilhas se localizavam já nas zonas onde se verificaria uma maior expansão na segunda metade do século XIX, como por exemplo: S. Victor, Paraíso, Praça da Alegria, Monte Belo, Rua Bela da Princesa, Bairro Alto, Rua das Musas, Rua da Carvalheira, Largo da Fontinha, Campo Pequeno, Rua da Presa Velha, Rua do Heroísmo.

Foi contudo, durante a fase da industrialização e especialmente nos finais do século XIX, que este peculiar tipo de organização se densificou e expandiu, albergando, em meados da década de oitenta 20 mil habitantes (correspondendo a 530 ilhas), e em 1900 mais de 35 mil moradores, correspondendo a 1/3 da população portuense e a mais de mil ilhas. As ilhas encontram-se espalhadas por toda a cidade, não só na cidade antiga, mas essencialmente nas zonas de extensão. Não existe pátio, terreno vago por mais exíguas que sejam as suas dimensões, que não possibilite a sua construção.

As ilhas são um produto da Era Industrial dos inícios do século XIX, e é nesse contexto social, económico e político que aparece, um discurso higienista e moralista contra a ilha, contra a insalubridade, tendo em conta a miséria e a pobreza que alastrava nas ilhas da cidade. A falta de condições de higiene, de alimentação, de salubridade e de formação nas classes operárias, associadas ao desemprego, à insegurança no trabalho, à ausência de seguro em caso de acidentes nas fábricas, à ausência de sindicatos fortes e capazes de defender os direitos dos trabalhadores perante a exploração de um capitalismo emergente e desumano, colocavam as ilhas como o maior flagelo da cidade.

Existe, assim, uma forte cumplicidade entre a industrialização da cidade do Porto e o aparecimento das ilhas na cidade, pelo simples facto de ser necessário alojar uma população operária, com poucos recursos e com origens rurais. Pereira de Oliveira refere como o ambiente industrial da área é ainda realçado pelo restante aspecto do espaço construído, onde a facilidade em certas zonas, mesmo só através da planta, se advinha uma ocupação residencial em forma de ilhas, velho estilo de habitação dos operários ligados à indústria e aos Caminhos-de-Ferro¹⁹.

Sobre o problema da habitação na cidade do Porto, mais concretamente sobre a destruição das ilhas, o escritor portuense, Helder Pacheco dá-nos uma visão muito lucida do problema da deslocação e da destruição pura e simples das ilhas, sem contudo cair em estereótipos românticos ou neo-realistas. Refere, que «ao longo da década de cinquenta, em nome da salubrização e erradicação das ilhas, foi-lhes, aqui como noutros locais, declarada guerra. Muita gente pensou tratar-se de guerra santa destinada a proporcionar maior qualidade de vida aos habitantes de tais tugúrios,

substituindo-os por bairros residenciais cómodos, higiénicos e confortáveis. Puro engano! Em primeiro lugar, as mudanças dos sítios separaram pessoas que viveram toda a vida (e as de pais e avós) porta com porta, ajudando-se, divertindo-se ou sofrendo em comum»²⁰. O autor dá relevo às relações de proximidade que dão a estas formas típicas de habitar na cidade do Porto, uma identidade cultural e simbólica específica das gentes do Porto. Afirma também o seu valor antropológico de comunidade, isto é, «Não sendo familiares, formavam famílias unidas por laços cimentados em relações fraternas. Formavam, enfim, uma comunidade». E termina, focando o seu olhar clínico na destruição e na fragmentação destas comunidades pela deslocalização para os bairros periféricos da cidade: «Em segundo lugar, estas comunidades estilhaçadas foram desterradas para zonas periféricas da cidade, longe dos locais onde trabalhavam e dos instrumentos sociais – comércio, associativismo, religiosidade – que haviam criado e faziam parte do seu quotidiano».

O Cercado do Porto, em 1832, com as suas ilhas e o Cercado do Porto, já aparecem aí referenciadas mais de 200 ilhas, com um número aproximado de 8.000 habitantes.

MORFOLOGIA, TIPOLOGIA E PROGRAMA DAS ILHAS

As ilhas organizavam-se em torno de um corredor ou pátio, por onde se distribuíam em fileiras pequenas casas de um só piso, outras com rés-do-chão e piso ou sótão, dispostas lado a lado, em um dos lados ou mesmo de ambos os lagos (face to face), num lote de terreno de cerca de 5,5 m de largura e um corredor lateral que serve de passagem. Também havia as habitações com duas fileiras frente-com-frente (ou costas-com-costas), com o corredor ao meio, em terrenos mais largos. Estas eram as formas mais simples e mais propagadas de ilhas.

Também são comuns os pátios centrais que criavam um espaço interior de uso comum ou colectivo, tendo ao fundo as latrinas para uso dos moradores. Fala-se também de uma grande influência Inglesa na parte da morfologia e da construção, aproveitada nas ilhas portuenses, com quem a nossa burguesia manteve contacto e relações comerciais. O esquema era frequentemente associado às primeiras «back to back houses» em Leeds.

As ilhas são na sua maioria constituídas por moradias de um só pavimento, servidas por um corredor normal á rua, cuja largura vai de 1 metro a 5,5 metros; estão dispostas de um dos lados do corredor, ou dos dois lados do respectivo corredor. Por vezes, existem núcleos com rés-do-chão e primeiro andar, este servido por uma varanda. Há quem lhes chame «ilha de varanda».

Nas ilhas onde já existe saneamento, e são quase todas desta zona (Bonfim, Rua D. João IV, S. Lazaro, Campo 24 de Agosto, Heroísmo, Fontainhas), existe um grupo de retretes e de chuveiros (os banheiros), na proporção de uma retrete e um chuveiro por cada cinco moradias, dispostas ao longo do corredor, algumas pias para despejos de águas domésticas designadas de «bocas de lobo». O pavimento do corredor pode ser de laje de granito, de cimento, ou de outros materiais, ou mesmo de terra batida.

^[1] Cf. Oliveira, J.M. Oliveira (1973 / 2007) O Espaço Urbano do Porto. Condições Naturais e Desenvolvimento. Porto, Edições Afrontamento, pp. 408-9.

^[2] Cf. Pacheco, Helder (2003) Da Cidade e da Gente. Porto, Edições Afrontamento, pp. 110-11.

O corredor exterior da Ilha da Bela Vista, com o seu estendal de roupa.

O corredor é fundamentalmente o único espaço exterior na ilha, uma espécie de espaço aberto de uso colectivo, forte em interacções entre os moradores, que permite inclusive outro tipo de apropriações que vão desde o circular, o conviver, o trabalho e para uso de actividades domésticas, como por exemplo o estendal de roupa.

As ilhas da cidade do Porto distribuem-se essencialmente por dois tipos de moradias, que classificamos de tipo A e B.

A moradia de tipo A, a mais usual, consta essencialmente de uma: i) sala – servida pela porta da rua e iluminada por uma janela, com uma cubagem que oscila entre os 20 e 30 m³; ii) a alcova – interior, ocupando uma cubagem que vai de 7 m a 10 m³; iii) a cozinha – pequena no interior onde pouco mais cabe que o fogão (nas casas onde este existe) e cujo volume varia de 4 a 7 m³; iv) o sótão – de altura insuficiente, sem iluminação ou iluminação por uma pequena telha de vidro e para onde se sobe por uma estreitíssima e incómoda escada, quando não por uma escada portátil.

Estamos perante uma tipologia com deficiente ou fraca ventilação, com iluminação deficiente, onde é normal encontrar as casas com todos os compartimentos defumados em virtude da deficiente tiragem das chaminés, que em algumas casas nem existem. A falta de ventilação cria odores e maus cheiros no interior das mesmas.

Os habitantes das «ilhas» em geral escolhem para aposentos de dormir a alcova e o sótão, precisamente aqueles em que são piores as condições de iluminação e de arejamento (ventilação).

A moradia Tipo B – é a menos usual e também a mais simples delas todas, pois é constituída por um só compartimento, isto é, uma espécie de camarata, onde se fazem todo o tipo de serviços: cozinhar, comer, dormir, higiene, reprodução, trabalho). Nesta tipologia as cubagens vão da máxima de 75 m³ por habitante à mínima de 3 m³, bastante inferior ao que está prescrito para camaratas que é de 15 m³. Nesta tipologia a iluminação e a ventilação são uma exigência, para tornar este espaço minimamente habitável, seguro, confortável e higiénico.

O corredor exterior da Ilha da Bela Vista, com o seu estendal de roupa.

O PROCESSO SAAL NA ILHA DA BELA VISTA (1974/76)

O estudo da Ilha da Bela Vista no contexto da Operação SAAL 1974 e 1976, vem a propósito da importância que o Processo SAAL²¹ teve na afirmação do direito à habitação e à cidade²² em Por-

O estudo da Ilha da Bela Vista

^[1] O SAAL, Serviço de Apoio Ambulatório Local, surge oficialmente por Despacho conjunto do Secretário de Estado Habitação e Urbanismo e do Ministro Administração Interna, publicado em Diário do Governo de 6 de Agosto de 1974 para apoiar «as iniciativas de populações mal alojadas no sentido de colaboração na transformação dos próprios bairros» garantindo «a apropriação de locais valiosos pelas camadas populares».

^[2] Consideramos relevante fazer referência a esta obra do Prof. Arq. Nuno Portas, pelo facto de ter sido ele o responsável da criação do SAAL, e porque vem na continuidade de um pensamento de aprofundamento em torno da problemática da habitação. Num contexto que se afirma por uma Arquitectura mais participada e social, uma Arquitectura que se quer democratizada e ao serviço das populações mais pobres da cidade.

O estudo da Ilha da Bela Vista

tugal a seguir à Revolução de 25 de Abril de 1974, mas também pelo facto do Laboratório de Habitação Básica / Imago em parceria com a Câmara Municipal do Porto e a Associação de Moradores procederem à implementação de um programa de arquitectura básica participada de renovação da Ilha da Bela Vista.

O estudo do processo SAAL na Ilha da Bela Vista, foi para nós um imperativo categórico, porque ele traduz de memória e de conhecimento uma grande parte dos instrumentos que estávamos novamente a implementar. Mas, o que foi a Operação/Processo SAAL na Ilha Bela Vista? O Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL 1974/1976) tratou-se de um programa de intervenção Arquitectónica com uma participação activa das populações urbanas, durante um período muito curto, mas que teve uma acção considerável na organização dos moradores, na apresentação de programas arquitectónicos por parte das suas Brigadas Técnicas, mas em diálogo permanente com os moradores, as comissões e as associações organizadas²³.

No concelho do Porto entre 1974 e 1976 vamos encontrar um total de 55 pedidos de intervenção, num total de 37 operações iniciadas, num total de 18 pedidos que não foram satisfeitos, num total de 11568 famílias envolvidas²⁴.

Estes dados facilmente nos dão a dimensão do programa e a sua relevância social, política e arquitectónica num contexto de grande carência habitacional que se vivia nas cidades de Lisboa e do Porto. Sobre a crise da habitação em Portugal e a forma como essa crise se transformou num problema social grave que conduziu as populações mais urbanizadas a movimentos populares de contestação por um direito à habitação em torno da deslocalização dos moradores das antigas ilhas e bairros populares para os blocos periféricos na cidade do Porto e Lisboa.

Na cidade do Porto as populações das «ilhas» e das «casas colmeia» localizadas na cidade, vão se mobilizar pelo direito à habitação com o slogan «Casas Sim, Barracas Não», e morte às «Sugas», em torno das comissões de moradores e posteriormente nas associações de moradores. O problema da carência habitacional na cidade era de verdadeira calamidade social. Aliás, aquando da Jornada de Trabalho sobre a Habitação na Cidade do Porto, o Ministro do Equipamento Social e Ambiente, Coronel José Augusto Fernandes, acompanhado pelo Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo Eng.º Ernesto Pereira, pelo Presidente do Fundo do Fomento de Habitação, Tenente Coronel Baltasar Barroco, visita o Barredo na companhia do Comissariado para o Barredo arquitecto Jorge Guimarães Gigante, onde pode ouvir do povo «verdades duras e medonhas». Pode-se ler no Jornal de Notícias de 13 de Abril de 1975, que o Ministro «ouviu verdades duras,

O estudo da Ilha da Bela Vista

^[3] Entre 7 de Maio e 30 de Junho de 1975, vão ser publicados os Estatutos de várias Associações de Moradores da Cidade do Porto em Diário da República, N.º 201, III.ª Série. Exemplos dos Estatutos das Associações de Moradores da Zona da Lapa; Associação de Moradores Denominada das Antas; Associação de Moradores Da Zona de S. Victor; Associação dos Moradores da Bela Vista.

^[4] Cf. Livro Branco do SAAL 1974 1976, ver quadro de Conclusões Globais. Pedidos de Intervenção. Operações Iniciadas. Pedidos ainda não concretizados. Número de famílias envolvidas entre 1974 e 1976, fol.I.

Verdades difíceis

verdades difíceis de ouvir, onde as populações foram contundentes, e viu aquilo que ninguém ima-gina. Coisas medonhas, que contadas ninguém acredita»²⁵.

Os moradores da Ilha da Bela Vista também se organizam inicialmente em torno de uma comissão de moradores, que tinha como representantes Mário Augusto Pinto, Joaquim da Silva Magalhães e Mário Teixeira de Sá, residentes na Ilha da Bela Vista. Estas comissões de moradores tinham origem nos movimentos populares que reivindicavam melhores condições de habitação, caracte-rizavam-se por uma grande informalidade e uma organização espontânea, sem qualquer tipo de estrutura formalizada em termos legais.

No caso da Ilha da Bela Vista o processo de organização da comissão de moradores parte de três moradores que viviam nas casas n.º 6, 23-A e 38 respectivamente²⁶. Como se pode facilmente constatar, as iniciativas das acções deste processo cabem, fundamentalmente, aos moradores, organizados em associações ou cooperativas, tendo as Câmaras um papel de controlo urbanístico, de localização, de cedência do solo e preparação das infraestruturas. Por outro lado, a assistência técnica do SAAL atende aos aspectos: acção de projecto; de assistência nas operações de constru-ção, assistência na gestão social, e, ao Fundo de Fomento da Habitação (FFH) competia assegurar a cedência do solo necessário, providenciar de que sejam executadas pelas autarquias as infraes-truturas, assegurar o financiamento²⁷.

Posteriormente a este processo informal em torno da experiência da comissão de moradores, orga-nizam a Associação de Moradores da Ilha da Bela Vista, com escritura Notarial dos seus Estatutos em 30 de Junho de 1975, na cidade do Porto e 4.º Cartório Notarial, onde compareceram como outorgantes: Joaquim da Silva Magalhães, Mário Augusto Pinto, Maria Carolina Coelho de Oli-veira, Mário Teixeira de Sá, Maria Helena dos Santos Ferreira Oliveira, Armindo Oliveira da Silva representantes dos moradores da Ilha da Bela Vista, nomeados em plenário. E publicação em Diá-rio da República, n.º 201, III.ª Série em 1 de Setembro de 1975.

Referências

25. Cf. *Jornal de Notícias*, Ano 87, n.º 305 de 13 de Abril de 1975, pág. 6. No gabinete da Comissão Administrativa da Câmara Municipal do Porto, no dia 24 de Janeiro pelas 10 horas o Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo, arquitecto Nuno Portas procede ao empossamento em cerimónia breve do arquitecto Jorge Guimarães Gigante, no cargo de Comissário para as obras de valorização e de higienização da zona do Barredo e da Ribeira [Fonte Taurina]. O Secretário de Estado Nuno Portas , refere que « vai ser dada prioridade à recuperação da cidade histórica»[Cf. *Jornal de Notícias*, Ano 87, N.º 227 de 25 de Janeiro de 1975, págs. 4 e 5.

26. Joaquim da Silva Magalhães, casado, natural da freguesia do Bonfim, desta cidade, e residente nesta cidade do Porto, na Rua de D. João IV, 832, casa 6; Mário Augusto Pinto, casado, natural da mesma freguesia do Bonfim, desta cidade, residente naquela Rua de D. João IV, 832, casa 23-A; Mário Teixeira de Sá, casado, natural da mesma freguesia do Bonfim, e residente na dita Rua de D. João IV, 832, casa 38.

27. Cfr. *O Problema da Habitação. Análise sectorial. Programas de acção em 74/75. Principios de orientação futura.* [s.n.] pp. 67. Na acção de assistência na gestão social, competia aos técnicos a organização e preparação dos estatutos das associações, a montagem de um sistema de contabilidade, bem como montar o esquema que permitia o acesso ao crédito, acções culturais e políticas.

A Operação SAAL Bela Vista, aparece referida no Boletim da Associação de Moradores²⁸, como um processo que apresenta atrasos e incertezas. Referindo-se num artigo da responsabilidade da Brigada que «Foi há precisamente um ano que começou a trabalhar a Brigada Técnica do SAAL na Ilha da Bela-Vista. Muitos moradores olham para estes meses e pensam: «Afinal o é que se fez?». E como não vêem casas nem obra pensam logo a seguir: «Não se fez nada!». Ora isto não é verdade, pois se as obras ainda não estão em andamento, se as casas estão por aparecer, também já se conseguiram muitas coisas, que não são casas mas são quase tão importantes»²⁹. Numa tenta-tiva de suavizar todo o mal-estar pelo atraso das obras a Brigada Técnica informa os moradores da Ilha da Bela Vista do trabalho realizado, das suas competências e objectivos. Declara que o seu principal objectivo é resolver os problemas de habitação degradada (em más condições) sem com isso deslocar as pessoas do local onde habitam, por vezes há muitos anos. Refere-se ainda que «esta era a solução usada pelo Governo dantes, quando demolia as ilhas e mandava as pessoas para «cascos de rolha» sem se importar com o facto de elas quererem ir ou não». Neste texto informativo a Brigada Técnica também identifica problemas próprios de uma Revolução, como seja o facto de « como departamento de Estado, o SAAL tem vários problemas, entre eles o facto de o governo desde o 25 de Abril não ter sido estável e portanto muitas vezes não dar soluções tão rápidas como a Direcção do SAAL desejaria para os problemas que se levantam no dia a dia, e outras vezes entravando a sua acção eficaz»³⁰. Consideram ainda que entre outras características este serviço tem como competência «actuar a pedido dos moradores ou dos seus órgãos representativos – as Comissões de Moradores», e que se destinam a «apoiar a luta dos moradores pelo DIREITO À HABITAÇÃO em todos os seus aspectos. Por aqui já se vê que sem a união, organização e luta dos moradores, o SAAL e as Brigadas Técnicas de nada valem. Nós precisamos tanto do apoio como da crítica dos moradores para podermos desempenhar o nosso papel de técnicos AO SERVIÇO DO POVO»³¹.

Em relação ao Projecto desenvolvido nesta Operação SAAL – Ilha da Bela Vista, da responsabili-dade do Arquitecto Mário Trindade, Chefe da Brigada Técnica, podemos identificar uma estrutura simples, que tem como base de partida uma Memória Descritiva, com uma análise minuciosa da Ilha da Bela Vista no que se refere às tipologias, morfologia, elementos construtivos, acessibilida-des, implantação no terreno, pavimentos, coberturas das casas, natureza das divisórias, instala-ções sanitárias, exposição solar, e relação com a rua D. João IV. O Inquérito realizado pela brigada

Referências

28. No *Boletim da Associação de Moradores da Bela Vista [D. João IV]*, aparece uma breve nota sobre quem são os corpos gerentes da nossa associação. Assembleia Geral: Presidente – Delfim Oliveira; Primeiro Secretário – Car-olina Oliveira; Segundo Secretário – Fernando Teixeira dos Santos; Direcção: Presidente – Mário Pinto; Vice-Pres-idente – Joaquim Magalhães; Primeiro Secretário – Orlandino Pinho Pinto; Segundo Secretário – Armindo Silva; Tesoureiro – Mário Sá; Vogal – José de Sousa; Vogal – António Ribeiro; Conselho Fiscal: Presidente – João Teix-eira; Primeiro Secretário – Francisco José Antão; Segundo Secretário – Augusto Brandão.

29. Cf. *Boletim da Associação de Moradores da Bela Vista [D. João IV]*. Porto, n.º 1, Janeiro de 1976, Edição da Comissão Cultural.

30. *Idem*, p. 3-4.

31. *Ibidem*.

técnica do SAAL na Ilha da Bela Vista (1975/76), permite-nos ter uma ideia da sua organização espacial, social, económica e demográfica. Que passamos a transcrever aqui:

«(...) estamos na presença de um aglomerado de 52 fogos ocupando um terreno interior da Rua de D. João IV, e que comunica com esta via por uma estreita viela. As habitações dispõem-se em três alas servidas por dois corredores de distribuição, e que constituem o único terreno livre, onde se processa toda a vida social, e que também serve de local de trabalho, lavagem de roupa, e pátio de brinquedo. As habitações estão ordenadas numa modelação de 4x6 m aproximadamente, só com fenestração na fachada, o que implica a existência de quartos interiores e o atravessamento de aposentos para acesso a outros»³².

Numa área total de terreno de cerca de 1706,75 m², temos uma área construída de 1686 m², onde sobra como área livre uns 578,75 m², para uma população de 158 habitantes na Ilha da Bela Vista. As áreas livres dizem respeito aos corredores entre as alas, ao pátio de entrada e à viela que liga a Ilha à rua D. João IV. Esta realidade espacial levanta muitas questões relacionadas com a densidade de habitantes por m² e também da ausência de espaços abertos e vazios para o exercício de actividades próprias do espaço exterior. As relações entre os moradores processam-se num sistema de forte proximidade onde as relações de vizinhança são mais de uso e de apropriação, mas também de partilha entre os vizinhos.

Sobre a implantação da Ilha da Bela Vista de realçar a forma como as habitações forem integradas num programa simples e numa modelação que acaba por retirar o máximo proveito da topologia do lugar de forma a rentabilizar o investimento.

«(...)o terreno tem uma forte pendente no sentido Norte-Sul, o que foi aproveitado para a implantação das habitações, acompanhando o declive natural, e tirando o máximo proveito dos próprios elementos construtivos dos edifícios (paredes de pedra, pavimentos e coberturas de madeira, e divisórias de tabique). As habitações estão ordenadas numa modulação de 4x6m, aproximadamente, só com fenestração na fachada, o que implica a existência de quartos interiores e o atravessamento de aposentos para acesso a outros. Cerca de metade das habitações são de tipo térreo, sendo as outras de dois pisos nalguns casos ocupadas por um só fogo. Todas as habitações dispõem de luz eléctrica e água canalizada, mas não têm instalação sanitária. Muito posteriormente à construção da «ilha», esta foi dotada de duas baterias de 10 retretes e 10 chuveiros, no total. Como regra geral as habitações encontram-se em mau estado. As poucas que apresentam um aspecto mais cuidado, foram arrançadas pelos próprios moradores, que, inclusivamente substituíram caixilharias».

Este Inquérito faz ainda uma breve caracterização da população da Ilha da Bela Vista, com a distribuição de idades, de sexo e de formação . Identificando grupos etários, respectivas idades, género, estado civil, grau de parentesco e actividades económicas. Vejamos!

«(...)A principal característica dos habitantes deste bairro, é a existência de uma alta percentagem de pessoas com mais de 50 anos (30,6%) em contrapartida aos 27,3% de crianças até aos 14 anos».

Esta realidade é bem diferente da actual, pois a ilha tem uma população muito envelhecida, sem crianças e com um elevado de pessoas idosas viúvas, que vivem sozinhas nas suas casas. E que dependem da solidariedade dos amigos e vizinhos de porta. Um dado com relevância que aparece nesta memória descritiva de 1976 é uma que breve mas importante referencia às actividades económicas da população aqui residente. A população na Ilha da Bela Vista é distribuída pelos seguintes grupos etários, até aos 6 anos de idade temos 15 crianças a que corresponde uma percentagem de 10%, dos 6 aos 14 anos, uma população de 26 jovens a que corresponde uma percentagem de 17,33%, dos 14 aos 22 anos, uma população de 18 indivíduos a que corresponde uma percentagem de 12%.

«(...) a população activa representa somente 35,33% do total de 150 moradores. Isto pressupõe um nível económico bastante baixo donde as dificuldades de estabelecer um programa de renovação das habitações que permita por um lado dotá-las de requisitos mínimos de conforto, e por outro não incidir de forma grave na economia familiar dos utentes».

Toda a Operação da Bela Vista dependia da anexação das parcelas que eram propriedade privada, desde a «Ilha da Bela Vista» até às outras parcelas que se iam incorporar para poder desenvolver o programa que estava a ser desenhado pela Brigada Técnica.

«(...) A expropriação dos terrenos adjacentes a Sul do bairro actual permite a edificação à justa dos fogos pretendidos, já que, e dentro de uma política de economia, se aproveitam as estruturas de duas alas existentes. Mesmo assim, e dada a estrita disponibilidade de terrenos vagos que permitam a expansão do bairro, se irá para uma ocupação volumétrica muito alta, só possível dada a forte pendente do terreno para Sul, com a consequente insolação razoável dos fogos projectados. Área a expropriar 1373 m², área final de 3079,75 m², número de habitantes por hectare 513, área construída a manter 1454,5 m², área a construir de 2086,5 m², área final construída de 3540,75 m², e área final construída por habitante 22,41 m². Tipos de fogo pretendidos pelos residentes da Bela Vista: 16 T1; 20 T2; 14 T3; 3 T4».

Todo este programa é o reconhecimento de um direito à habitação por parte de uma população de uma «ilha» que ainda não tem as condições mínimas de habitação digna. Mas, também é o reconhecimento de um direito à cidade, ao lugar onde se nasceu, onde se vive e onde se trabalha. Portas sobre esta problemática considera inclusive que «voltando ao reconhecimento do direito ao sítio, tratava-se simultaneamente de uma conquista muito importante em relação ao passado mas seria também a motivação para um certo número de conflitos que podiam vir a pôr em causa um programa, que se movia entre duas novidades do 25 de Abril: uma, o poder local e a outra a autonomia dos movimentos sociais de base local.

O bairro da Ilha da Bela Vista, em 1943, com o rio Douro em primeiro plano.

Claro que a assistência técnica do SAAL compreendia vários aspectos, que vinham expressamente referidos no despacho de 6 de Agosto de 1974. Como por exemplo: a) a acção fundiária; b) a acção de projecto; c) a acção de assistência nas operações de construção; d) e a acção de assistência na gestão social. Tendo em vista a introdução de novas formas de actuação com vista á eliminação das áreas degradadas e das construções clandestinas. Declarava-se no referido despacho ministerial «caber às autarquias locais o comando dos processos» e que «só a administração local, fazendo exemplar uso da legislação promulgada para esses fins, poderá dinamizar as populações e conseguir resultados assinaláveis.

O bairro da Ilha da Bela Vista, em 1943, com o rio Douro em primeiro plano.

ILHA DA BELA VISTA: ESPAÇO, MEMÓRIA E CONTEMPORANEIDADE

O bairro da Ilha da Bela Vista, em 1943, com o rio Douro em primeiro plano.

A Ilha da Bela Vista situa-se na antiga rua da Duqueza de Bragança que data a sua abertura de 1843. Com a abertura desta nova artéria urbana que começa no Jardim de S. Lázaro e se estende em direcção ao Norte até à periferia da cidade, o Porto vê lançado uma das mais importantes redes viárias da cidade no sentido de que ela vem complementar a estrutura radial das ruas que os Almada já tinham traçado para o desenvolvimento do velho burgo no século XVIII³³.

O terreno onde foi construída a Ilha da Bela Vista foi arrendado em 1863 a Luís Ferreira Dias Guimarães, comerciante na cidade do Porto. Esta grande parcela de terreno, com 33 metros de frente e 77 de profundidade, foi aforada pela renda anual de 30\$000 réis. É assim, nas traseiras desta parcela de terreno que se vai construir a actual ilha da Bela Vista³⁴.

Para Manuel Teixeira, o facto de se tratar de um emprazamento perpétuo, determinado pelo Código Civil de 1867, explica a falta de controlo de Ermelinda de Freitas sobre o que estava a ser construído nos terrenos por si emprazados. Mais, a perpetuidade dos arrendamentos conferia

O bairro da Ilha da Bela Vista, em 1943, com o rio Douro em primeiro plano.

33. Cfr. J. A. Pinto Ferreira (1946) *O Urbanismo do Porto no Século XVIII e seus Reflexos no Plano Económico (Simples achegas para o seu wstudo)*. Porto, Edição C.M.P. No que se refere ao urbanismo do Porto no Século XVIII e seus reflexos no plano económico-social, considera o autor que se pode sublinhar as seguintes conclusões, das quais vamos extrair as que nos mais interessa tendo em conta a natureza do nosso trabalho; primeiro – o predomínio da linha recta no traçado das ruas e na arquitectura; segundo – abertura de grandes e pequenas transversais para facilitar o acesso às grandes vias; terceiro – construção de passeios laterais nos arruamentos; quarto – prévio estudo parcelar para expropriação dos terrenos onde se iria romper a rua e implantar as edificações; quinto e último – a simplicidade e dignidade da arquitectura. São desta época a Planta da Ponte do Poço das Patas que se projectou em 1788 da autoria de Champalimaud de Nussane, bem como a Planta que mostra a urbanização feita em 1795 nas vizinhanças de Sto Ildefonso, S. Lázaro e Ruas de Reimão e Bonfim, assinada pelo Arquitecto Teodoro de Sousa Maldonado, e também a Urbanização das vizinhanças do Campo do Cirne (hoje 24 de Agosto) e rua do Bonfim, Planta assinada e datada em 1787 pelo Arquitecto Teodoro de Sousa Maldonado. Ver também Joaquim Jaime B. Ferreira Alves (1988) *O Porto na Época dos Almadás. Arquitectura. Obras públicas. Porto, Edição Câmara Municipal do Porto. Ver também Plantas Antigas da Cidade (Século XVIII e Primeira Metade do Século XIX)*, Monteiro de Andrade. Documentos e Memórias Para a História do Porto-XI, Publicações da Câmara Municipal do Porto/Gabinete de História da Cidade, Porto, 1943.

34. Cfr. Manuel C. Teixeira (1996) *Habitação Popular na Cidade Oitocentista. As Ilhas do Porto*. Lisboa, Edição Fundação Calouste Gulbenkian / Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica.

maior poder aos locatários do que aos proprietários da terra, os quais a partir de então tinham pleno controlo sobre a utilização destes terrenos nas traseiras das casas burguesas da cidade. O que explica a venda do dito prazo em 1878 a Inácio de Miranda Vasconcellos, proprietário. Com este negócio Inácio de Vasconcellos vai maximizar o uso do seu terreno, isto é, uma faixa contígua à rua foi dividida em cinco lotes para construção, cada um deles com uma frente de 6 a 6,5 metros e 25 metros de profundidade. O terreno restante situado por trás desta faixa, foi reservado à construção de uma ilha (a actual Ilha da Bela Vista)³⁵.

O terreno das traseiras dispunha de um acesso independente a partir da rua, por meio de um estreito corredor a céu aberto, que quase não atingia dois metros de largura ao longo de um dos limites da referida propriedade.

Em cada um dos cinco lotes à face da rua, Inácio de Vasconcelos construiu um edifício de dois pisos de boa qualidade, destinados a habitação burguesa.

Nos terrenos correspondentes às traseiras desses lotes, construiu a Bela Vista, a qual, depois de pronta se compunha de 43 casas.

Estas casas entre as quais algumas com dois pisos, encontravam-se agrupadas em quatro filas paralelas. Duas destas bandas de habitações foram construídas encostadas aos muros laterais da propriedade e as outras duas, alinhadas costas com costas, ao centro.

Dois corredores estreitos davam acesso a todas as casas. Todas as construções na Ilha da Bela Vista são em alvenaria de perpeanho, rebocada ou não, paredes de tabique nas divisórias das células. Algumas das habitações foram sendo sujeitas a obras de conservação, de melhoramentos e de transformação, com a introdução de novos equipamentos como por exemplo, as cozinhas e os sanitários com banhos.

Mais de 90% das células existentes na Ilha da Bela Vista encontram-se em estado avançado de ruína, agravados pele utilização de materiais pouco duráveis, quer por inexistência de trabalhos de conservação, manutenção e reparação. Para além, do resultado da precariedade das construções é a que resulta também da média etária dos seus habitantes rondar os sessenta anos, com problemas de saúde e, em alguns casos agravados por problemas de mobilidade. Embora se possa dizer que pelo facto de não haver grandes desníveis no acesso às células de habitação o problema é minimizado na sua grande maioria.

No caso do Porto, as ilhas funcionam quase sempre como traseiras da cidade pública. São uma parte escondida, cujo destino está intimamente ligado ao da cidade mas com estatuto próprio, como se fossem espaços semi-privados. E neste caso, a Ilha da bela Vista também não foge à regra geral.

A Bela Vista organiza-se, assim em função de um espaço colectivo, que não é privado nem público, meio fechado meio aberto à rua na cidade; alinham-se células residenciais de programa e de espaço

O bairro da Ilha da Bela Vista, em 1943, com o rio Douro em primeiro plano.

^[1] Cf. Teixeira, Manuel, op. cit., pp. 369-381.

Um apartamento em ilha, com uma cozinha, uma sala e um quarto.

reduzido. Em torno desse mesmo espaço, em baterias de uso colectivo há as latrinas, os banhos, os tanques de lavar a roupa à entrada de cada célula, o poço e o pequeno largo ao fundo do corredor estreito que dá da rua para a Ilha. Os habitáculos são geralmente de planta quadrada variando entre os 25 e os 35 m², células simples de casas térreas, outras células dúplex, que se organizam na vertical e correspondem a um primeiro piso.

Os elementos que se encontram nos espaços exteriores e mais comuns entre as diversas ilhas são os vasos de flores, as gaiolas com pássaros, pequenos tanques de roupa, passadeiras penduradas, santinhos protectores, sapatos à entrada das portas, cadeiras de praia para a sesta e malgas de leite para os gatos.

Os elementos interiores das habitações encontrados já no espaço da vida doméstica são os lustres na sala de entrada sobre a mesa de jantar. Esta mesa ocupa geralmente grande parte do espaço. Um louceiro e uma grande cama ocupam a totalidade do espaço, mesinhas repletas de fotografias de família com memórias de outros tempos. Aí também vamos encontrar louceiros com louças, com garrafas de bebidas, com uma diversidade de objectos que nos falam sobre a vida de cada um dos seus habitantes. A televisão sobre uma mesa pequena, em alguns casos também lá está o frigorífico por não ter espaço na pequena cozinha. Nos quartos as camas ocupam a quase totalidade da área e para chegar à janela passa-se por cima dela, com grandes bonecas, algumas muito antigas.

As ilhas têm em si um valor de carácter patrimonial, pois constituem uma memória social, cultural e industrial, estamos perante a primeira forma de habitação colectiva da cidade. É necessário manter e valorizar a identidade das ilhas, a sua memória, o seu interesse como tipologia, como unidade social e marca histórica.

As ilhas são uma marca importante da História da Cidade do Porto, de um Porto Industrial e Operário dos séculos XIX e XX, mas a sua continuidade não pode fazer-se à custa do sacrifício dos seus moradores, condenando-os no século XXI a viver com a falta de condições das classes mais pobres dos séculos anteriores.

Podemos observar que as ilhas obedecem a um programa específico e diversificado, com unidade e flexibilidade, de sentido pratico e orgânico na forma como organiza os seus programas nos lotes traseiros das casas burguesas. Podemos observar que os lotes onde surgem as ilhas têm geralmente 5,5 metros de frente e entre 40 e 110 metros de comprimento; o facto de os lotes serem tão estreitos aumentava a capacidade de construção sobre a frente de rua, diminuindo os custos de infra-estruturas (arruamentos, pavimentação de passeios, iluminação, esgotos, etc.); este tipo de solução aumenta a capacidade de construção desenvolvendo mais rapidamente a cidade; são estes lotes propícios à construção das ilhas em que toda a profundidade do terreno é aproveitada de forma a maximizar os lotes.

PROJECTO DE ARQUITECTURA BÁSICA PARTICIPADA. Conceito, metodologia e prática

FERNANDO MATOS RODRIGUES
ANTÓNIO J. CEREJEIRA FONTES
ANDRÉ CEREJEIRA FONTES

O projecto de arquitectura básica participada, desenvolvido em 1977, foi o primeiro projecto de arquitectura desenvolvidos em Portugal. O projecto foi desenvolvido por Fernando Matos Rodrigues, António J. Cerejeira Fontes e André Cerejeira Fontes.

Num mundo de mudanças e de transformações profundas no que diz respeito às questões da habitação e do direito à cidade, vale a pena reflectir sobre alguns números que ilustram bem a complexidade e a profundidade do tema em si.

Mais de 1.250 milhões de pessoas vivem em assentamentos urbanos precários, dos quais 1.080 milhões não têm acesso a infra-estruturas mínimas, como por exemplo, acesso a água potável a menos de trezentos das suas casas; sem esquecer a brutalidade dos números que nos informam que mais de 2.300 milhões de pessoas não têm acesso a nenhum tipo de infra-estrutura. Mais de 40% da população mundial vive em condições de habitabilidade precária, concentrada nas zonas mais pobres do planeta³⁶.

É neste contexto internacional de capitalismo global que a problemática em torno da proposta de habitação básica ganha sentido, mais não seja, porque coloca na agenda a importância da democratização do acesso a uma habitação digna para todos no nosso planeta³⁷.

Em Portugal o problema coloca-se nas cidades históricas, em virtude da degradação da cidade, com o seu esvaziamento para as periferias, com o deslocamento de populações para novas áreas urbanas emergentes e com a patrimonialização dos seus cascos antigos. Sem ignorar os processos de gentrificação motivados pela economia turística que domina o arrendamento e especula as rendas dos residentes. Vamos assistir nos últimos anos à implementação de um conjunto diversificado de planos de intervenção que têm como principal objectivo a conversão dos Centros Antigos das

O projecto de arquitectura básica participada, desenvolvido em 1977, foi o primeiro projecto de arquitectura desenvolvidos em Portugal. O projecto foi desenvolvido por Fernando Matos Rodrigues, António J. Cerejeira Fontes e André Cerejeira Fontes.

^[1] 36. Cf. Borja, Jordi; Castells, Manuel (1997) Local Y Global. La Gestión de las Ciudades en la Era de la Información. Madrid, Taurus.

^[2] 37. Cf. Gmelch, George; Zenner, Walter P. (1996) Urban Life. Readings in Urban Anthropology. Illinois, Waveland Press.

Cidades em parques temáticos. Que potenciam o aparecimento de um conjunto diversificado de cenários para a gentrificação: com a instalação de classes médias-altas em busca de um reencontro com a vida do bairro; na descoberta do novo sabor local que vai atrair clientes para as casas novas ou reformadas nos bairros antigos da cidade. Estamos perante a aplicação dos chamados Planos Especiais de Reabilitação, que se apresentam como revitalizadores, renovadores e expansionistas das zonas degradadas dos núcleos antigos da cidade histórica.

É neste contexto que o modelo de habitação básica se pode apresentar como uma alternativa criativa e sustentável, capaz de implementar programas que garantam o direito à habitação na cidade histórica ou consolidada.

O modelo de habitação básica estrutura-se numa proposta de cooperação e de vocação pedagógica, envolvendo equipas de trabalho multidisciplinares. Esta proposta tem objectivos específicos:

- i) O sítio;
- ii) A dotação de infraestruturas;
- iii) A valorização dos contextos³⁸.

A habitação básica apresenta como base teórica os seguintes princípios:

- i) Habitação adequada para todos os assentamentos humanos sustentáveis num mundo em processo de urbanização;
- ii) Habitabilidade básica para todos – um Direito Humano Universal;
- iii) Instrumento de cooperação para o desenvolvimento;
- iv) Valorização das vivendas de auto-construção –, a partir dos quais é possível reconhecer os processos de análise e de evolução desenvolvidos no terreno;
- v) Implementação de modelos participativos e colaborativos na procura de soluções amigas das populações em carência habitacional;
- vi) Valorização de modelos e programas de baixo custo;
- vii) Defesa do direito ao lugar de residência;
- viii) Criação de programas e de instrumentos que afirmem o Direito à Habitação na cidade.

Pretende-se com este programa satisfazer as necessidades de habitação, essenciais para todas as pessoas independentemente da sua renda familiar ou do seu estatuto social. Integra-se esta filoso-

fia no princípio do Direito à Habitação digna para todos sem excepção³⁹. Tendo como meta principal o Bem-Estar para todos, a luta contra a pobreza, integrados num ideal de desenvolvimento eco-sustentável.

Este programa distingue dois tipos de projectos para atender a realidades distintas:

- i) Projectos de Renovação (melhoramentos das pré-existências);
- ii) Projectos Ex Novo.

Perante um assentamento informal existente, salvo que seja um lugar vulnerável, a forma de atuar será mediante o seu melhoramento ou renovação. Segundo a Carta do Habitar considera-se que os realojamentos só se justificam em situação de vulnerabilidade extrema dos assentamentos, e quando não existe possibilidade técnica e científica, política e económica capaz de dar resposta *in situ*.

Neste sentido, a Carta da UNESCO para a Habitação, é muito clara e sobre essa problemática, apresenta os seguintes paradigmas para a cooperação e para o desenvolvimento em matéria da habitação.

Programas e Projectos de Desenvolvimento, segundo a Carta do Habitat:

- i) Os beneficiados devem participar de forma substantiva para facilitar a plena integração na cidade;
- ii) Propiciar estratégias facilitadoras para atender às necessidades;
- iii) Valorizar e apoiar os processos participativos nos projectos e programas;
- iv) Reforçar o lado institucional em todos os níveis (multinacional, nacional ou municipal – e o sector informal;
- v) Reconhecer e apoiar o protagonismo das mulheres que resulta particularmente crucial nos processos de construção e melhoria do habitat;
- vi) Valorização dos resultados intangíveis, tais como, a liderança dos moradores, o aparecimento de lideranças e a consolidação de formas e práticas democráticas;
- vii) Dar relevância aos processos e aos resultados dos programas e dos projectos: valorizando a participação da comunidade durante todo o ciclo dos programas, desde as informações prévias até à consolidação dos assentamentos⁴⁰.

39. Cf. Gesto, Belén; Perea, Luis [Coords.] *Evaluando la Habitabilidad Basica. Una propuesta para proyectos de cooperación*. Madrid, Los Libros De La Catarata, 2012.

40. Cf. Conferencia Mundial Sobre Assentamentos Humanos. Cartas das Cidades; Habitat II, Istanbul, Junho de 1996; Declaração do Milénio das Nações Unidas, Nova Iorque, Setembro de 2000.

Outra referencia para a habitação básica é a Carta do Direito à Habitação, na qual já estão plasma-dos os princípios fundamentais do Direito à Habitação. Por exemplo:

- i) Segurança Legal de Ocupação – todas as pessoas, onde quer que vivam, têm direito a um determinado grau de segurança e uma garantia e protecção legal contra o desalojamento forçado;
- ii) Disponibilidade de Serviços, Materiais, Equipamentos e Infraestruturas – a habitação deve permitir acesso aos recursos naturais e comuns que garantam a sua saúde, segurança, conforto e alimentação;
- iii) Acessibilidade Económica – uma habitação acessível será aquela cujos custos financeiros suportados se situam num nível capaz de não ameaçar a satisfação das outras necessidades;
- iv) Habitabilidade – uma habitação condigna deve ser habitável em termos de proporcionar aos seus ocupantes um espaço adequado, segurança, proteger do frio, da humidade, do calor, da chuva, do vento e de outros riscos para a saúde;
- v) Facilidade de Acessibilidade – uma habitação condigna deve ser acessível a todos os que a ela têm direito, incluindo grupos desfavorecidos, que podem apresentar necessidades especiais, devendo beneficiar de uma certa prioridade no que se refere à habitação;
- vi) Localização – uma habitação condigna, deve localizar-se num local onde existam possibilidades de emprego, serviços de saúde, escolas, centros de cuidados infantis e outras estruturas sociais.

As políticas habitacionais e de cooperação na gestão e uso do solo urbano, consideram o solo urbano um bem escasso, e desta forma propõem soluções compactas densificando parcelas como forma de evitar a anexação indiscriminada de solos periféricos *ex novos*. Na realidade, as ilhas do Porto, enquadram-se nesta realidade urbana e social, pela sua capacidade de carga, e também pela sua compacticidade e densidade. Como é óbvio, estamos perante realidades de baixa densidade, que procuram na sua exiguidade de programa a sua maximização por metro quadrado. A sua escala e volume tão reduzido ao essencial, permite-lhe associar esses valores de escala urbana.

PROGRAMA E PROJECTO DE HABITAÇÃO BÁSICA

O programa para a renovação da Ilha da Bela Vista, na cidade do Porto⁴¹, consiste na implementação de um projecto de arquitectura básica participada pelo Gabinete de Arquitectura Cerejeira Fontes-Imago associado ao Laboratório de Habitação Básica (LAHB), num contexto de forte par-

ticipação com a Associação de Moradores da Ilha da Bela Vista e a Câmara Municipal do Porto, no Pelouro da Habitação e Inclusão Social enquanto promotora institucional do projecto de renovação/reabilitação.

Este programa tem implícito a implementação de um projecto de arquitectura básica participada, capaz de envolver a associação de moradores no processo desde a discussão sobre qual o melhor programa para a renovação das 40 casas da Ilha da Bela Vista. Desde o início do processo que ficou bem claro que nenhum dos moradores queria sair da ilha em situação alguma; como também foi claro, a preocupação com o tipo de rendas a assumir pelos moradores depois das casas renovadas. As preocupações eram muitas sobre as rendas, pois, estamos perante uma população envelhecida, com reformas muitas baixas, e com pouca capacidade de poder assumir encargos de rendas superiores a 60 euros por mês. Aliás, casos há em que as rendas não podem exceder os 10 a 20 euros por mês, tendo em conta as reformas tão baixas. Este problema é assim transversal a todo o programa e projecto de habitação básica na ilha da Bela Vista, enquanto elemento condicionante e estruturante de todo o programa e projecto final. Em todas as reuniões ficou bem claro que estávamos a desenhar, a projectar e a programar para estes moradores e a partir destas realidades sociais e económicas. Era fundamental que este programa garantisse o direito ao lugar, o direito à habitação destes mesmos moradores depois da ilha renovada, evitando exclusões por insolvência dos seus moradores face aos novos encargos. O Senhor António Lopes Fontelas, da direcção da Associação de Moradores da Ilha da Bela Vista fazia sempre questão em colocar esta questão em todas as reuniões com a coordenação de programa e de projecto e também na presença do Pelouro de Habitação.

A equipa responsável pelo programa e projecto (Fernando Matos Rodrigues e António Cerejeira Fontes), a Associação de Moradores (António Lopes Fontelas e Mário Pinto) em sintonia com o Pelouro de Habitação incorporaram no programa e no projecto esse valor económico e essa condicionante de forma a possibilitar que todos os moradores sem excepção possam ter uma habitação digna de acordo com as aspirações e as necessidades de cada um deles.

A intervenção teve como orientação as práticas e as apropriações dos moradores na ilha de forma a dotar as casas de uma habitabilidade singular e de acordo com os interesses dos seus residentes. O programa e o projecto incorporaram de forma objectivada os habitus, os usos, as apropriações, as organizações, as soluções que foram fazendo parte da vida desta comunidade.

O projecto de renovação da Ilha da Bela Vista não se inscreve numa arquitectura de tábua rasa, mas pelo contrário incorpora todas as formas de apropriação que os moradores introduziram na ilha. Fosse o uso de tanques, de bancos no exterior, as portas com janelas, o uso de persianas, a utilização de marcas que individualizam o espaço doméstico, diferenciando-o da casa do vizinho. Deste modo, o projecto inscreve-se num lugar, num sítio, numa comunidade com uma história e memória específica no contexto da cidade do Porto. No fundo estamos perante um programa que procura dar respostas formais, construtivas e técnicas ao habitar numa ilha, valorizando os

⁴¹ Cf. Rodrigues, Fernando Matos; Silva, Manuel Carlos (2015) *Cidade, Habitação e Participação*. Porto, Edições Afrontamento.

elementos físicos e simbólicos de uma comunidade que vive entre duas ruas-corredor no interior do quarteirão, traseiras às casas burguesas da Rua D. João IV que lhe servem de fachada urbana.

O programa contempla várias tipologias de habitação, utilizando as mesmas áreas de construção que rondam os 47 m² e os 67 m². Deste modo, foi possível definir três tipologias diferentes, a partir das áreas disponíveis. O principal objectivo era maximizar os custos, evitar o aumento das rendas e renovar as casas dotando-as de conforto, segurança e durabilidade; salientar como mais-valias: a entrada de luz directa em todos os compartimentos, a ventilação e circulação de ar, o isolamento acústico e térmico, resolução das humidades no interior, e a cobertura das casas com novas soluções técnicas. Para isso, ouvimos os moradores, acompanhamos e descodificamos as suas apropriações, registamos os seus modos de vida, escutamos as suas aspirações e dentro do possível desenhamos o programa e construímos o projecto.

Transportamos para o projecto essas referências, essas marcas de apropriação singular e colectiva do espaço-ilha, bem como incorporamos os elementos simbólicos e culturais no desenho dos interiores das casas e no desenho do espaço-rua, do espaço aberto e colectivo. Uma proposta que faz uso de planos formais e simples, composta pelos mesmos planos geométricos, volumes lineares que incorporam as mesmas funções e os mesmos sentidos poéticos, que rasgam aqui ou ali novas circularidades que nos trazem o exterior para o interior da ilha, a partir de uma desmaterialização de volumes em pontos muito específicos. A ilha explode para o mundo de fora, rompe com o silêncio da rua, trás a luz e o calor para as casas renovadas e alcança novos horizontes.

O programa para a renovação da Ilha da Bela Vista parte de um esquema modelar, tira partido das bandas da ilha operária, anexa as duas ilhas à cota baixa, permite a implementação de um novo programa que organiza o interior das células, faz uma nova distribuição das circularidades, abre e desmaterializa os volumes, potenciando outros espaços, outras circularidades e outras apropriações.

CATÁLOGO

PARTE UM

PROJECTO DE ARQUITECTURA DE HABITAÇÃO BÁSICA.

ILHA DA BELA VISTA (2016)

ANTÓNIO J. CEREJEIRA FONTES
(IMAGO/LAHB)

Àcerca da construção

A abordagem ao projecto realizada mediante um profundo e sólido trabalho de equipa está alicerçada no privilégio de se ter vivido durante quase 2 anos na Ilha da Bela Vista.

Mais que uma visão distante do problema esta intensa experiência permitiu acrescentar, a uma visão distante e externa, uma outra perspectiva de proximidade e de pertença ao lugar.

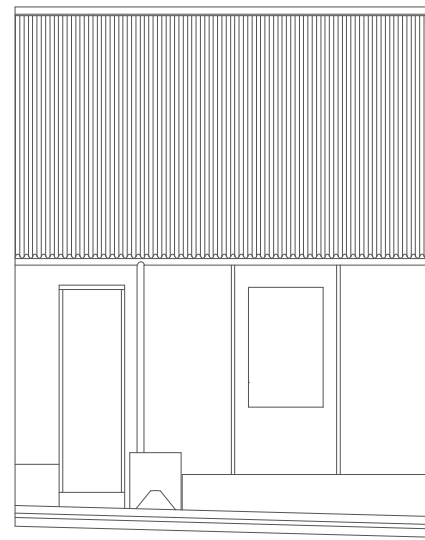
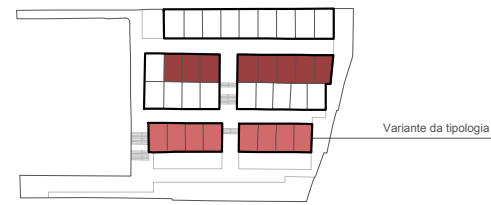
Agora a visão e o tacto fundem-se na verdadeira experiência vivida. Como diz Juhani Pallasmaa, crítico de arquitectura finlandês:

..." já fui trabalhador agrícola, da construção civil, administrativo, reitor de uma universidade, designer gráfico e de produto, etc, mas faço tudo com os olhos e a mente de um arquitecto. Contudo, não digo um arquitecto no sentido de um profissional qualificado, mas como um arquétipo, uma espécie de "-eiro". Um ferreiro não é um profissional qualificado, mas uma figura quase mística. Assim também eu considero o arquitecto um paladino das dimensões míticas da vida, não um profissional."

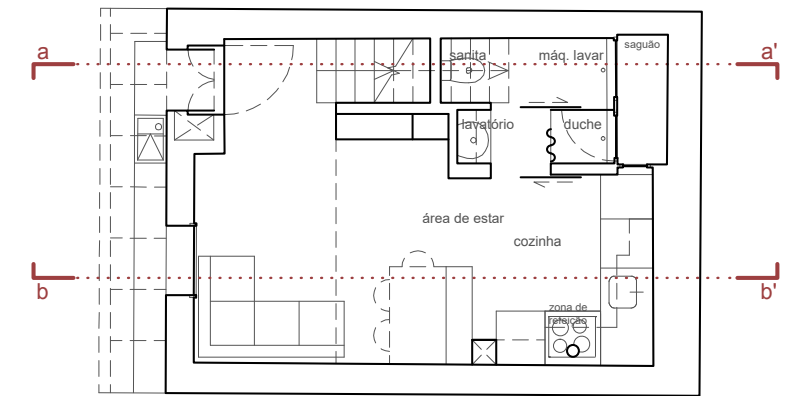
Construir suportado na nossa experiência de vida na ilha, na real percepção do lugar, no entendimento de quem lá vive e de como, durante os mais de 150 anos de existência da ilha, as suas gentes souberam viver.

Estamos cada vez mais conscientes e convictos que a arquitectura básica deve ser o reflexo, o mais nítido possível, daquilo que são as reais necessidades de quem habita os lugares. Não numa visão funcionalista e puramente técnica mas sim na possibilidade de se incorporar uma visão performativa à poesia da modéstia.

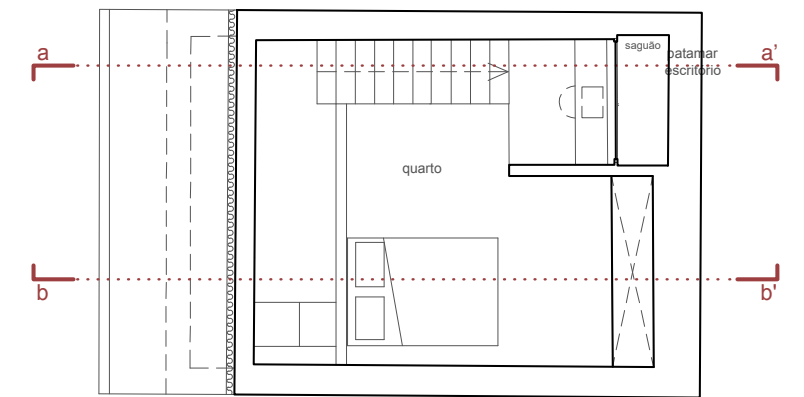
Tipologia A



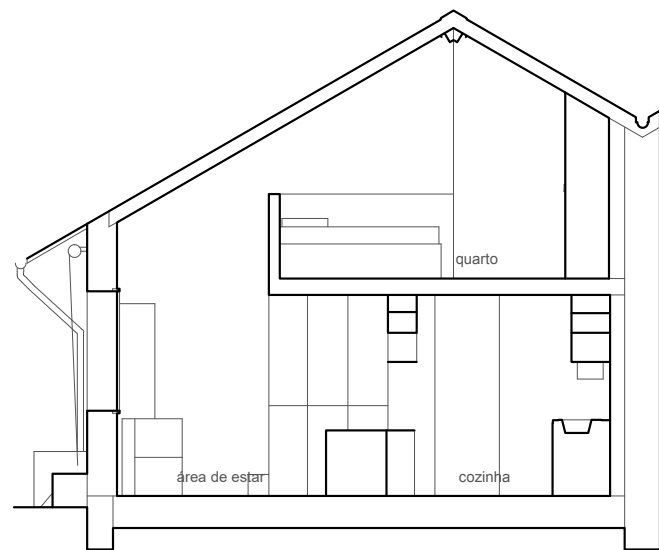
alçado frontal



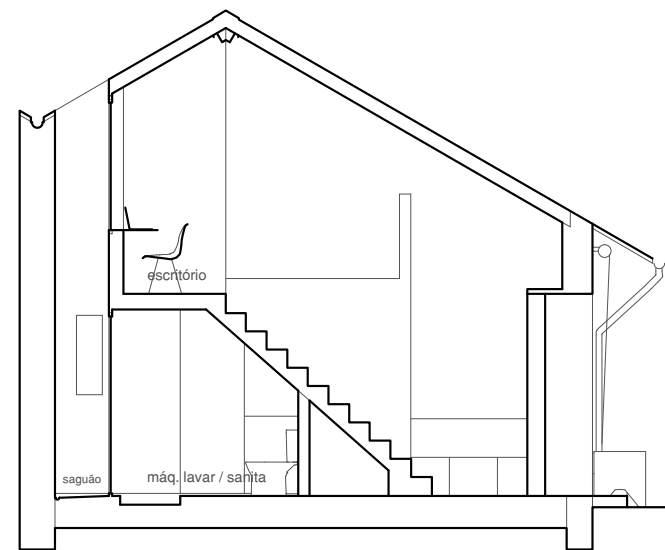
piso 0



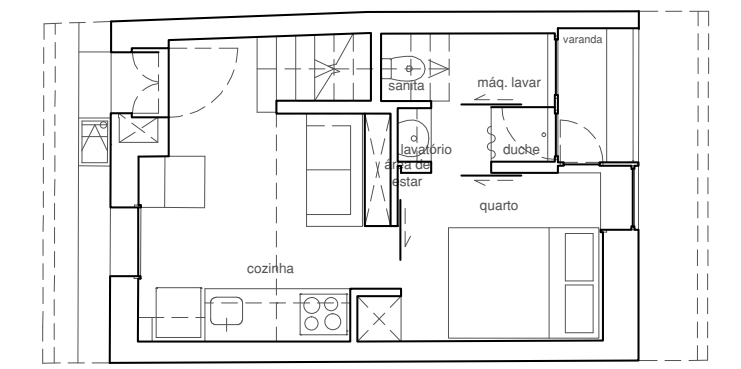
piso 1



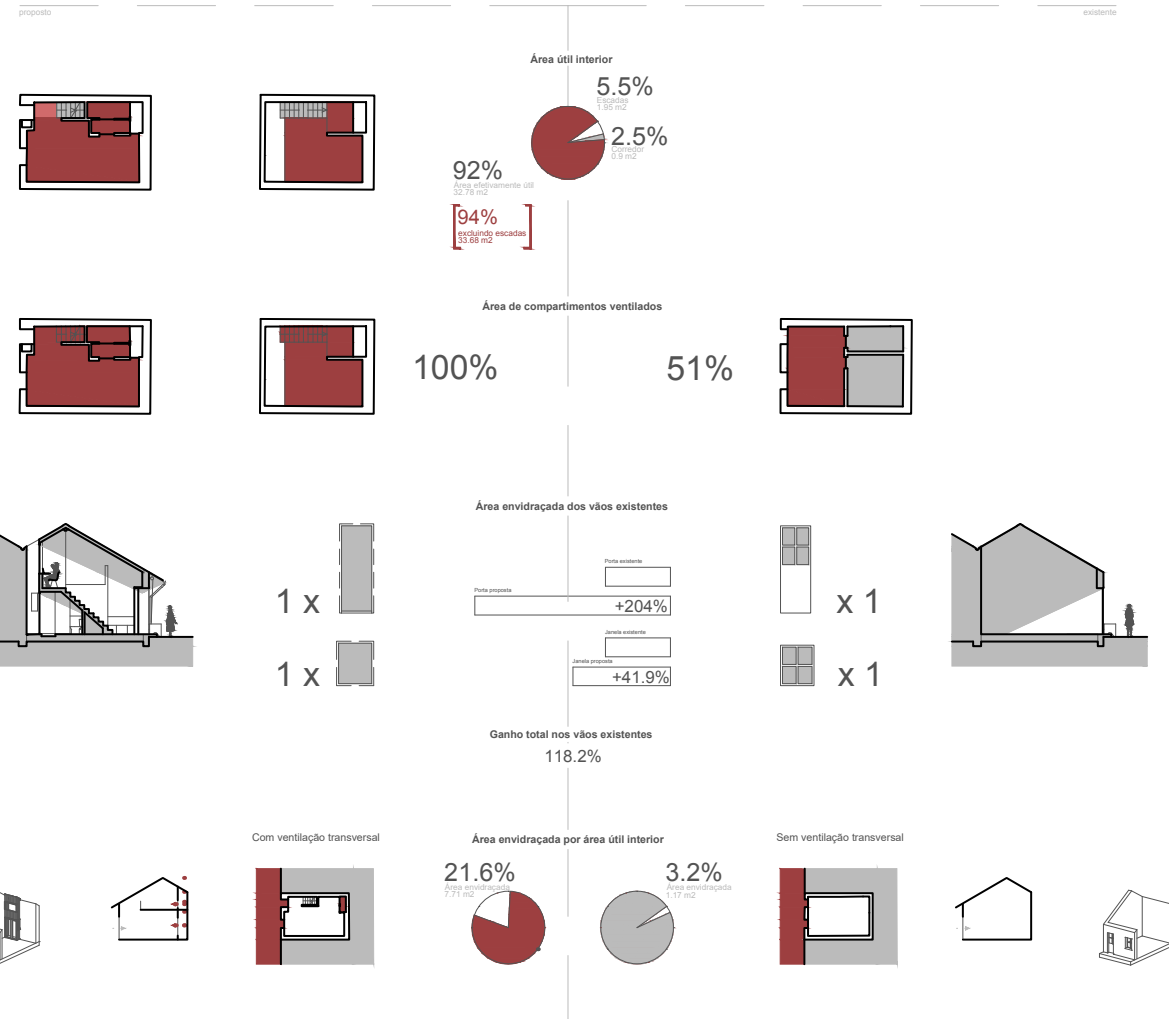
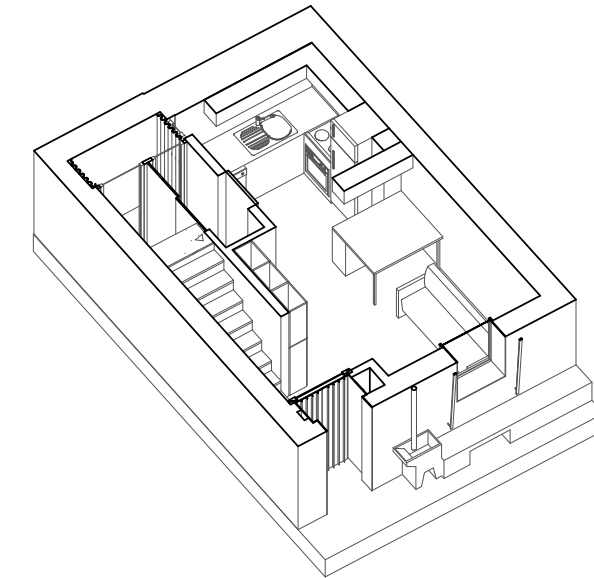
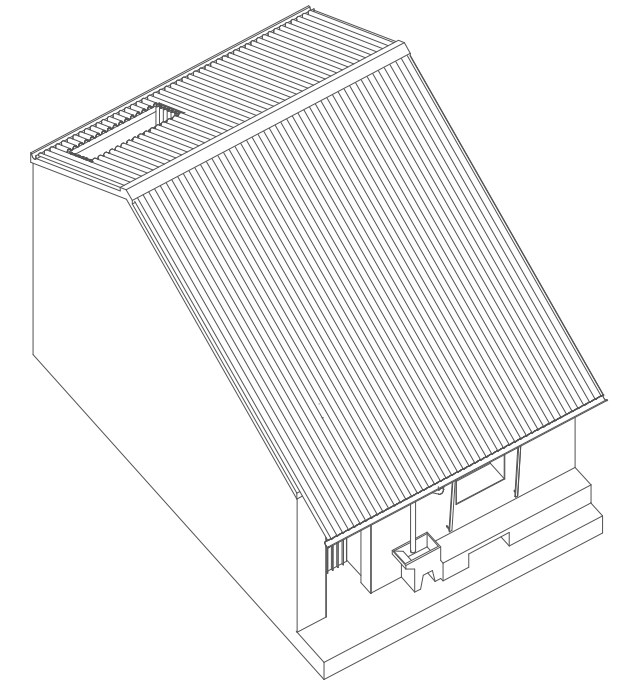
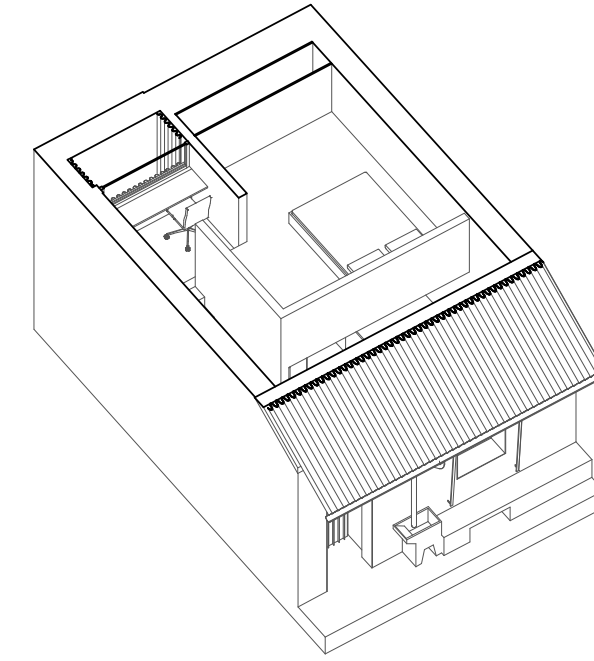
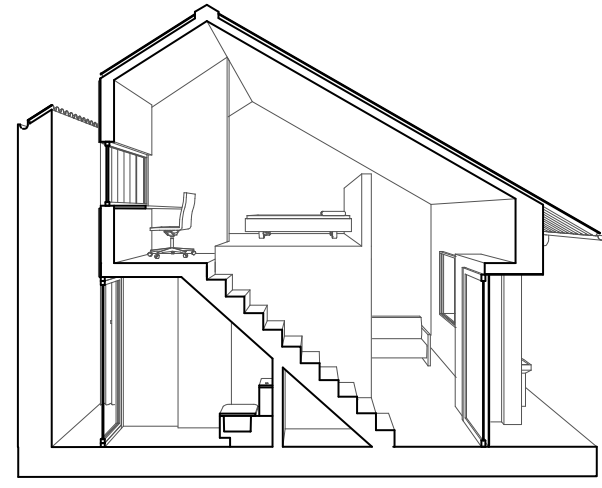
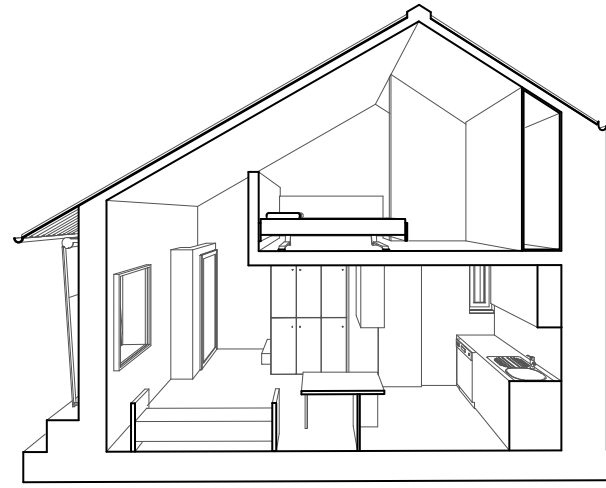
corte b



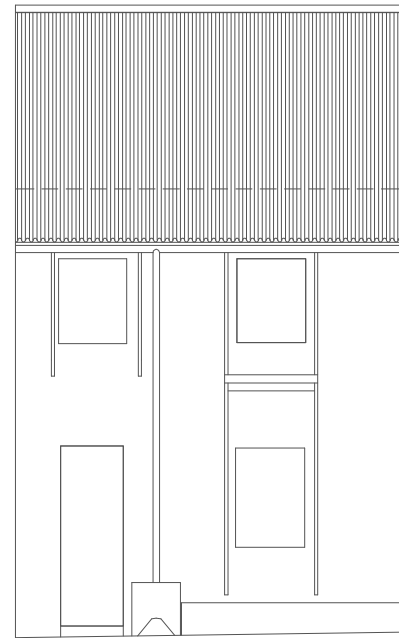
corte a



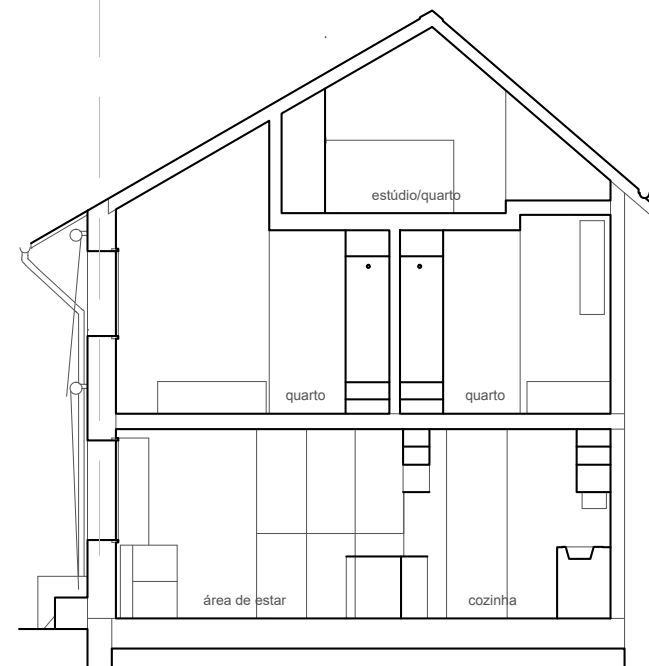
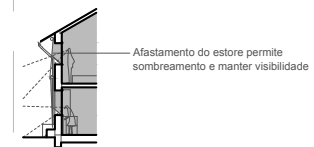
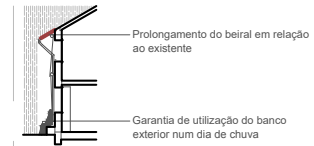
piso 0 - variante da tipologia B



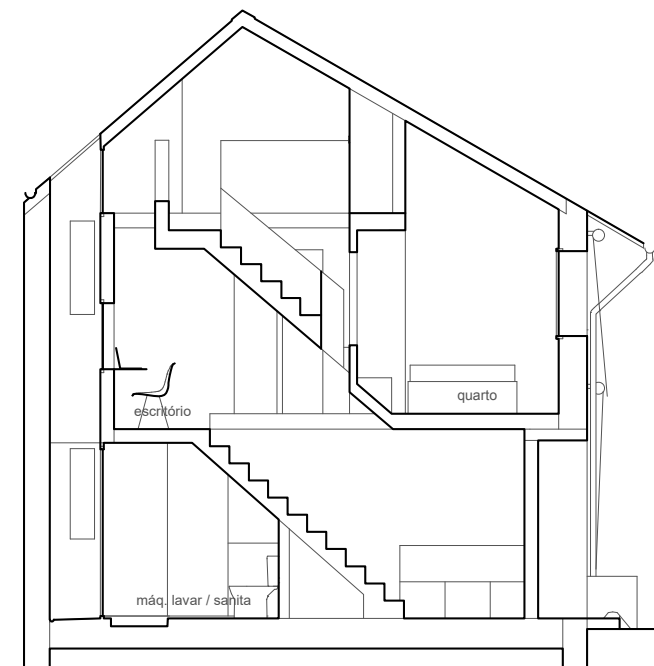
Tipologia B



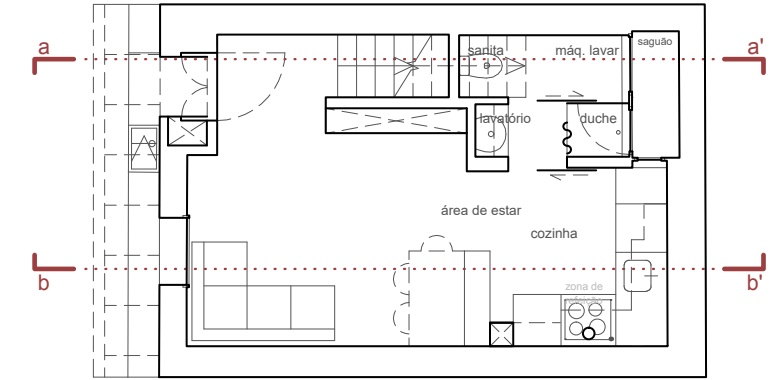
alçado frontal



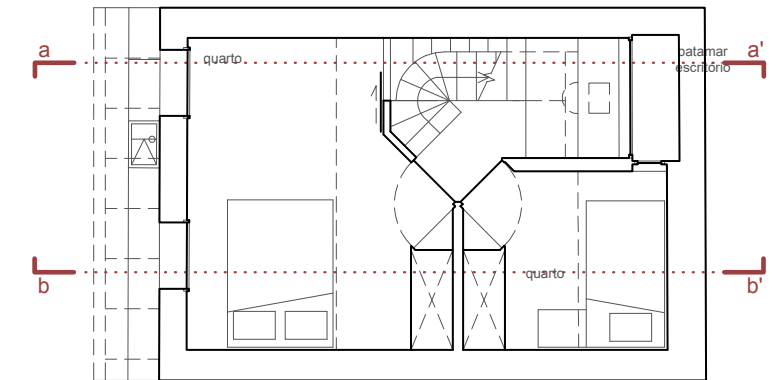
corte b



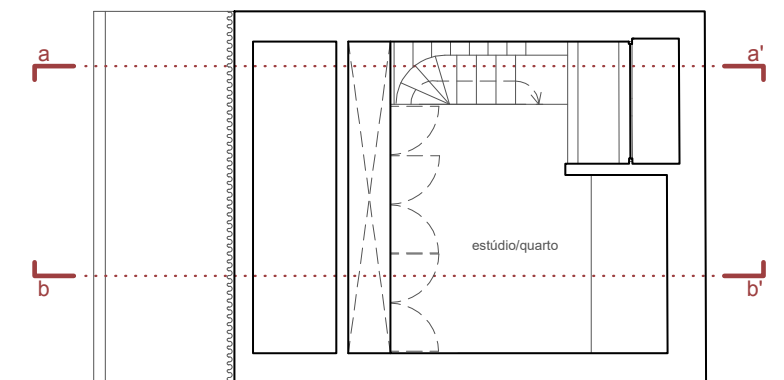
corte a



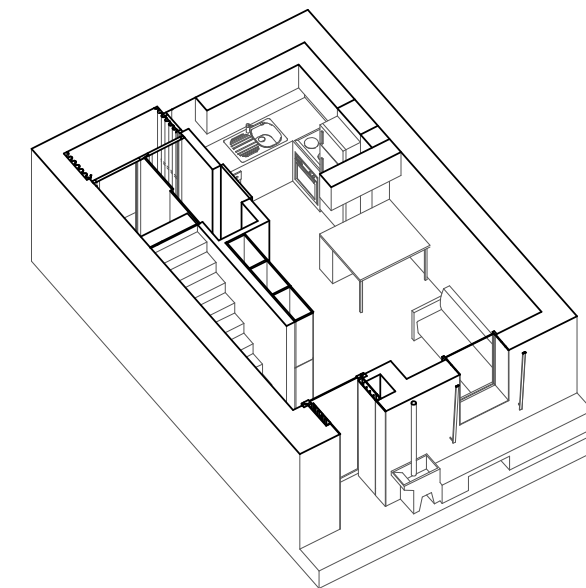
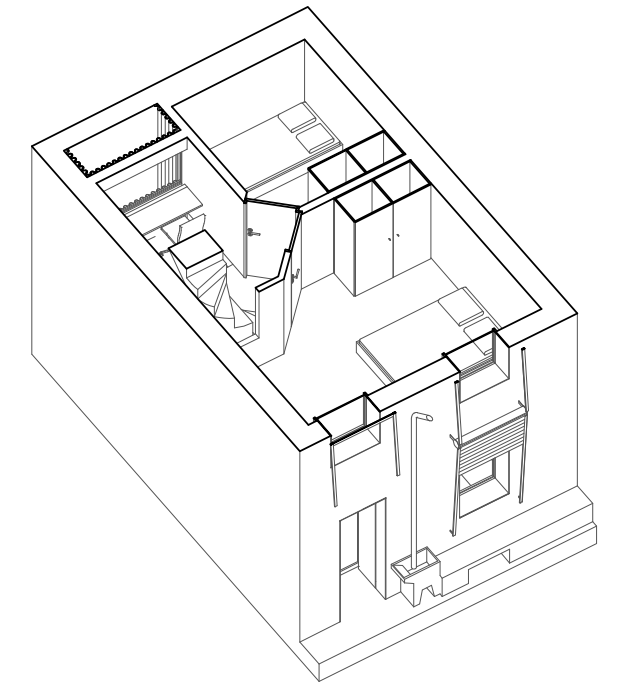
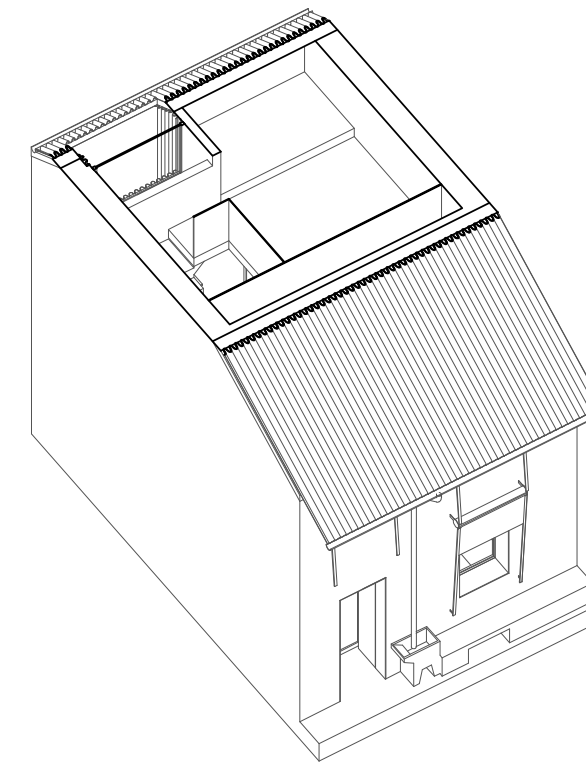
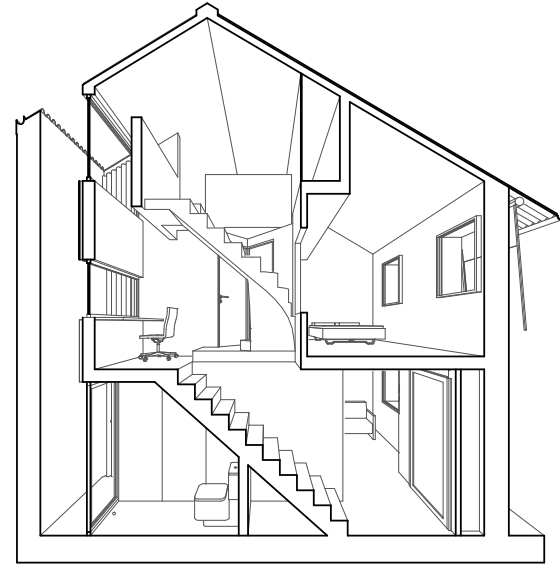
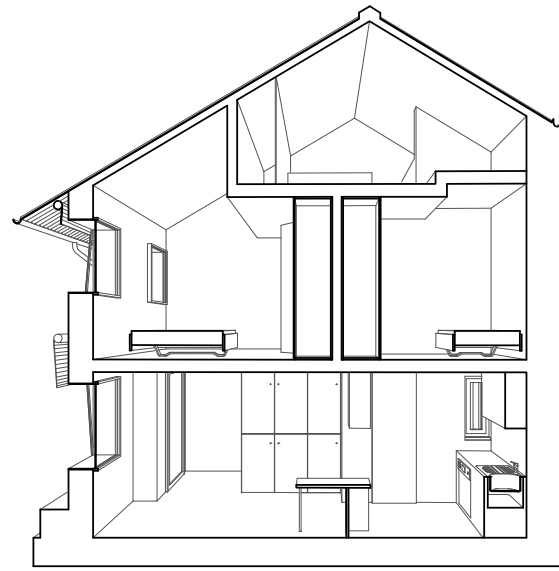
piso 0



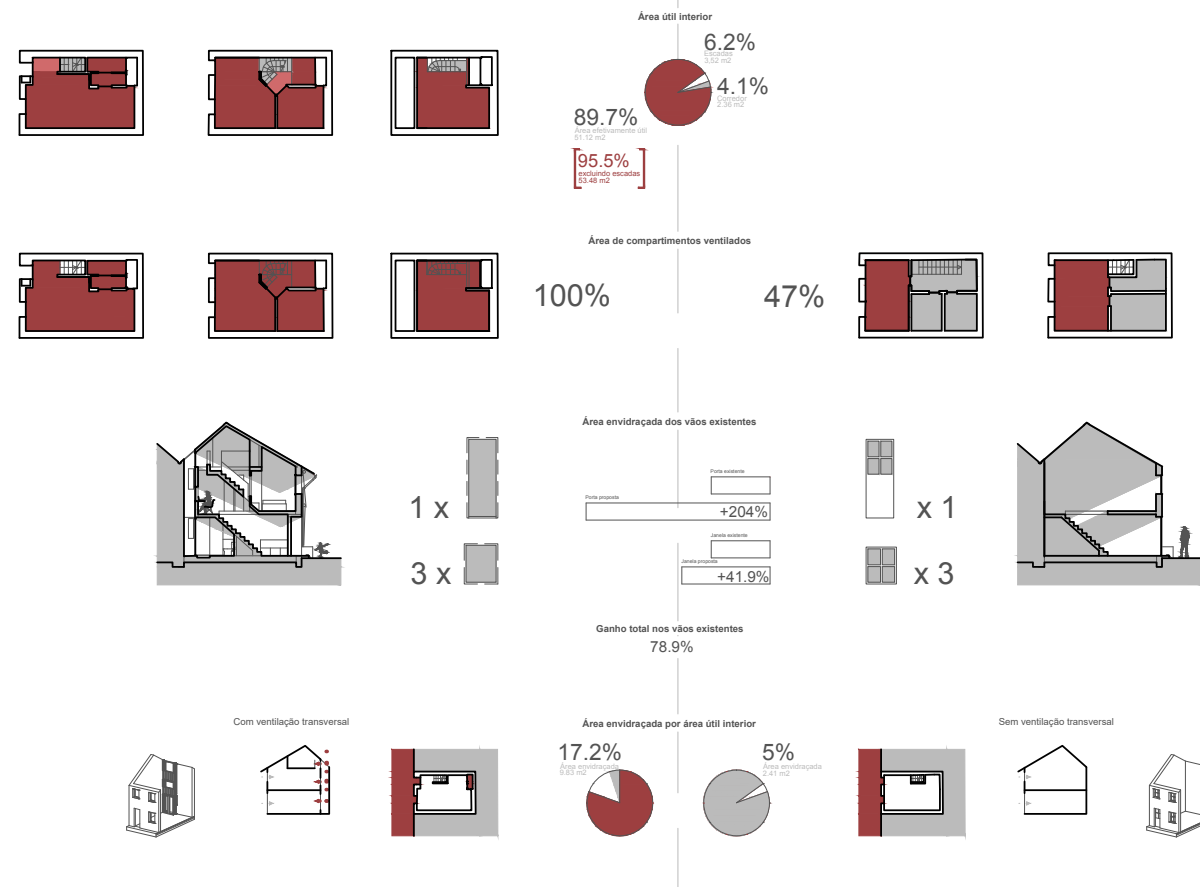
piso 1



piso 2



proprietário existente



Casa de banho com possibilidade de utilização múltipla até 3 pessoas:
 1 - cabine de sanita independente
 2 - cabine de duche independente
 3 - lavatório independente

ILHA DA BELA VISTA

Enquadramento histórico

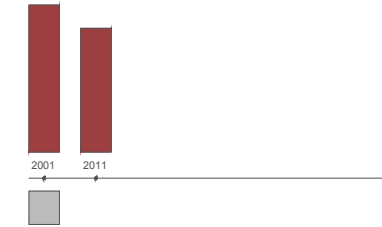
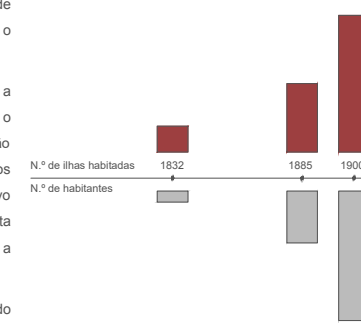
Génese das ilhas do Porto

Na segunda metade do século XIX, a par do desenvolvimento da industrialização, associando o êxodo rural a uma expansão urbana considerável, consequentemente com uma maior concentração de trabalhadores à volta das unidades fabris, surge uma nova necessidade: a de oferecer residência a esta nova classe, a classe trabalhadora emergente - o operariado portuense.

Com os surtos migratórios campo-cidade que consequentemente viriam a provocar um aumento da mão-de-obra na indústria portuense, propiciou-se o desenvolvimento de uma "nova" tipologia, as "ilhas", com uma configuração morfológica que seria um modelo de "ilha-corredor", mais ou menos adaptável às condições do terreno, decorrente do aproveitamento intensivo dos lotes urbanos. Contudo, elementos históricos levam a crer que esta tipologia já não seria "nova", sendo um fenómeno bem mais antigo, com a existência de pelo menos dois a três séculos. (1)

Contudo, foi durante a fase da industrialização e especialmente nos finais do século XIX, que este peculiar tipo de organização se densificou e expandiu, albergando em meados da década de oitenta 20 mil habitantes (correspondendo a 530 ilhas), e em 1900 a cerca de 50 mil moradores, correspondendo a 1/3 da população portuense e a mais de mil ilhas. As ilhas encontram-se espalhadas por toda a cidade, não só na cidade antiga, mas essencialmente nas zonas de extensão. Não existe pátio ou terreno vago por mais exíguas que sejam as suas dimensões, que não possibilite a sua construção.

(1) As ilhas como habitação aparecem já referenciadas no ano de 1713 no vocabulário Portuguez e Latino como "huma ou myltas casas juntas, que em huma cidade tem ruas ao redor de si por todas as partes; também aquando de uma inquirição ordenada por D. Afonso IV á cidade do Porto se faz referência a conjuntos habitacionais "com apenas uma saída para a rua". No Recenseamento de 1832 para as casas do Porto, que coincide com o Cerco do Porto, já aparecem aí referenciadas mais de 200 ilhas, com um número aproximado de 8.000 habitantes.



Morfologia

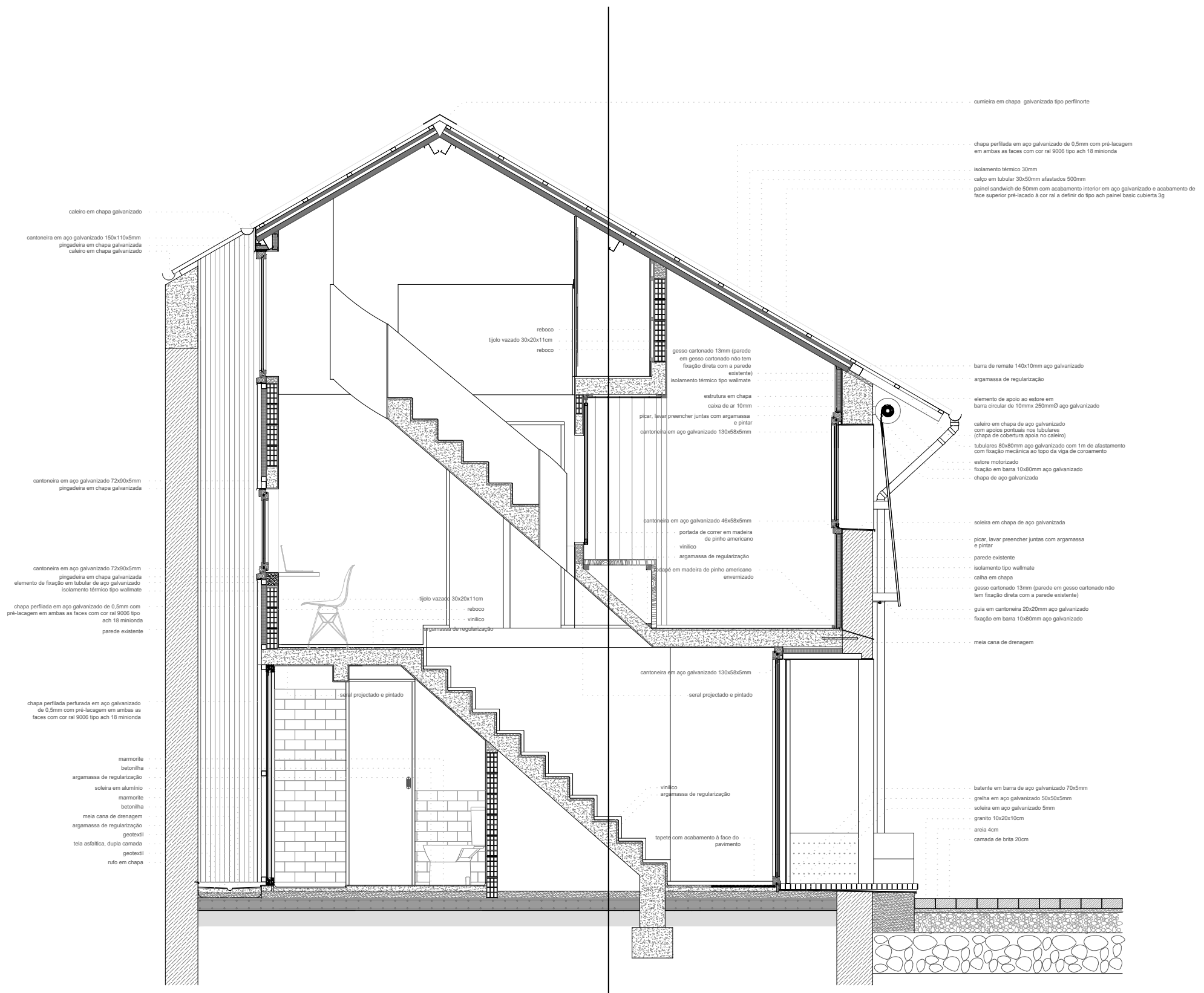
As ilhas organizavam-se em torno de um corredor ou pátio, por onde se distribuíam em fileiras pequenas casas de um só piso, outras com rés-do-chão e piso ou sótão, dispostas lado a lado, em um dos lados ou mesmo de ambos os lados (frente a frente), num lote de terreno de cerca de 5,5 m de largura e um corredor lateral que serve de passagem. Também havia as habitações com duas fileiras frente-com-frente (ou costas-com-costas), com o corredor ao meio, em terrenos mais largos. Estas eram as formas mais simples e mais propagadas de ilhas. (2)

As ilhas são na sua maioria constituídas por moradias de um só pavimento, servidas por um corredor normal à rua, cuja largura vai de 1 metro a 5,5 metros; estão dispostas de um dos lados do corredor, ou dos dois lados do respectivo corredor. Por vezes, existem núcleos com rés-do-chão e primeiro andar, este servido por uma varanda. Há quem lhes chame "ilha de varanda".

Nas ilhas onde já existe saneamento, e são quase todas desta zona (Bonfim, Rua D. João IV, S. Lazaro, Campo 24 de Agosto, Heroísmo, Fontainhas), existe um grupo de retretes e de chuveiros (os banheiros), na proporção de uma retrete e um chuveiro por cada cinco moradias, dispostas ao longo do corredor, algumas pias para despejos de águas domésticas designadas de "bocas de lobo". O pavimento do corredor pode ser de laje de granito, de cimento, ou de outros materiais, ou mesmo de terra batida.

O corredor é fundamentalmente o único espaço exterior na ilha, uma espécie de espaço aberto de uso colectivo, forte em interações entre os moradores, que permite inclusive outro tipo de apropriações que vão desde o circular, o conviver, o trabalho e para uso de actividades domésticas, como por exemplo o estendal de roupa.

(2) Fala-se também de uma grande influência Inglesa na parte da morfologia e da construção, aproveitada nas ilhas portuenses, com quem a nossa burguesia manteve contacto e relações comerciais. O esquema era frequentemente associado às primeiras "back to back houses" em Leeds.



33%
da
população
do Porto
vivia em ilhas
em 1900

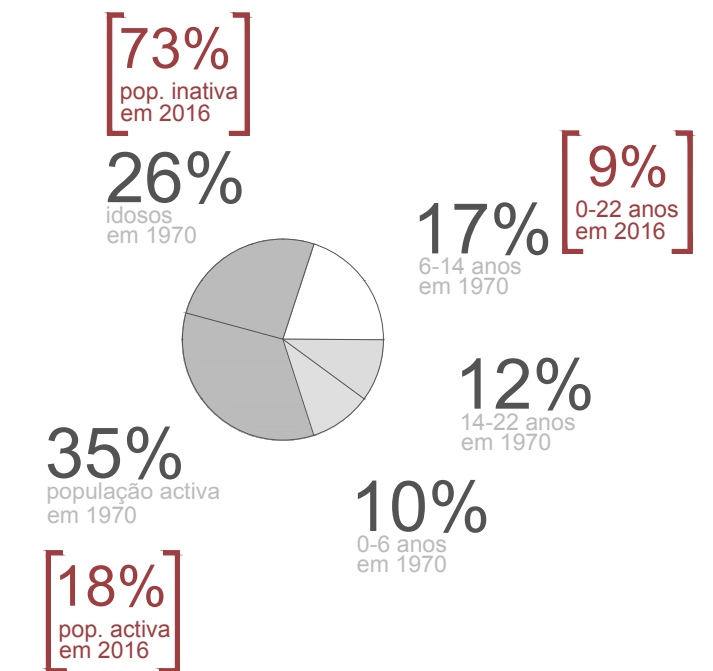


Tipologia e programa

As ilhas da cidade do Porto distribuem-se essencialmente por dois tipos de moradias, que classificamos de tipo A e B.

A moradia de tipo A, a mais usual, consta essencialmente de: i) sala - servida pela porta da rua e iluminada por uma janela, com uma cubicagem que oscila entre os 20 e 30 m³; ii) a alcova - interior, ocupando uma cubicagem que vai de 7 m a 10 m³; iii) a cozinha - pequena no interior onde pouco mais cabe que o fogão (nas casas onde este existe) e cujo volume varia de 4 a 7 m³; iv) o sótão - de altura insuficiente, sem iluminação ou iluminação por uma pequena telha de vidro e para onde se sobe por uma estreitíssima e incômoda escada, quando não por uma escada portátil.

A moradia Tipo B - é a menos usual e também a mais simples delas todas, pois é constituída por um só compartimento, isto é, uma espécie de camarata, onde se fazem todo o tipo de serviços: cozinhar, comer, dormir, higiene, reprodução, trabalho. Nesta tipologia as cubicagens vão da máxima de 75 m³ por habitante à mínima de 3 m³, bastante inferior ao que está prescrito para camaratas que é de 15 m³. Nesta tipologia a iluminação e a ventilação são uma exigência, para tornar este espaço minimamente habitável, seguro, confortável e higiénico.



10M²

de construção por habitante (1970)

3M²

de área exterior por habitante (1970)

1M²

de construção por 1m² de terreno

34%

área de terreno sem construção



A Ilha da Belavista (1970)

A ilha da Bela Vista situa-se na antiga rua da Duqueza de Bragança que data a sua abertura de 1843. Com a abertura desta nova artéria urbana que começa no Jardim de S. Lázaro e se estende em direcção ao Norte até à periferia da cidade, o Porto vê lançado uma das mais importantes redes viárias da cidade no sentido de que ela vem complementar a estrutura radial das ruas que os Almada já tinham traçado para o desenvolvimento do velho burgo no século XVIII.

O terreno onde foi construída a ilha da Bela Vista foi arrendado em 1863 a Luís Ferreira Dias Guimarães, comerciante na cidade do Porto. Esta grande parcela de terreno, com 33 metros de frente e 77 de profundidade, foi alforada pela renda anual de 305000 réis. É assim, nas traseiras desta parcela de terreno que se vai construir a actual ilha da Bela Vista.

Para Manuel Teixeira, o facto de se tratar de um emprazamento perpétuo, determinado pelo Código Civil de 1867, explica a falta de controlo de Ermelinda de Freitas sobre o que estava a ser construído nos terrenos por si emprazados. Mais, a perpetuidade dos arrendamentos conferia maior poder aos locatários do que aos proprietários da terra, os quais a partir de então tinham pleno controlo sobre a utilização destes terrenos nas traseiras das casas burguesas da cidade. O que explica a venda do dito prazo em 1878 a Inácio de Miranda Vasconcelos, proprietário. Com este negócio Inácio de Vasconcelos vai maximizar o uso do seu terreno, isto é, uma faixa contígua à rua foi dividida em cinco lotes para construção, cada um deles com uma frente de 6 a 6,5 metros e 25 metros de profundidade. O terreno restante situado por trás desta faixa, foi reservado à construção de uma ilha (a actual ilha da Bela Vista).

O terreno das traseiras dispunha de um acesso independente a partir da rua, por meio de um estreito corredor a céu aberto, que quase não atingia dois metros de largura ao longo de um dos limites da referida propriedade.

Em cada um dos cinco lotes à face da rua, Inácio de Vasconcelos construiu um edifício de dois pisos de boa qualidade, destinados a habitação burguesa.

Nos terrenos correspondentes às traseiras desses lotes, construiu a Bela Vista, a qual, depois de pronta se compunha de 43 casas.



SAAL na Ilha da Bela Vista (1974/1976)

O Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL 1974/1976) ⁽³⁾ tratou-se de um programa de intervenção Arquectónica com uma participação activa das populações urbanas, durante um período muito curto, mas que teve uma acção considerável na organização dos moradores, na apresentação de programas arquitectónicos por parte das suas Brigadas Técnicas, mas em diálogo permanente com os moradores, as comissões e as associações organizadas.

No concelho do Porto entre 1974 e 1976 encontramos 55 pedidos de intervenção, dos quais 37 operações foram iniciadas e 18 pedidos não foram satisfeitos, num total de 11568 famílias envolvidas.

Como se pode facilmente constatar, as iniciativas das acções deste processo cabem, fundamentalmente, aos moradores, organizados em associações ou cooperativas, tendo as Câmaras um papel de controlo urbanístico, de localização, de cedência do solo e preparação das infraestruturas. Por outro lado, a assistência técnica do SAAL atende aos aspectos: acção de projecto; de assistência nas operações de construção e assistência na gestão social. Ao Fundo de Fomento da Habitação (FFH) compete assegurar a cedência do solo necessário, providenciar de que sejam executadas pelas autarquias as infraestruturas e assegurar o financiamento.

Todo este programa é o reconhecimento de um direito à habitação por parte de uma população de uma "ilha" que ainda não tem as condições mínimas de habitação digna. Mas também é o reconhecimento de um direito à cidade, ao lugar onde se nasceu, onde se vive e onde se trabalha. Portas sobre esta problemática considera inclusive que «voltando ao reconhecimento do direito ao sítio, tratava-se simultaneamente de uma conquista muito importante em relação ao passado mas seria também a motivação para um certo número de conflitos que podiam vir a pôr em causa um programa, que se movia entre duas novidades do 25 de Abril: uma, o poder local e a outra a autonomia dos movimentos sociais de base local.

⁽³⁾ O SAAL, Serviço de Apoio Ambulatório Local, surge oficialmente por Despacho conjunto do Secretário de Estado Habitação e Urbanismo e do Ministro Administração Interna, publicado em Diário do Governo de 6 de Agosto de 1974 para apoiar «as iniciativas de populações mal alojadas no sentido de colaboração na transformação dos próprios bairros» garantindo «a apropriação de locais valiosos pelas camadas populares».

ILHA DA BELA VISTA

A Cidade da Participação



Os moradores da ilha da Bela Vista também se organizam inicialmente em torno de uma comissão de moradores, que tinha como representantes Mário Augusto Pinto, Joaquim da Silva Magalhães e Mário Teixeira de Sá, residentes na ilha da Bela Vista. Estas comissões de moradores tinham origem nos movimentos populares que reivindicavam melhores condições de habitação, caracterizavam-se por uma grande informalidade e uma organização espontânea, sem qualquer tipo de estrutura formalizada em termos legais.

Posteriormente a este processo informal em torno da experiência da comissão de moradores, organizam a Associação de Moradores da Ilha da Bela Vista, com escritura Notarial dos seus Estatutos em 30 de Junho de 1975, na cidade do Porto e 4.º Cartório Notarial, onde compareceram como outorgantes: Joaquim da Silva Magalhães, Mário Augusto Pinto, Maria Carolina Coelho de Oliveira, Mário Teixeira de Sá, Maria Helena dos Santos Ferreira Oliveira, Armindo Oliveira da Silva representantes dos moradores da Ilha da Bela Vista, nomeados em plenário. E publicação em Diário da República, n.º 201, III.ª Série em 1 de Setembro de 1975

Em relação ao Projecto desenvolvido nesta Operação SAAL – Ilha da Bela Vista, da responsabilidade do Arquitecto Mário Trindade, Chefe da Brigada Técnica, podemos identificar uma estrutura simples, que tem como base de partida uma Memória Descritiva, com uma análise minuciosa da ilha da Bela Vista no que se refere às tipologias, morfologia, elementos construtivos, acessibilidades, implantação no terreno, pavimentos, coberturas das casas, natureza das divisórias, instalações sanitárias, exposição solar, e relação com a rua D. João IV. O Inquérito realizado pela brigada técnica do SAAL, na Ilha da Bela Vista (1975/76), permite-nos ter uma ideia da sua organização espacial, social, económica e demográfica. Que passamos a transcrever aqui.

«(...) estamos na presença de um aglomerado de 52 fogos ocupando um terreno interior da Rua de D. João IV, e que comunica com esta via por uma estreita viela. As habitações dispõem-se em três alas servidas por dois corredores de distribuição, e que constituem o único terreno livre, onde se processa toda a vida social, e que também serve de local de trabalho, lavagem de roupa, e pátio de brinquedo(...) o terreno tem uma forte pendente no sentido Norte-Sul, o que foi aproveitado para a implantação das habitações, acompanhando o declive natural, e tirando o máximo proveito dos próprios elementos construtivos dos edifícios (paredes de pedra, pavimentos e coberturas de madeira, e divisórias de tabique). As habitações estão ordenadas numa modulação de 4x6m, aproximadamente, só com fenestração na fachada, o que implica a existência de quartos interiores e o atravessamento de aposentos para acesso a outros. Cerca de metade das habitações são de tipo térreo, sendo as outras de dois pisos nalguns casos ocupadas por um só fogo. Todas as habitações dispõem de luz eléctrica e água canalizada, mas não têm instalação sanitária. Muito posteriormente à construção da "ilha", esta foi dotada de duas baterias de 10 retretes e 10 chuveiros, no total. Como regra geral as habitações encontram-se em mau estado. As poucas que apresentam um aspecto mais cuidado, foram arranjadas pelos próprios moradores, que, inclusivamente substituíram caixilharias.

Toda a Operação da Bela Vista dependia da anexação das parcelas que eram propriedade privada, desde a "ilha da Bela Vista" até às outras parcelas que se iam incorporar para poder desenvolver o programa que estava a ser desenhado pela Brigada Técnica.

O lugar significa identidade

O lugar é uma das dimensões que melhor identifica uma cidade. Uma cidade prerenhada é uma cidade de lugares. Quando a cidade é participada implica obrigatoriamente identidade. A participação significa aproximação. Não chega ter uma visão global à distância e externa. Não se pode ter uma verdadeira percepção do lugar, na cidade, sem envolvimento. Esta aproximação sensorial implica compromisso.

A cidade é um equilíbrio entre os seus lugares e a sua competência. Sem competências as cidades não sobrevivem e os lugares desaparecem. Não gosto de falar de cidade competitiva e empreendedora mas sinto-me mais confortável com os termos cidade com sentido e competente. A cidade é o resultado da combinação das vontades de quem habita os seus lugares e o sentido que ela toma.

A ilha, um modelo que tem origem no século XVIII e sofre um grande impulso a partir de meados do século XIX com a Revolução Industrial e o êxodo do mundo rural para as cidades industriais, tem que dar um contributo positivo para a visão de futuro da cidade contemporânea. Se o paradigma da cidade de futuro for a de uma cidade intensa, porque faz sentido, então para ser sustentável deve ser densa, verde, limpa, próxima, mista social e funcionalmente. A ilha é um modelo que pode corresponder na perfeição a este perfil urbano acrescentando uma identidade própria, não ser indiferente, potenciadora de proximidade, compacta, austera nos recursos.

A cidade do Porto, porque quer ser competente, não pode desperdiçar o modelo urbano das ilhas, quer seja na recuperação daquelas que valem a pena serem recuperadas como também replicar e desenvolver o modelo em futuras novas intervenções.

Sobre o problema da habitação na cidade do Porto, mais concretamente sobre a destruição das ilhas, o escritor português, Hélder Pacheco dá-nos uma visão muito lúcida do problema da deslocação e da destruição pura e simples das ilhas, sem contudo cair em estereótipos românticos ou neo-realistas. Refere que:

«(...) ao longo da década de cinquenta, em nome da salubritização e erradicação das ilhas, foi-lhes, aqui como noutros locais, declarada guerra. Muita gente pensou tratar-se de guerra santa destinada a proporcionar maior qualidade de vida aos habitantes de tais lugares, substituindo-os por bairros residenciais cómodos, higiénicos e confortáveis. Puro engano! Em primeiro lugar, as mudanças dos sítios separaram pessoas que viveram toda a vida (e as de pais e avós) porta com porta, ajudando-se, divertindo-se ou sofrendo em comum.»

Cf. Pacheco, Hélder (2003) Da Cidade e da Gente. Porto, Edições Afrontamento, pp.110-111.

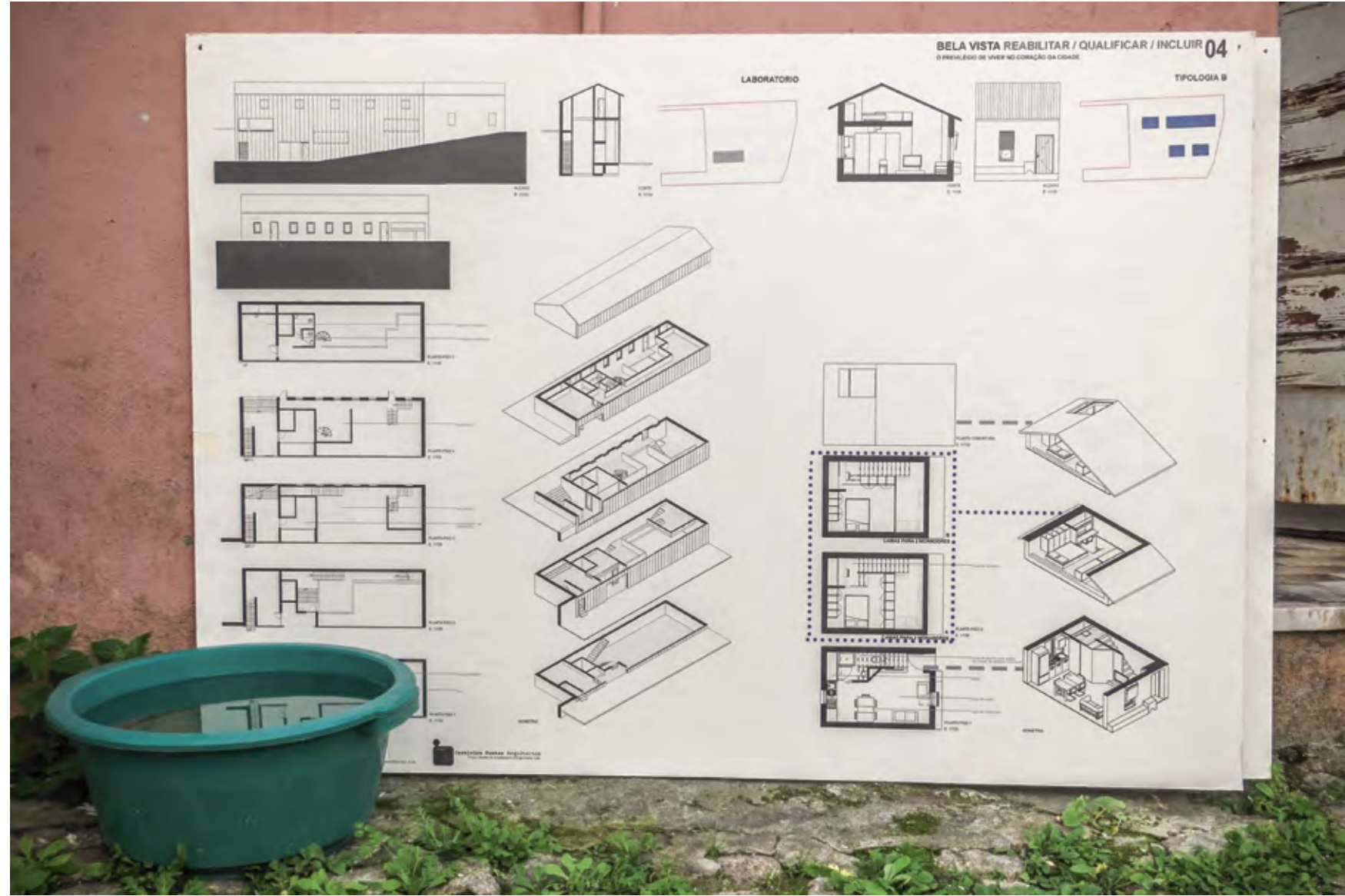
O autor dá relevo às relações de proximidade que dão a estas formas típicas de habitar na cidade do Porto, uma identidade cultural e simbólica específica das gentes do Porto. Afirma também o seu valor antropológico de comunidade, isto é, "não sendo familiares, formavam famílias unidas por laços cimentados em relações fraternas. Formavam, enfim, uma comunidade". E termina, focando o seu olhar clínico na destruição e na fragmentação destas comunidades pela deslocalização para os bairros periféricos da cidade: "Em segundo lugar, estas comunidades estilhaçadas foram destinadas para zonas periféricas da cidade, longe dos locais onde trabalhavam e dos instrumentos sociais - comércio, associativismo, religiosidade - que haviam criado e faziam parte do seu quotidiano".

PARTE DOIS

LAYOUT FOTOGRAFICO
SOBRE A RENOVAÇÃO
DA ILHA DA BELA VISTA

DE SUSANA VARELA







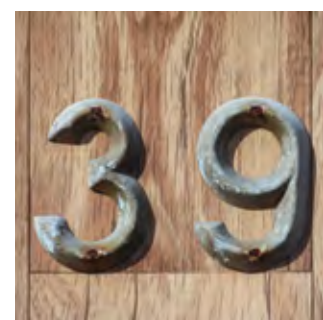
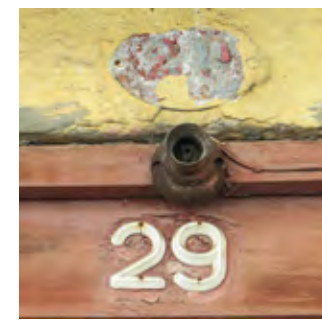






DEMOLIR
0,50 cm



















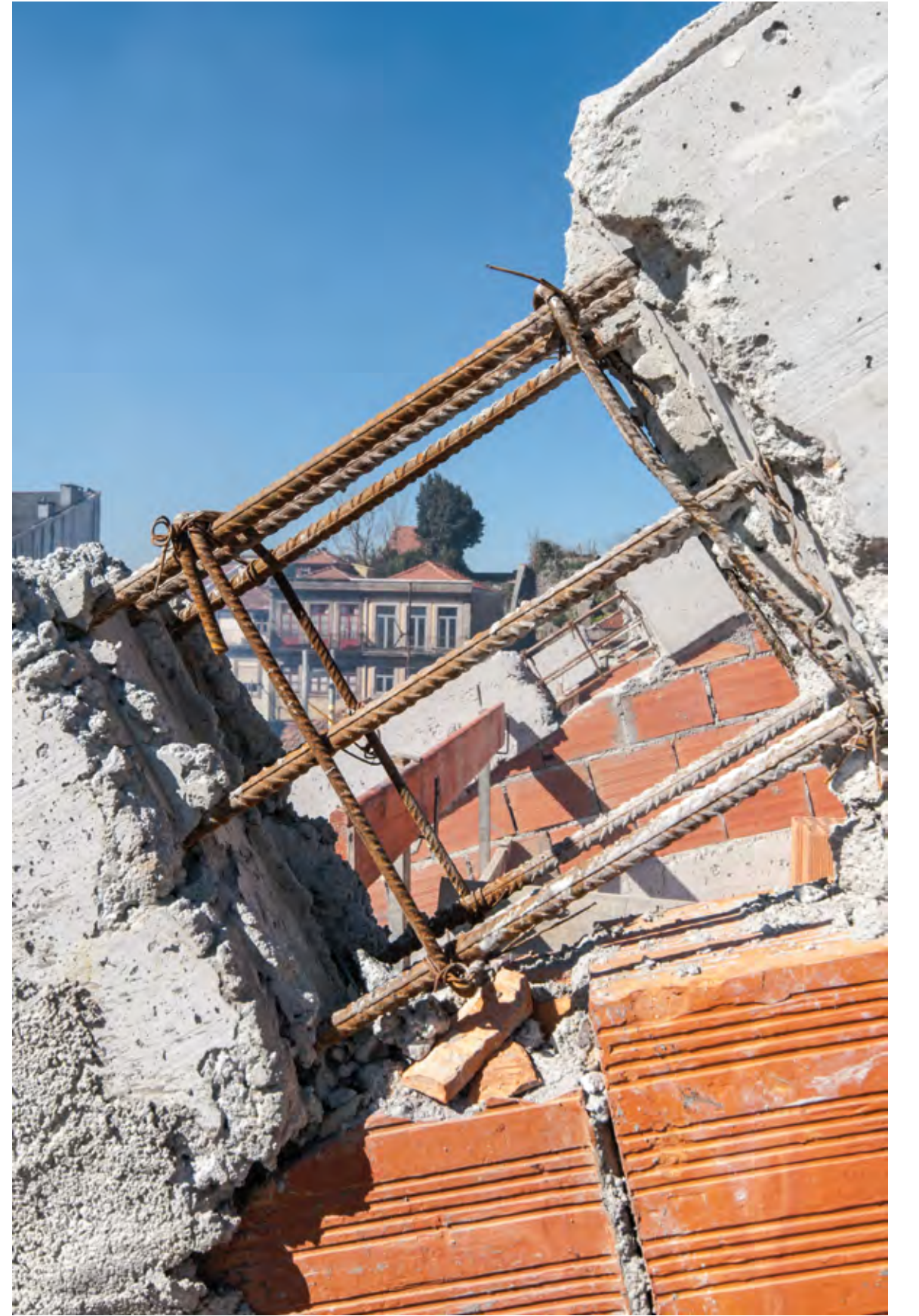




















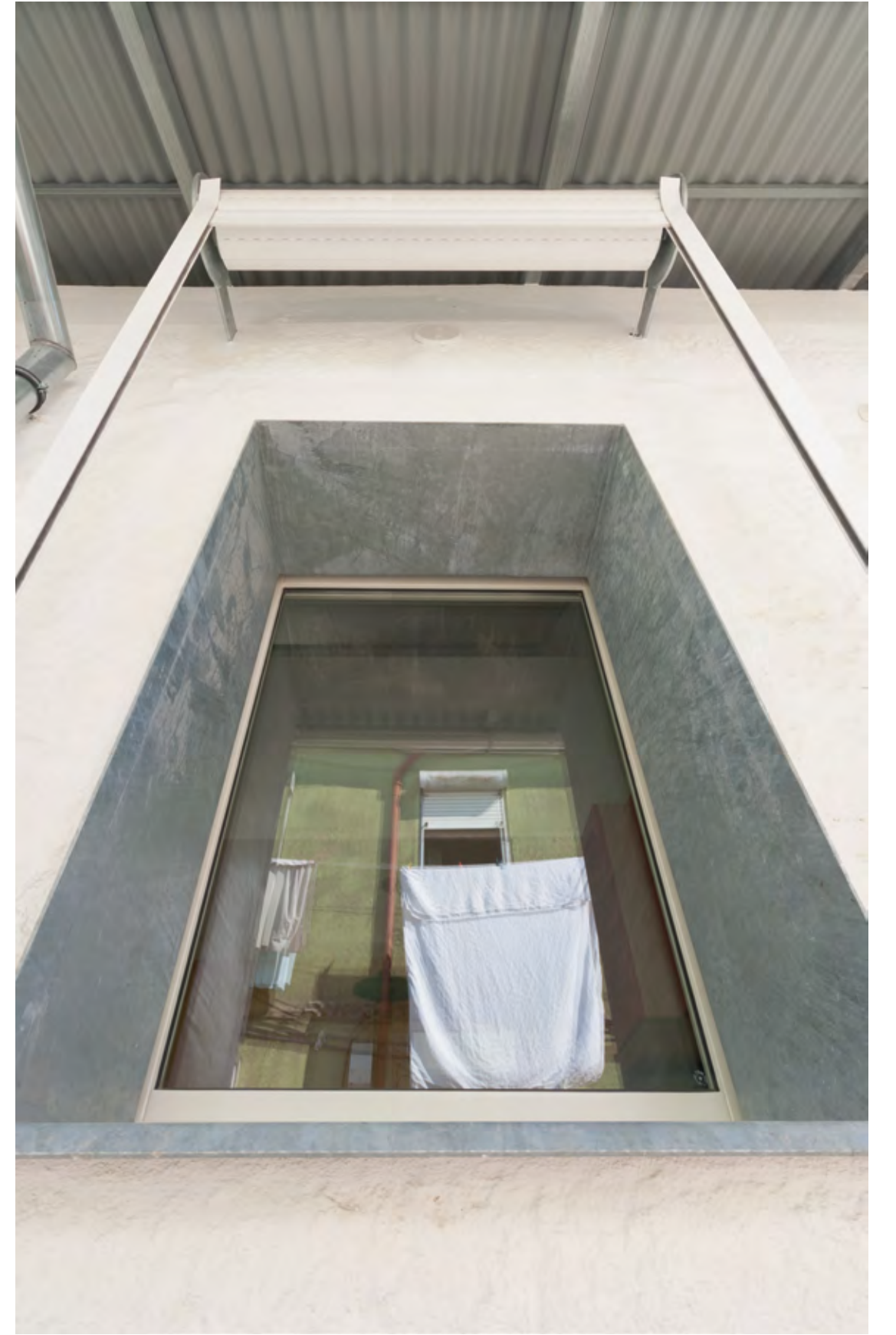






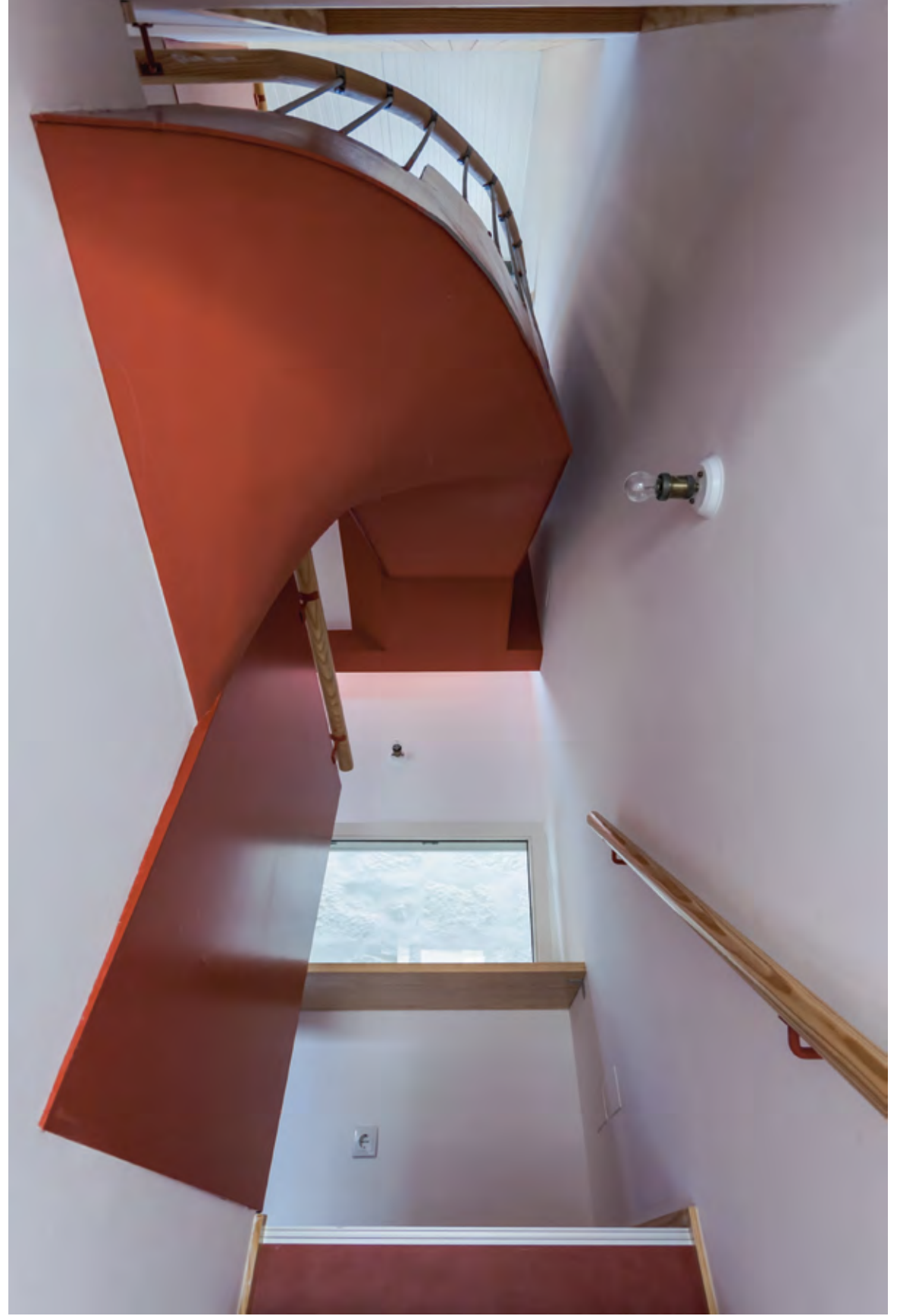
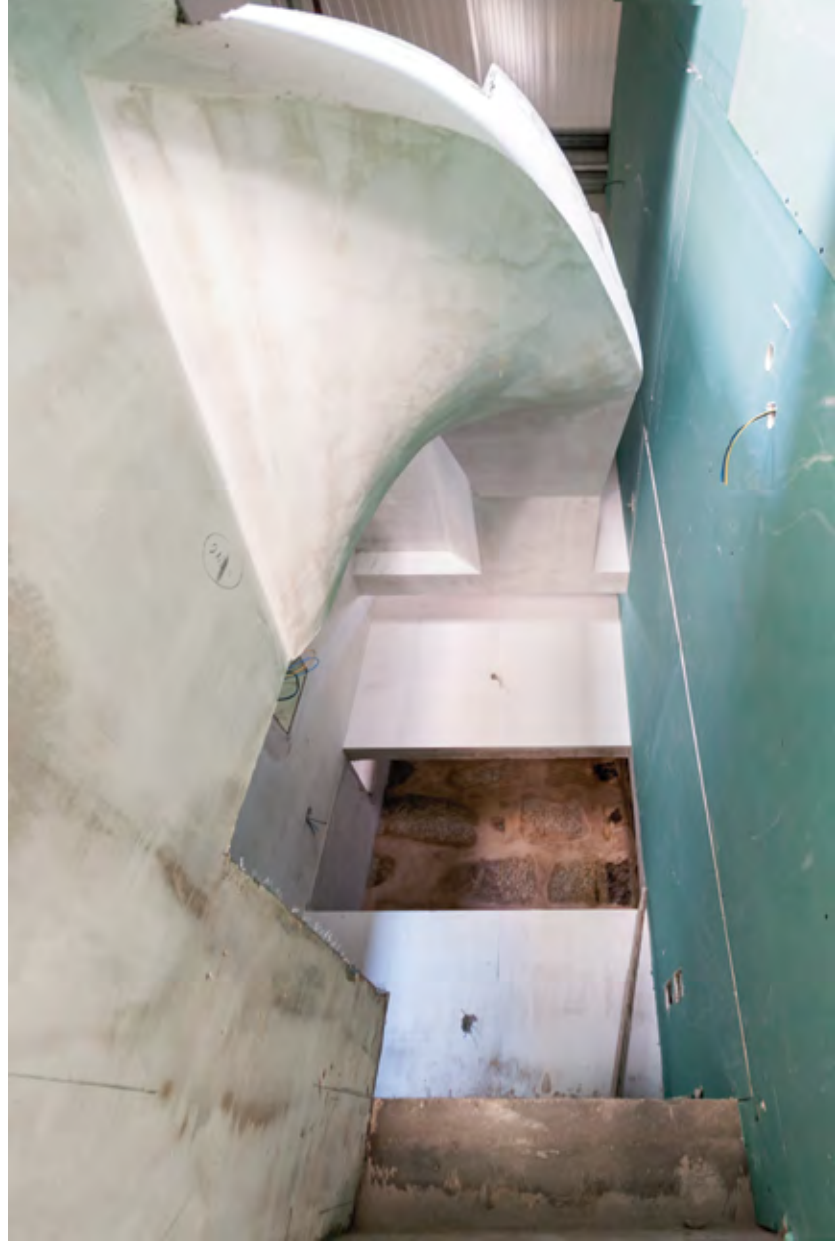




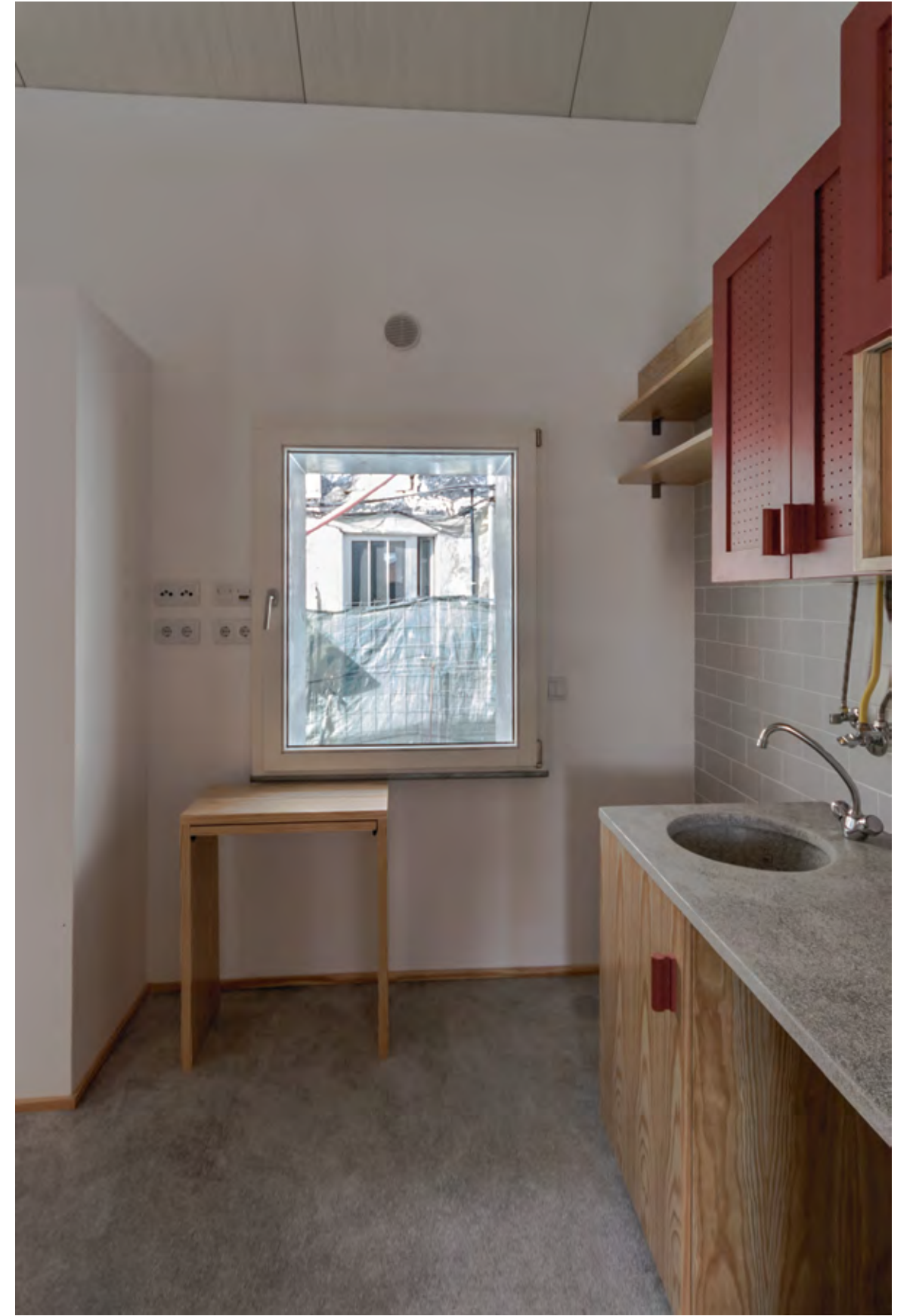




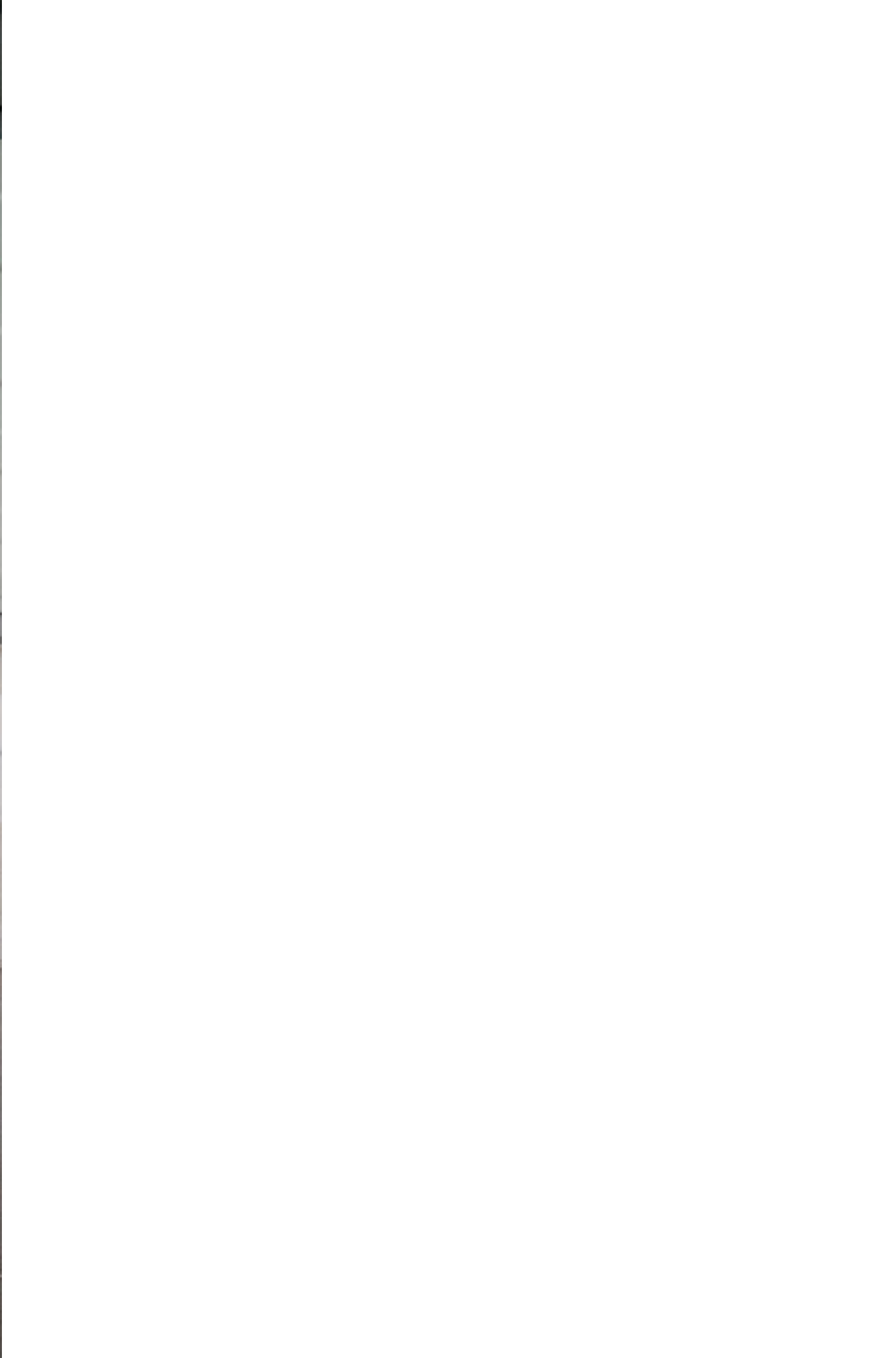
























Título

A CIDADE DA PARTICIPAÇÃO
Projecto de Arquitectura Básica Participada
na Ilha da Bela Vista

Coordenação editorial:

Fernando Matos Rodrigues; António J. Cerejeira Fontes;
Manuel Carlos Silva; André Cerejeira Fontes

Textos

Alvaro Siza Vieira; Ana Ribeiro; André Cerejeira Fontes;
António Cerejeira Fontes; António Fontelas; Cláudia
Santos Costa; David Viana; Elena Tarsi; Fernando Matos
Rodrigues; Isabel Carvalho; Isabel Raposo; Manuel Correia
Fernandes; Manuel Pizarro; Mário Pinto; Susana Varela

Projectos de arquitectura

António Jorge Cerejeira Fontes

Fotografia

Susana Varela

Co-Edição

Edições Afrontamento, Lda.
Rua Costa Cabral, 859 / 4200-225 Porto
www.edicoesafrontamento.pt
producao@edicoesafrontamento.pt

Lahb Social – Laboratório de Habitação Básica e Social
lahb.social@isssp.pt

N.º edição

.....

ISBN

978-972-36-1.....

Depósito legal

.....

Impressão e Acabamento

Rainho & Neves, Lda. / Santa Maria da Feira
geral@rainhoeneves.pt
www.rainhoeneves.pt

Distribuição

Companhia das Artes – Livros e Distribuição, Lda.
comercial@companhiadasartes.pt

1.ª edição: de 2017

Apoios: